

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ**

MATEUS DE OLIVEIRA FORNASIER

**O BRASIL E SEUS TRÊS GRANDES CICLOS DE FORMAÇÃO ATÉ A
CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM MAPEAMENTO DOS PROBLEMAS QUE
DIFICULTARAM HISTORICAMENTE O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

Ijuí (RS)
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MATEUS DE OLIVEIRA FORNASIER

**O BRASIL E SEUS TRÊS GRANDES CICLOS DE FORMAÇÃO ATÉ A
CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM MAPEAMENTO DOS PROBLEMAS QUE
DIFICULTARAM HISTORICAMENTE O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento – Mestrado, linha de pesquisa: Direito, Cidadania e Desenvolvimento, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Antonio Bedin

Ijuí (RS)
2010

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – Mestrado

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**O BRASIL E SEUS TRÊS GRANDES CICLOS DE FORMAÇÃO ATÉ A
CONSTITUIÇÃO 1988: UM MAPEAMENTO DOS PROBLEMAS QUE
DIFICULTARAM HISTORICAMENTE O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

elaborada por

MATEUS DE OLIVEIRA FORNASIER

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilmar Antonio Bedin (UNIJUÍ): _____

Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araújo (UFSM): _____

Prof. Dr. Doglas Cesar Lucas (UNIJUÍ): _____

Ijuí (RS), 29 de dezembro de 2009.

Dedico o presente trabalho ao meu av
Antonio Fornasier (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as oportunidades que coloca em meu caminho.

À minha família, pelo suporte dado durante toda a minha trajetória.

Aos amigos de todas as horas, pelo apoio moral.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ, principalmente Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemburger (pela palavra positiva sempre que foi necessário), Dr. Douglas Cesar Lucas (pelas ótimas idéias e pelos livros emprestados), Dr. Dejalma Cremonese (pelas primeiras orientações, que mais do que relação entre professor e aluno, se tornou amizade).

Ao meu orientador Dr. Gilmar Antonio Bedin, pela verdadeira dedicação a este trabalho.

Aos meus colegas acadêmicos do Mestrado, que se tornaram amigos nesses anos de estudos.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

*Nas favelas, no senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?*

*No Amazonas, no Araguaia
Na Baixada Fluminense
Mato Grosso, Minas Gerais
E no nordeste tudo em paz
Nem mesmo morto eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papéis, documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é esse?*

*Terceiro mundo, se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
E vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão
Que país é esse?*

(RENATO RUSSO, "Que país é esse?)

RESUMO

A presente dissertação busca compreender a razão de alguns países de constituição recente terem se desenvolvido enquanto outros não, tendo como foco o Brasil. Assim, foram investigadas as principais vicissitudes (sociais, culturais, políticas e econômicas) que se tornam, historicamente, obstáculos ao desenvolvimento do Brasil. A hipótese principal é que o Brasil, apesar das numerosas modificações institucionais pelas quais passou, ainda convive com formas tradicionais de exercício do poder e de relacionamento entre seus indivíduos. O método de análise utilizado foi o compreensivo, e a técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica. A reflexão partiu dos males de origem da formação do Brasil, relacionados ao legado do português colonizador - parasitismo exploratório como origem de todos os males, materializado nos iberismos (insolidarismo, personalismo, messianismo, escravidão, patrimonialismo e analfabetismo). Após, foram abordados os vícios originados e difundidos entre a Independência do Brasil até o final da República Velha, tendo sido focalizados: a visão do cargo público como meio de prestígio social, o coronelismo e o clientelismo – vícios decorrentes da decadência dos senhores rurais, principalmente. Por fim, são expostas as vicissitudes características do período entre a Revolução de 1930 e a redemocratização do país em 1985: a “Via Prussiana” de desenvolvimento, nos seus dois períodos, entre 1930 e 1945, e entre 1964 e 1985; e o modo populista de desenvolvimento, entre 1945 e 1964. Encerra-se com as principais mudanças ocorridas no país após a redemocratização, em 1985, e algumas das possibilidades abertas pela nova percepção do Brasil desde então.

Palavras-chave: Brasil. Desenvolvimento. Males de origem. Vicissitudes.

ABSTRACT

This work tries to understand why some countries of recent formation have developed while others have not, focusing on Brazil. Thus, the main vices (which are social, cultural, political and economic) that become, historically, obstacles to the development of Brazil were investigated. Its main hypothesis is that Brazil, despite the many institutional changes through which it has passed, is still living with traditional forms of exercise of power and relationship between its individuals. The method of analysis used was the understanding, and the research technique was the bibliographical research. The reflection started from the evils of origin related to the formation of Brazil, which are derived from the legacy of Portuguese colonization – being the exploratory parasitism the source of all evil, embodied in the Iberian social and political culture (lack of solidarity, personalism, messianism, slavery, analphabetism and patrimonialism). Following the exposition, the defects generated and spread between the Independence of Brazil and the end of the Old Republic discussed, being targeted: the vision of public office as a means of social prestige, the colonelism and the patronage – which are resulting from the decay of the landowners, especially. Finally, the vicissitudes that are characteristic of the period between the 1930 Revolution and the democratization process in 1985 were presented: the "Prussian mode" of development, along its two periods, which are between 1930 and 1945, as well as between 1964 and 1985, and the populist mode of development, between 1945 and 1964. It ends with the main changes in the country after the return to democracy in 1985, as well as some of the possibilities that are opened by the new perception of Brazil since then.

Keywords: Brazil. Development. Evils of origin. Vicissitudes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O CICLO INICIAL: SOB O DOMÍNIO DE PORTUGAL	16
1.1 O parasitismo exploratório como origem de todos os males.....	17
1.1.1 Iberismos: expressão do “parasitismo heróico”	19
1.1.2 O Insolidarismo	21
1.1.3 Personalismo e Messianismo.....	24
1.1.4 A Escravidão	26
1.2 O Patrimonialismo	32
1.3 O analfabetismo controlando a ideologia da dominação metropolitana	45
2 O CICLO DE CONSTITUIÇÃO: DA INDEPENDÊNCIA À PRIMEIRA REPÚBLICA.....	49
2.1 O século XIX e a decadência dos potentados rurais.....	52
2.2 A visão do cargo público como meio de prestígio social	57
2.3 O Coronelismo	73
2.4 O Clientelismo	76
3 O CICLO DE AFIRMAÇÃO: DA REVOLUÇÃO DE 1930 À DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS.....	80
3.1 A Revolução de 30 e a “Via Prussiana” do desenvolvimento.....	81
3.2 A democratização de 46 e o momento populista do desenvolvimento.....	91
3.3 O Golpe Militar de 64 e a retomada da “Via Prussiana” do desenvolvimento ...	101
3.4 A redemocratização: possibilidades de um modelo de desenvolvimento.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou compreender a razão de alguns países de constituição recente terem se desenvolvido (mesmo tendo passado por processos de colonização – como, por exemplo, Estados Unidos da América, Austrália e Canadá) enquanto outros não (principalmente os países da África e América Latina). O foco da dissertação foi o Brasil, como o próprio título do trabalho explicita, mas não se pôde deixar de realizar, durante a leitura do mesmo, ainda que implicitamente, certas comparações.

O conceito de desenvolvimento aqui usado é o ensinado por Amartya Sen em *Desenvolvimento como liberdade* (2000). É a compreensão de que o desenvolvimento não é correspondente ao puro e simples crescimento econômico, mas sim que o aumento das liberdades das pessoas – liberdades econômicas, sociais, políticas, enfim, de acesso às oportunidades de melhores condições de vida – tem o significado de desenvolvimento. Aqui cabe enfatizar ainda a importância dada pelo autor ao exercício democrático, tendo-se em vista que a liberdade do povo não apenas para escolher representantes políticos, mas também fundamentalmente para fazer com que suas reivindicações sejam efetivamente atendidas pelos governos, tornando assim a noção de desenvolvimento verdadeiramente a melhoria substancial da qualidade de vida.

Neste sentido, a dissertação investigou as principais vicissitudes que se tornaram, historicamente, verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento do Brasil. Entende-se aqui esse desenvolvimento não apenas como crescimento econômico, ou de poder num cenário macro, mas sim como o incremento das liberdades humanas, traduzidas nas questões de qualidade (liberdades e direitos adequados à

dignidade das pessoas, tornando-as cidadãos de direito e de fato) e de quantidade de beneficiados (estendendo-se a todos), atentando-se para o ideal de se findar uma ordem de cidadania na qual se tem uma minoria de privilegiados, uma grande parcela de “cidadãos de segunda classe” e uma miríade de não-cidadãos, párias do sistema.

O objetivo do trabalho foi a história do Brasil – desde antes, até mesmo, da sua conquista por Portugal, visto estarem os inícios de muitos vícios aqui arraigados ainda antes, até mesmo, da constituição da pátria lusa em Estado. Dessa forma, alguns elementos sociais, culturais, políticos e econômicos que contribuíram para o seu atraso são aqui investigados.

Para realizar a investigação foi necessária, em primeiro lugar, a identificação das causas do não desenvolvimento do Brasil. Por mais que essa divisão de um grande problema que se divide em outros menores possa ser inspirada por um cartesianismo simplificador inadequado para a análise de problemáticas complexas – como o é a questão das vicissitudes brasileiras – não se pode deixar de partir de um ponto que torne sistemática, que permita a visualização de maneira esquematizada da evolução da questão. Mas, em conjunção a esse “cartesianismo esquematizado”, parte-se também do pressuposto que a realidade é complexa, apesar dos vários recortes que a ciência permite, separando em compartimentos estanques várias naturezas de problemáticas – no caso presente, sociológicas, antropológicas, históricas, políticas, econômicas. Dessa forma, tenta-se focar cada faceta do problema maior de acordo com o âmbito que mais lhe aprouver; mas sempre considerando que as causas são diversas, umas mais significativas, outras menos.

Em decorrência dessa complexidade, o método de análise utilizado no trabalho foi o método compreensivo, tão característico das ciências sociais. A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica. Neste sentido, partiu-se dos autores clássicos que abordaram as problemáticas brasileiras, mas sempre preocupados o cotejamento com textos mais recentes (com o objetivo de demonstrar o que é atual, o que foi revisado, quais são as principais convergências e divergências teóricas existentes).

O Brasil apresenta mazelas históricas, características de cada período. Inicialmente, nota-se a conquista (ou descoberta, como a história oficial trata do tema) pelos portugueses, seguida da colonização – espoliação do território, exploração econômica assemelhada a verdadeiro corso, a verdadeira prática de bucaneiros, de aventureiros. O elemento lusitano, da sua forma de considerar o Brasil, insere na sociabilidade do povo que viria a ser o brasileiro uma série de vícios, além daqueles que traz consigo. Dessa feita, uma série de “males de origem” (para se manter a nomenclatura de Manoel Bomfim, 1993) é notada já na mais tenra idade do que seria o Brasil – “doenças” da gestação e da primeira infância do que seria o país, que vêm a afetar de alguma forma todo o restante da vida, seja de maneira direta, seja de maneira residual (“fóssil”, por que não dizer?), seja de maneira indireta, servindo de substrato nefasto para o acarretamento de outras mazelas.

O surgimento do Brasil propriamente dito traz consigo outras vicissitudes. Umas ainda advindas do passado; outras, conformes ao novo contexto em que se encontra o Brasil (agora propriamente denominado Brasil, como país independente – inserido). Um país que é o extremo oposto do acéfalo – apenas cabeça, poderosa cabeça formadora do Estado e que se pretende a formar a Nação, nação esta que é a elite transformada em sociedade civil, conforme Fernandes (2006), seguida por uma disforme e desamparada multidão de desamparados (pobres livres) e excluídos (escravos). Por isso, muitos fatos históricos, como a Proclamação da República, não têm o povo como protagonista e nem contam com a participação das camadas populares. Este fato fomenta a visão de que a atividade política é uma exclusividade das classes mais abastadas e permite o surgimento de vários vícios históricos.

As citadas vicissitudes resultam numa série de “ismos” bem conhecidos no discurso da mídia, das ideologias, da academia e das discussões em mais variados níveis de formalidade: patrimonialismo, centralismo estatal, patriarcalismo, clientelismo, coronelismo, caudilhismo, personalismo (messianismo), analfabetismo, e tantas outras nomenclaturas que se somam à banalização de práticas antiéticas tão presentes na vida política brasileira.

Este conjunto de vícios (que, saliente-se aqui, não é nem estanque, nem invariável em definição) manifesta-se não apenas no nível macro da política brasileira. Midiaticamente é mais explorada tal dimensão, mas procura-se aqui observar que tal problemática não é “privilégio” do nível político mais superior hierarquicamente: desde o mais simples nível local as doenças políticas brasileiras se manifestam – e, por que não dizer, principalmente, tendo-se em conta que o nível local é o mais próximo do cidadão simples, a esfera onde, em tese, teria maior participação, maior possibilidade de atuação e conseqüentemente maior força decisória.

A hipótese principal do presente trabalho é de que o Brasil, apesar das numerosas modificações institucionais pelas quais passou (modificações essas tidas como modernizadoras), ainda convive com formas tradicionais de exercício do poder e de relacionamento entre seus indivíduos. Canclini (1998), em *Culturas Híbridas*, apresenta uma argumentação interessante acerca dos países da América Latina – grupo do qual o Brasil faz parte, sendo totalmente válido o que aqui se apresenta para a sua problemática. Nesses países as tradições ainda persistem, ao lado de um processo de concretização incompleto da modernidade. Além disso, observa-se como imperativa a pregação de uma modernização completa nos discursos políticos, econômicos e publicitários em voga em tais nações – mesmo numa época como a atual, na qual se desacreditam os movimentos culturais promotores da utopia e o progresso, principalmente em apelos filosóficos tidos como pós-modernos.

Neste sentido, é possível dizer que nações latino-americanas são constituídas, portanto, de estruturas culturais híbridas. Estruturas estas em que o tradicional e o moderno, o culto, o popular e o massivo, não são opostos, mas sim combinados. Dessa maneira, a modernização em tais países não corresponderia simplesmente a um processo de substituição do típico e do tradicional pelo moderno (processo que seria, à primeira vista, necessariamente realizado por forças alheias e dominadoras).

De fato, a modernização realiza um processo de diminuição do tradicional, porém, sem o suprimir: redimensiona-o, adapta-o aos seus próprios padrões – conferindo, assim, um novo caráter e, por que não afirmar, uma nova importância à

tradição (obviamente, quando melhor aprouver aos interesses do mercado, por exemplo). Essa combinação, coexistência entre o tradicional e o moderno é verificável não apenas no âmbito do consumo, mas também na política. Nas nações latino-americanas são combinadas as estruturas democráticas modernas e relações arcaicas de poder.

Enquanto as constituições pregam o liberalismo, a democracia e a representatividade política tipicamente moderna, são os tradicionalismos os condutores do pensamento das massas (ao lado da manipulação comunicacional tão interpenetrada na vivência atual). A modernidade, no sentido político, chega à América Latina como simulacro tramado pelas elites, as quais são, por sua vez, recriadas para ocupá-lo. Cria-se, dessa feita, uma cultura nacional precária, simultaneamente à exclusão da grande maioria da população da verdadeira cidadania.

A inclusão simulada dessas maiorias excluídas é mais tarde encenada pelos regimes populistas. No entanto, tendo sido as políticas inclusivas e igualitárias econômica e culturalmente efetuadas sem uma sistematização rigorosa nos tempos da democracia populista (ao sabor dos eventos e conjunturas da época), assim como, sem terem sido realmente efetuadas mudanças estruturais na sociedade realmente significativas (as oligarquias não mais comandam o poder de fato; as burguesias o fazem, mas enfronhadas em um arcabouço cultural deveras similar ao oligárquico), tem-se que logo foram diluídas em autoritarismos ou em clientelismos demagógicos das elites.

A partir desta problemática, o primeiro capítulo abordou os males de origem da formação do Brasil, relacionados ao legado do português colonizador. Foi exposto o parasitismo exploratório como origem de todos os males oriundos desse período inicial, tendo-se materializado nos iberismos (expressão do “parasitismo heróico”) – o insolidarismo, o personalismo, o messianismo e o tipo de escravidão originada e difundida pelos países ibéricos, principalmente Portugal – o patrimonialismo e o analfabetismo controlador da ideologia da dominação metropolitana.

O segundo capítulo abordou os vícios que se originam e difundem de maneira acentuada no período compreendido entre a Independência do Brasil – momento verdadeiro de formação do seu Estado – até o final da chamada República Velha. Assim, foram abordados principalmente os vícios da visão do cargo público como meio de prestígio social, o coronelismo e o clientelismo (que se manifesta em ambos os dois primeiros aqui citados).

Por fim, o terceiro capítulo investigou as vicissitudes características do período que se estende desde a Revolução de 1930 – época na qual é iniciada a modernização propriamente dita do país – até a democratização do país. São abordados os problemas da chamada “Via Prussiana de desenvolvimento”, nos seus dois períodos: entre 1930 e 1945, e entre 1964 e 1985. Também é abordado o populismo como forma de desenvolvimento, no período entre 1945 e 1964. Por fim, foram abordadas as principais mudanças ocorridas no país após a redemocratização, em 1985, e algumas das possibilidades abertas pelos novos ares que se instalam no Brasil desde então.

1 O CICLO INICIAL: SOB O DOMÍNIO DE PORTUGAL

*Jurei mentiras e sigo sozinho
assumo os pecados
Os ventos do norte não movem moinhos*

*E o que me resta é só um gemido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos,
Meu sangue latino
minha alma cativa
Rompi tratados, traí os ritos*

*Quebrei a lança, lancei no espaço
Um grito, um desabafo
E o que me importa é não estar vencido*

(SECOS & MOLHADOS, “Sangue Latino”)

Este primeiro capítulo busca apresentar a formação da sociedade brasileira e do seu Estado como tendo sido eivada de diversos males já na sua própria origem¹. Primeiramente são elucidadas questões teóricas referentes à terminologia usada, no tocante à América Latina, porém focalizando-se a questão dos males de origem decorrentes da colonização lusa no Brasil. Logo após parte-se para a análise específica daqueles que são considerados os principais males de origem em relação à socialização do brasileiro e à formação do seu Estado.

Apesar da formação do Estado brasileiro ser estudada mais especificamente no Capítulo II do presente trabalho – o qual se pretende a analisar o período que vai da Independência à Revolução de 1930, formando o Estado brasileiro propriamente dito – aqui se analisa o legado português no tocante à posterior formação do Brasil – questões relativas à formação de Portugal, país ibérico que vem à América colonizar e, junto consigo, trazer formas de encarar o Estado, suas instituições e suas formas de socialização. Em outras palavras, traz consigo sua cultura, que se soma às culturas indígena e africana, contribuindo para a formação do que posteriormente

¹ Para tratar acerca do assunto, recorre-se aos fundamentos teóricos dos autores: Maria Victoria de Mesquita Benevides (2003), Manoel Bomfim (1993), Sérgio Buarque de Holanda (1995), José Murilo de Carvalho (2000, 2002), Emília Viotti Costa (1981), Dejalma Cremonese (2006, 2007), Raymundo Faoro (1994, 2001), Gilberto Freyre (2006), Celso Furtado (1984), Rafael de Bivar Marquese (2006), Lísias Nogueira Negrão (2001), Caio Prado Junior (2001), Darcy Ribeiro (2006), Florestan Fernandes (1965, 1972, 1979), e Francisco José de Oliveira Vianna (1955).

vem a ser a cultura brasileira, no processo de hibridização que perpassa toda a obra de Gilberto Freyre (2006).

Serão vistos em espécie primeiramente fatores mais radicais relativos à formação brasileira. A exploração econômica da América portuguesa dum ponto de vista eivado de iberismos, como o espírito devastador relativo ao aventureiro (e não ao homem industrioso), o patrimonialismo a formar o espírito do que posteriormente se transforma na cultura política do brasileiro, o analfabetismo exacerbado constituindo a tônica da cultura brasileira desde os mais tenros anos de formação, e a escravidão que ao mesmo tempo maltrata, diferencia e se mistura ao contingente cultural nacional, colorindo e manchando de branco, negro, pardo e vermelho-sangue as peles e lágrimas do brasileiro.

Desses *déficits* que caracterizam o povo e o Brasil ainda na Colônia – filho bastardo e arrimo do português, de quem herdamos instituições e cultura – surgem mais à frente, no desenvolvimento da nação brasileira, diversas outras vicissitudes, mais relativas a contextos históricos específicos – como, por exemplo, o coronelismo, que será estudado no Capítulo II. Mas há de se convir, inicialmente, que é da fermentação histórica de vários outros elementos negativos que se analisa o surgimento desses outros produtos.

1.1 O parasitismo exploratório como origem de todos os males

Males de origem são características decorrentes do processo de formação da sociedade e do Estado (BOMFIM, 1993). Na América Latina originam-se do parasitismo exploratório das metrópoles sobre os organismos das colônias, gerando conseqüências econômicas, sociais, políticas e morais. Apenas com o conhecimento da doença desde seus antecedentes é que se pode realmente vir a curá-la. Dessa feita, estudar os males radicados no início do que se pode chamar “civilização brasileira” permite entender o porquê de problemáticas atuais; entender também como o contexto de cada época causou mudanças no espaço chamado Brasil – e também nos seus problemas, obviamente – ajuda a entender a evolução das doenças, suas fases, estágios.

O parasitismo ibero-europeu, que conforme se verá, resulta do ânimo da empresa ultramarina portuguesa (a qual, por sua vez, dependeu do Estado patrimonial articulado em estamento burocrático), fazendo com que venha junto com o explorador europeu uma série de características ibéricas que degeneram em vícios: o insolidarismo, o personalismo/messianismo e a escravidão. A fim de manter o controle da Colônia, é incentivado o analfabetismo entre seus primeiros habitantes. O organograma abaixo ajuda a visualizar esta divisão esquemática:

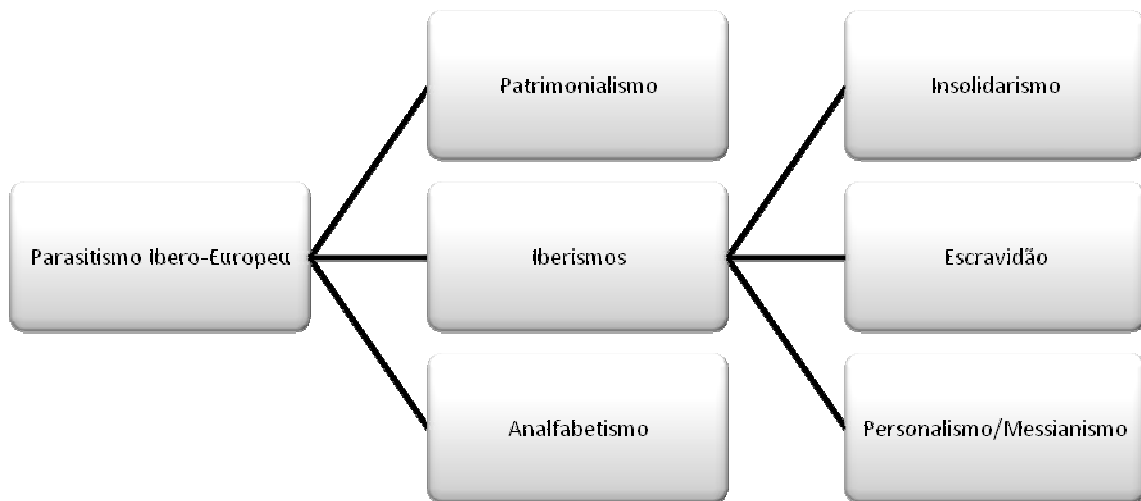


Figura 1: Fluxograma dos males de origem brasileiros

Não se pretende aqui, com o esquema proposto, ser extremamente exato no tocante a relações do tipo causa e efeito para um estudo de males de origem. Para fins explicativos, porém, é útil o esquema hierárquico ora apresentado. Mas não se deve nunca esquecer que a origem de tudo vem do desejo exploratório, que somado a um fator ou a outro, gera o nível mais abaixo. A escravidão, por exemplo, nasce do desejo em explorar; mas se notará que uma série de iberismos (aversão ao trabalho, por exemplo), ao lado de alguns fatores contextuais (inadaptabilidade do índio americano ao trabalho escravo, por exemplo).

1.1.1 Iberismos: expressão do “parasitismo heróico”

A Península Ibérica é região habitada por povos de filigrana moral forjada na luta, seja para invadir, seja para evitar invasões (BOMFIM, 1993). Ao longo dos milênios em que há registro de suas populações, sucederam-se Fenícios, Celtas, Cartagineses, Romanos, Godos, Suevos, Alanos, Sarracenos (ora chamados mouros, quando muçulmanos provenientes do norte da África; ora árabes, quando provenientes da região que os denomina) e, por fim, cristãos novamente, sempre em conflitos que tingiram de sangue e sede de invasão, de conquista heróica a região. A influência do elemento sarraceno na Península é fortíssima para a formação do guerreiro conquistador, de maneira direta e indireta: direta por terem sido os povos muçulmanos que a invadiram gente aguerrida, expansionista por característica própria de fundação do Islã; indireta por ter sido a sua expulsão de lá pelos reinos cristãos, que bravamente resistem e se afirmam por meio da espada, uma verdadeira campanha militar que durou oito séculos – tempo suficiente para arraigar nos espíritos ibéricos o heroísmo do tipo conquistador, parasita, devastador.

Praticava-se a agricultura e a pecuária por lá, sim. Mas apenas em caráter emergencial, alimentar – o próprio agricultor, o próprio pastor, sempre de espada em punho, pois era a riqueza propriamente dita obtível apenas pela atividade de rapina dos castelos mouros, da rapina dos territórios vizinhos. Isso era ocupação constante. Essa característica extremamente aguerrida, que torna a rapina guerreira o meio de obter riqueza, faz com que se manche de vergonha o trabalhar a terra. A verdadeira virtude se traduz, assim, no saque universal, no obter a riqueza por meio do ato heróico. “Atos heróicos”, aliás, era a expressão que utilizavam os cronistas das peripécias de Afonso Henriques, da primeira geração de reis portugueses, ao saquear castelos mouros.

Quando se expulsa o elemento mouro e se consolidam os Estados de Portugal e Espanha, no fim da Idade Média, na Península Ibérica, as ganas de expansão e conquista se voltam ao mar. Mudam os objetivos, porém as ganas permanecem as mesmas. Tendo a expulsão dos mouros também fornecido o elemento religioso, salvacionista, à tradição de luta, resta na moral ibérica ainda a questão de expandir a religião. Os impérios ibéricos foram do tipo mercantil

salvacionista (RIBEIRO, 2000). Portugal com sua revolução mercantil possibilitada pelo desenvolvimento de sua tradicional navegação (a qual se verá mais detalhadamente adiante) busca novas terras de onde tirar riqueza de maneira heróica, aventureira, tendo como elemento a reconquista de territórios para a salvação de almas.

O colonizador do Brasil foi o aventureiro com o intuito de prosperidade econômica (HOLANDA, 1995)². Vê a nova terra como a base de seu futuro poder aquisitivo, e não como seu novo lar. Essa idéia modela o trabalho na nova terra sob o fulcro da simples exploração, persistindo a agricultura de tipo predatório, que abandona a área de plantio assim que a qualidade da terra decaia exponencialmente, repetindo-se posteriormente o mesmo processo na nova área ocupada. O solo do Brasil, não apenas pela agricultura, mas também pela mineração, teve seu ventre violentado permanentemente pelo homem que não busca nela sua estabilidade, mas apenas a riqueza obtida do sangue e do suor do índio e do negro seqüestrado da África para mover o engenho de açúcar e a lavra de mineração.

Mas, apesar de todo o orgulho guerreiro do rapinador ibérico, não se encontra dentre os portugueses vindos à Colônia o orgulho de raça que caracteriza os povos mais ao norte da Europa. Já à época do descobrimento o português é um povo de mestiços – tantas invasões, tantos escravos de diferentes raças circulando pela Península, definiram o povo do colonizador como mescla de vários matizes. O português que vem aos trópicos já é adaptado ao clima tórrido do Brasil, por conta de tanta movimentação, tanta mistura com o elemento africano desde tenra idade em sua formação como nação (FREYRE, 2006).

A sociedade brasileira é originária desse processo exploratório, numa soma da lusitanidade com o colorido dos índios e dos africanos – o velho arcabouço

² Isso diferencia a colonização portuguesa, no sul da América, da anglo-saxônica, ao norte (FAORO, 2001): esta não leva o Estado europeu para além-mar, apenas o homem com a mentalidade povoadora, o qual buscou novas formas de organização política e administrativa. Como o inglês foi à América do Norte acompanhado da esposa, também não se configurou por lá a promíscua e imoral miscigenação racial aos moldes da brasileira dos primeiros idos. Além disso, a vergonha do trabalho industrioso e da engenhosa produtividade não encontra espaço – enquanto o colonizador inglês faz da América sua nova pátria, o colonizador-explorador ibérico faz do Brasil um braço do Estado.

européu ocidental estende-se até a colônia ultramarina, implantando-se a expansão européia no território novo, a fim de que se abasteça o mercado mundial com bens produzidos (ou melhor, extraídos, sangrados) à custa do “[...] desgaste da população que recruta no país ou importa.” (RIBEIRO, 2006, p. 17).

Mas, ao contrário de outros territórios do novo mundo onde a multietnicidade é gerida por um Estado unitário, no Brasil encontra-se uma só cultura e etnia administradas por esse tipo de Estado – resultado de uma unificação política violenta e continuada, embasada na repressão de todo tipo de manifestação que pretendesse alterar a ordem fundamentada na característica estratificação social brasileira, na qual se distanciam as elites dos remediados, e estes, por sua vez, dos miseráveis, obliterando a comunicação humana ao mesmo tempo em que se verifica o fato de que a única função da classe inferior é a exploração concomitante ao tratamento rude e excludente.

1.1.2 O Insolidarismo

O insolidarismo é o traço individual e coletivo da sociedade brasileira, sendo por isso Oliveira Vianna (1955) defensor da idéia do Estado como agente coativo e educador para a formação de um comportamento denominado culturológico, que poderia vir a substituir o insolidário. Razão pela qual defendia o papel coativo e educador do Estado na formação desse comportamento culturológico, visto ser o Estado o guardião e a força vital do povo.

A origem do comportamento insolidário remonta aos tempos do Brasil-colônia, tendo sido criado um anti-urbanismo em função da gênese do *homo colonialis*, caracterizado fortemente pelo individualismo e pela desconfiança – o amor pela solidão, pelo ermo, a rusticidade e o anti-urbanismo o definem. O explorador, principalmente do bandeirante paulista, é o exemplo apresentado pelo autor.

No âmbito do trabalho o brasileiro é caracterizado como particularista e individualista, tendo sido a gênese disso o trabalho agrícola brasileiro – o qual, ao contrário de certas nacionalidades européias, impeliu o homem para o isolamento no sertão agricolamente explorado, homem eivado de uma força centrífuga em prol da

exploração do imenso território. Dessa forma, hábitos de cooperação e colaboração, solidariedade social e até mesmo espírito público não teriam sido formados no brasileiro. A solidariedade social que por aqui ter-se-ia formado foi a negativa, sendo o solidarismo propriamente dito encontrado de maneira tênue apenas em pequenas práticas privadas de mutirão e rodeios. No tocante à dimensão política – relações entre o indivíduo e os poderes públicos locais, nada se registraria de positivo quanto à solidariedade.

Ao comparar o povo brasileiro a outros povos latino-americanos também se denota o caráter individualista do brasileiro. Outros povos ainda teriam tido certa educação comunitária de trabalho e economia. No Brasil, o indivíduo seria o foco, sem precisar da sociedade (comunidade). A própria observação da história da formação do país demonstraria que

[...] tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver, no homem, o indivíduo. O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente do grupo ou colaborando com o grupo não teve aqui clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se. (VIANNA, 1955, p.155).

Nota-se uma exacerbação do individualismo familiar, cominada à despreocupação para com a questão pública, da ausência do espírito de bem comum. Prevalecem os interesses individuais e da família, sendo os interesses relativos ao público algo inexistente ou quase. Em contraste com o povo britânico, não teríamos a compreensão do que é o interesse coletivo e nacional, do espírito de equipe e da ação em conjunto. Haveria aqui a solidariedade parental – aquela que mantém os interesses fechados entre as famílias dominantes, entre os “clãs” exclusivos da classe senhorial. Em outras palavras, seria o associativismo entre as famílias poderosas em prol da defesa de seus interesses na política o único presente. Associativismo esse denotado apenas no tocante a interesses eleitoreiros. O comportamento partidário também não é acrescido de motivações coletivas.

Não teria havido, assim, a educação para a cooperação entre os brasileiros. Enquanto o feudo europeu teria constituído uma escola para o povo-massa adquirir o saber solidário, coletivo, a fim de se realizar o interesse da comunidade que o habitava, a base escravocrata da produção teria dispensado a articulação entre o

senhor da fazenda e a massa que a habitava. Esta nunca teria participado, no Brasil, da administração do domínio – exercido de maneira sempre ditatorial, antidemocrática, pelo senhor do engenho. Isto evidenciaria a carência de motivações coletivas e do espírito público do brasileiro.

O insolidarismo – ou falta de coesão na vida social – seria derivante da “sobranceria”, característica ibérica de formação do indivíduo que para o Brasil teria sido transplantada; aliás, como o próprio Sérgio Buarque de Holanda (1995) ensina, os principais males no Brasil se referem a práticas estranhas à organização social autóctone que por aqui foram inseridas). Tal característica apregoa que o verdadeiro valor do homem se reflete no seu grau de autonomia em relação aos seus semelhantes, da “[...] extensão em que não precise [o homem] depender dos demais, em que não necessite de ninguém em que se baste” (HOLANDA, 1995, p. 32). Seria esse exacerbado individualismo e desamor pela associação que originariam uma característica nacional que se manifesta até tempos hodiernos: a incapacidade de organização sólida do brasileiro.

A falta de solidariedade é uma característica brasileira que se expressa no contraste entre as vidas particular e pública (DA MATTA, 1986). Enquanto a primeira é dotada de forte moral familiar, tradição, coisas que se pretendem preservar, a segunda se refere ao mundo da luta, impessoal e agreste, aonde leis, instituições e pessoas vêm a tolher o que de bom há nas pessoas, significando o espaço da luta, do obstáculo a ser derrubado. Isso traduz a questão de que, se algo é externo ao lar, ao familiar, ao consangüíneo (entenda-se aqui o termo num sentido figurado), é ameaçador, nocivo.

A sociedade agrária do Brasil colônia, massivamente maior do que a urbana, encontrava-se dividida entre os senhores (proprietários exploradores de terras e homens abaixo de si na estrutura social); lavradores (dominados pelos senhores através dos regimes de parceria agrícola, tendo capital aplicado em gado e escravos, mas não possuindo terras – os quais eram inseguros em relação aos desmandos econômicos dos senhores); moradores (mestiços pobres da agricultura de subsistência, explorados para todo o tipo de necessidade e prazer dos senhores); e, fora da estrutura social, por não terem a si atribuídos sequer valores de

humanidade, os escravos – verdadeiro gado humano gasto na exploração econômica tanto por senhores quanto por lavradores (FAORO, 2001).

Tal sociedade gravitava em torno da atividade exploratória açucareira destinada à exportação – ao lado da qual há algumas outras atividades socialmente desprestigiadas, como a criação de gado para os engenhos, plantação de algodão para consumo, tabaco para consumo e trocas por escravos. Nas cidades cria-se aos poucos uma população livre inconformada ao trabalho manual (classe média), que busca a ascensão de classe através da economia (comércio) e ao estamento burocrático (administração pública, milícias) através do prestígio. Essa classe sequiosa por ascender despreza o brasileiro livre e pobre – o que demonstra que desde cedo há pouca solidariedade entre as camadas sociais que formam o Brasil, estando cada setor explorando e desprezando o que se encontra imediatamente abaixo, gerando a insegurança e o rancor neste.

1.1.3 Personalismo e Messianismo

Da própria constituição guerreira do ibérico nota-se a questão do orgulho individual heróico – o sobranceirismo desses povos, que ao se transferirem para a América o levam consigo, faz com que a integração entre indivíduos haja apenas quando orientados para um objetivo material comum (como a prática do mutirão, atividade coletiva destinada ao cumprimento de uma tarefa pontual, não correspondente à prática normal da solidariedade que se nota entre povos genuinamente solidários). Assim,

em sociedades de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. (HOLANDA, 1995, p. 61).

Messianismo é a crença em um salvador, acompanhada da expectativa de sua chegada, a qual por sua vez acabará com a ordem presente (tida como iníqua ou opressiva) e instaurará uma nova era de virtude e justiça (NEGRÃO, 2001). As lideranças políticas no Brasil carregam, além do personalismo, certa quantidade do elemento messiânico, o qual se originou do sebastianismo português

(CREMONESE, 2007). Aguarda-se por um “Salvador da Pátria” que vá solucionar os problemas. Darcy Ribeiro (2000) descreve essa expectativa messiânica pelo herói que irá livrar as pessoas do desamparo. Em decorrência disso, haveria a necessidade de laicização como solução para tal questão. É preciso parar de esperar por um milagre sobrenatural: “A questão brasileira é a necessidade da laicização.” (DA MATTA apud CREMONESE, 2006, p. 80).

Uma provável origem desse messianismo é a questão do sebastianismo (BUENO, 2003). Dom Sebastião, rei de Portugal que morreu sem deixar herdeiros em 1578, teve seu retorno esperado como salvador da pátria – tendo-se em vista que foi justamente o fato de ter morrido sem deixar herdeiros que desencadeou o episódio da União Ibérica, tendo permanecido Portugal durante 60 anos subordinado aos espanhóis por conta da questão sucessória. Esse mito português sobreviveu durante séculos – tendo sido característico das revoltas de Canudos (1896) e do Contestado (1912-1914): o culto a Dom Sebastião.

Esse personalismo/messianismo teria sido totalmente explícito nas eleições presidenciais de 1989 (LAMOUNIER, 2005): ocasião em que se buscava o salvador da pátria em meio à instabilidade e uma situação de quase-ingovernabilidade. Evocava-se, como solução dessa gama de fragilidades em âmbito nacional, a figura heróica do homem certo para o cargo de Presidente da República – e esse momento teria se cristalizado na figura marcante de Fernando Collor de Mello na manhã de sua posse:

No dia da posse, 15 de março de 1990, ao reunir pela manhã os ministros no gabinete presidencial, Collor trazia estampado no rosto contraído o recado que desejava transmitir. Imóvel, manteve o olhar fixo nas câmaras durante longos minutos, como se não admitisse o ranger de uma cadeira ou o zumbido de um inseto retardatário. O público-alvo do inusitado comportamento não eram os ministros ali presentes. Era o ‘povo’, a vasta “*constituency*” nacional. As palavras que Collor não proferiu, mas deve ter pensado, tinham clara proveniência bíblica: ‘Assim estava escrito, mas em verdade vos digo [...]’. Eis-me aqui, sou eu o líder pelo qual todos tanto ansiavam, o presidente destemido, capaz de instilar no país seu vigoroso ânimo modernizador. (LAMOUNIER, 2005, p. 192).

Momento simbólico decisivo na história do país, por visar eleger o primeiro presidente democraticamente eleito após um período ditatorial de mais de 20 anos,

as eleições de 1989 foram eivadas justamente desse espírito: buscar o destemido titã a conduzir em frente a nau da República. Interessante ter o herói sido transformado em bandido aos olhos do mesmo povo que o elegeu, ao pedir seu *impeachment* dois anos após a chegada do “escolhido”...

O sistema patriarcal da casa-grande, ainda aos tempos da Colônia, pode ser tido como origem do personalismo no tratamento para com os políticos (FREYRE, 2002). Os escravos e agregados dos engenhos tinham em seus senhores verdadeiras figuras de pais, ou de padrinhos – tanto que, quando esses últimos fugiam, era considerado ruim irem se apadrinharem de outros senhores como medida de proteção. Daí a consagração, ainda hodiernamente, de políticos como “pais dos pobres” e “pais dos humildes”.

1.1.4 A Escravidão

Após reconquistar a Península Ibérica, fundamentando sua personalidade e socialização com base na guerra, no heroísmo conquistador, os impérios ibéricos mercantis salvacionistas se voltam ao mar: primeiro o atravessam para chegar à África, onde descobrem verdadeira mina de lucros na escravidão do africano (BOMFIM, 1993). Havendo escassez de mão-de-obra em Portugal e, somando-se esse elemento à vergonha que representa trabalhar industriosamente para o guerreiro, enche-se Portugal de escravos negros a realizarem toda atividade industrial e criativa. Além disso, sua posse se torna para o português branco símbolo de *status* (FREYRE, 2006).

Nesse mesmo sentido, concorda Prado Júnior (2001), de implantação da escravidão negra em Portugal. Nem sequer se havia iniciado qualquer tentativa de trabalho livre do branco – os mouros foram primeiramente escravizados pelo português branco que havia libertado a terra; logo após, quando Portugal conquista o norte da África, levam para seu território também o elemento africano. Em 1550, cerca de 10% da população lisboeta se constituía de escravos negros. Tal situação teria sido uma das causas da decadência lusitana, pois a escravidão não deixava oportunidade para a criação de um espírito industrial no homem livre – o qual, por sua vez, buscava a demonstração de *status* por possuir escravos. Também a falta

de braços para trabalhar – ocasionado pela escassez populacional, por pestes e pelo êxodo que a aventura comercial às Índias proporcionou – foi causa para a escravidão na própria península.

Sendo descoberto o Brasil e tendo se iniciado a sua exploração no século XVI, o conquistador branco tenta preliminarmente utilizar as populações autóctones como braço escravo. Através do escambo de quinquilharias por trabalho coletor de toras de pau-brasil se inicia essa escravidão. Entretanto, o índio do Brasil é caçador, coletor, nômade por excelência. Exerce a agricultura, sim; mas a sua forma de fazê-lo não condiz às necessidades exigidas pela lavoura de cana-de-açúcar, segunda etapa de exploração da Colônia. Assim sendo, o escravo africano, já tão familiar ao português no reino, é adaptada às terras americanas.

A escravidão que se deu na América portuguesa difere da ocorrida no europeu antigo (Grécia e Roma, mais especificamente). Entre esses povos da Antiguidade Clássica a escravidão derivou de um passado, de uma tradição que vai se calcando na necessidade, de todo o conjunto da vida social, material e moral. A escravidão na América nasceu repentinamente, tendo sido a escravidão em Portugal mero antecedente imediato. “Restaura apenas uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas.” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 278).

Durante o século XVII, quando se insere nas Antilhas o cultivo de cana-de-açúcar, é minada a possibilidade de se explorar produtos tropicais sob o regime de pequena propriedade no Brasil (FURTADO, 1984). Sendo o açúcar atividade incompatível com a pequena propriedade, passa a imperar por aqui o latifúndio escravista – tudo com o objetivo de satisfazer a sede de lucro do português explorador e aventureiro que por aqui se instala. A escravidão é instalada a por conta da indignidade que representa o trabalho braçal ao ibérico branco – além do fato de ser pequena demais a população portuguesa naquela época para que haja uma massiva imigração de braços trabalhadores para o Brasil. Há o desejo de extração rápida de riquezas do solo brasileiro, numa quase rapina, sem grandes sacrifícios, por parte do pouco elemento branco que se desloca de Portugal ao Brasil

– o qual a ocupa como um usufrutuário que logo após o abandona destruído (HOLANDA, 1995).

Ao Brasil vieram, ao contrário do que suposições racistas possam expressar, indivíduos extremamente criativos – artífices da melhor qualidade, arrancados da África pelo senhor de escravo, para servirem à lavoura açucareira das mais diversas maneiras (FREYRE, 2006). Desde o braço a movimentar o serviço do eito a formas de agriculturas a que estavam mais adaptados do que o indígena, até serviços técnicos mais especializados (como o uso dos metais, do qual o indígena nunca se fez entendedor antes do homem branco) e funções de deleite do senhor de escravo – muitas vezes sexual, decorrente da relação de submissão.

Houve sempre a necessidade do braço negro escravizado no latifúndio colonial (HOLANDA, 1995). Índios escravos foram mais úteis em serviços relativos à sua tradição de caçadores e coletores. Tais serviços podem ser resumidos no extrativismo do pau-brasil, atividades de caça e pesca, determinados ofícios mecânicos e, aqui cabe ressaltar, na criação de gado, ciclo econômico subsidiário do ciclo da cana-de-açúcar, que povoa o sertão brasileiro a fim de se produzir o charque para a boca do escravo, o couro e a propulsão bovina dos engenhos nordestinos; economia que também inicia o povoamento do sul do Brasil quando do ciclo da mineração (FURTADO, 1984). O trabalho metódico e cuidado dos canaviais condizia mais às características dos povos africanos que para cá foram trazidos – sendo os índios brasileiros pouco adaptados ao sedentarismo por natureza, não eram bons para o eito da lavoura de cana. Também as epidemias trazidas pelo homem branco, acabando com grande número de indígenas, auxiliaram a converter o tipo de mão-de-obra empregada, de escravo indígena para escravo africano (MARQUESE, 2006).

Conseqüência direta do latifúndio e da escravidão foi a insuficiência de qualquer empenho cooperativo sério nas demais atividades produtivas (HOLANDA, 1995). O trabalho escravo absorvia qualquer tipo de atividade no Brasil-Colônia, ocasionando a indústria caseira, capaz de bastar aos mais ricos proprietários de escravos talentosos e a escassez de trabalhadores especializados (tais como sapateiros, seleiros, etc.) livres. Inclusive, outra forma de exploração econômica era

a prática dos “negros de ganho”: artífices escravos que realizavam trabalhos a outrem com fins pecuniários, cujo provento era remetido diretamente ao bolso do seu senhor.

O aventureiro branco, ao tomar contato pessoal com o índio e o negro escravizados forma uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida (FREYRE, 2006). Agrária porque foi, ao menos entre a decadência do ciclo de exploração do pau-brasil e o início do ciclo da mineração, já no século XVIII, absolutamente de exploração da cana-de-açúcar; escravocrata porque essa exploração se dava através do trabalho cativo do índio e, mais tarde, do negro; híbrida por causa da predisposição étnico-cultural do português, “[...] povo indefinido entre a Europa e a África” (FREYRE, p. 66), cujo sangue é tingido pelo sangue mouro e aquecido pelo clima dotado de malemolência africana – um povo que antes de governar a si mesmo à maneira europeia, aristocrática e feudal, prefere dominar outros povos, outros territórios, influenciando e sendo influenciado tanto em seu físico quanto em seu comportamento nesse processo de dominação de outrem.

Também se deve aqui destacar outra diferença extrema entre a escravidão moderna e a antiga: a profunda diferença aparente, de raças, que enche de peja a cor e outros traços físicos do escravizado, transformando a sua aparência em marca indelével e impossível de disfarçar – oferecendo-se dessa forma tratamento análogo ao de escravo mesmo entre negros forros e livres que (apesar de poucos) aqui se encontravam (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 282). “[...] a diferença de raça [...] vem, se na provocar [...] pelo menos agravar uma discriminação já realizada no terreno social.” O mulato representava um degrau pouco mais acima do negro nessa hierarquia desigual, conforme demonstra o texto abaixo, relativo ao número de alforrias: “[...] do ponto de vista estatístico foram os escravos nascidos no Brasil, isto é, os crioulos e, sobretudo, os pardos [mais privilegiados]: este grupo constituiu 69% do universo das alforrias, contra apenas 31% de africanos libertados.” (SCHWARZ apud MARQUESE, 2006, p. 114).

Capturar índios para reduzi-los à condição de escravos; escravizar negros para a realização de atividades produtivas indignas do homem branco. Atividades que nunca se afastaram do ávido desejo de cópula do branco para com os

dominados. O falo europeu fertilizando o ventre da Colônia, gerando aos poucos o elemento mestiço que vem a se tornar a mais pura essência da brasilidade. Dessa forma de encarar a escravidão se dá o denominado “incremento prodigioso” da população (RIBEIRO, 2006). Portugal, nação nãica territorial e demograficamente, multiplica a população da Colônia de maneira assombrosa através desse emprenhamento de índias: Anchieta avaliava a população do Brasil em 1584 em 57.000 habitantes; destes, 25.000 eram denominados “brancos da terra” (principalmente mestiços caboclos), 18 mil índios e 14 mil negros – porém aqui foi considerado como brasileiro quem estava incorporado ao empreendimento colonial daqueles tempos, num território que não era maior do que 15.000 km² (apud RIBEIRO, 2006).

Aliás, essa forma tão violenta de encarar a escrava, porém tão próxima, como o é considerá-la meio de satisfação do prazer e do incremento populacional, é que diferencia a escravidão do Brasil de outros sistemas de escravidão na América (FREYRE, 2006). A tonalidade negra aqui não é simples referência a um bem de produção: é também a cor da ama-de-leite (que alimenta e dá a primeira educação ao filho do branco), da amante. Obviamente isso não confere à escravidão no Brasil elemento mais digno do que em outras paragens – a distingue por ter sido elemento formador do povo, tendo sido formada uma sociedade plurirracial através de uma relação de dominação e de exploração (ALENCASTRO apud MARQUESE, 2006). “O fato de esse processo ter se [estratificado, ideologizado e sensualizado] não se resolve na ocultação de sua violência intrínseca [...] da sociedade brasileira: [...] há mulatos no Brasil e não [...] em Angola porque aqui havia a opressão sistêmica do escravismo colonial, e lá não.” (ALENCASTRO apud MARQUESE, 2006, p. 118).

A própria Igreja Católica teve parcela de culpa ao defender a escravidão, já que “[...] as ordens religiosas, solícitas em defender o índio, foram as primeiras a aceitar, a promover mesmo a escravidão africana, a fim de que os colonos, necessitados de escravos, lhes deixassem livres os movimentos no setor indígena” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 284). Nem mesmo de “salvação das almas” tinham o privilégio os africanos por aqui – já que mesmo a Igreja os tinha como bode expiatório pelo pecado da necessidade de escravos para a exploração comercial. Em resposta à pressão dos jesuítas, da década de 1570 a Coroa portuguesa

promulgou leis parcialmente coibidoras da escravização do indígena – ao mesmo tempo os portugueses aperfeiçoavam o tráfico negreiro transatlântico, principalmente após conquistar definitivamente a Angola no mesmo período (MARQUESE, 2006). Em números: entre 1576 e 1600, 40 mil escravos africanos desembarcaram no Brasil; entre 1601 e 1625 esse volume passou a ser de cerca de 150 mil, sendo destinados na sua maioria aos canaviais e engenhos.

É claro que não foi sem resistência, com docilidade e puro conformismo que se deu o episódio da escravidão durante a Colônia. A memória histórica guarda várias questões sérias que ameaçaram o domínio escravista da Colônia. O Quilombo dos Palmares (século XVII) demonstrou a organização que os escravos fugidos em busca de liberdade, num sistema como o Brasil Colônia, onde a produção era de monocultura, e o quadro social se caracterizava pelo desequilíbrio demográfico entre brancos livres e escravos negros, sendo poucas as oportunidades de alforria e grande o absenteísmo dos senhores (MARQUESE, 2006). Mas esse episódio, depois de aniquilado, serviu, infelizmente, apenas para aumentar a organização do sistema contra revoltas e pró-repressões.

O ciclo de mineração também permitiu maiores possibilidades de revoltas entre escravos, o que se traduz no significativo número de quilombos na Capitania das Minas Gerais (REIS apud MARQUESE, 2006). As tensões sociais no território – causados principalmente pela escassez de víveres (decorrente da preocupação primeira com a exploração aurífera, relegando o abastecimento à secundária) e também a dispersão espacial das lavras de ouro, a possibilidade de apropriação de parte dos resultados da extração pelos trabalhadores bem como de controlar o processo de trabalho ampliaram a autonomia dos escravos. Sendo assim, os senhores freqüentemente se valeram de meios não coercitivos³ para garantir uma extração regular, o que facilitou o acúmulo de recursos para a compra da alforria.

³ Para Versiani (2007), o abrandamento da severidade no trato com o escravo difere no tipo de atividade executada. Em atividades repetitivas, tais como as referentes ao roçado, torna-se fácil o monitoramento do feitor à atividade: assim, o trato mais coercitivo e violento é favorável à produtividade. Já em atividades não tão facilmente monitoradas, tais como o garimpo – pois não há como o feitor verificar se ocorreu, por parte do escravo, uma procura realmente eficaz de ouro numa jazida ou no cascalho – seria mais favorável o trato de recompensa. Entre outras atividades não monitoráveis facilmente, como nas exercidas pelos “negros de ganho”, por exemplo, essa tese se confirma também. Some-se isso à freqüência com a qual serviços de artífices habilidosos era executados no Brasil, e pode-se perceber um dos motivos pelos quais ganhou tanta força a tese da

Essa imensa maioria escravizada⁴, de baixo nível social, constituirá a maioria da população do país. Amontoado populacional mal-unido, incoerente e desconexo, fundado nas bases precárias da sociedade colonial brasileira (PRADO JÚNIOR, 2001). População de baixa moralidade – não por fator raça, mas por fator pejorativo de origem social, já que o sistema escravocrata reduz o negro a condições agrestes de sociabilidade, rebaixando-o a condições de objeto sexual e força de trabalho animal (FREYRE, 2006).

1.2 O Patrimonialismo

O patrimonialismo é um dos mais marcantes traços da cultura política brasileira (FAORO, 2001). A implantação do capitalismo originou um Estado de natureza patrimonial, com uma estrutura estamental que faz com que a elite se encontre dissociada da nação: o patronato político brasileiro que age considerando os interesses particulares. Tal sistema coloca os empregados em uma rede patriarcal na qual eles representam a extensão da casa do soberano.

A formação do Estado brasileiro tem suas raízes em Portugal, visto ter sido essencial a influência do Estado lusitano e da importância dada pelo homem lusitano à colônia. Quando da formação do Estado português, na Idade Média, o Rei constituía-se como senhor da guerra e da terra. Senhor da guerra pelo mérito da expulsão dos mouros do território pretendido por Portugal: daí o fundamento da ascendência do Rei ao poder. Senhor da terra por ser soberano sobre toda a terra portuguesa, traduzida no nível prático na cobrança de contribuições (taxas arrecadadas sobre todo tipo de atividade realizada sobre o solo português). Em verdade, a propriedade particular e pública do Rei se confundia – originando-se daí

benignidade entre os trabalhos de escritores como Gilberto Freyre. Outros motivos para o surgimento de tal tese seria a diferença entre tipos de escravos: os que habitavam mais diretamente o círculo social dos senhores (escravos domésticos) recebiam realmente um tratamento mais benigno, por não ser deles exigida a lucratividade; mas o escravo do eito, esse sim era tratado como besta de trabalho, inumano, sobre cuja atividade imperava uma coerção feroz com vistas à lucratividade.

⁴ Apesar da qualidade de estudos como o de Adalberto Cardoso (2008) em *Escravidão e sociabilidade capitalista*, no qual se apresenta um número de escravos que já não corresponde à maioria da população durante o período imperial, deve-se ter em mente aqui que a peja de negro ou de mestiço corresponde à de impuro, descendente de escravo. Não é de números que se está aqui a tratar, ou de uma classificação estanque de quem é ou não é escravo, mas sim de quem sofre preconceito por ser arraigado no senso comum de que negro ou descendente seu é avesso ao trabalho e imoral – e, por consequência, é marginalizado na ordem social.

o Estado patrimonialista, no qual os bens públicos são tratados pelo governante como se seu fosse. Reis de Portugal participavam economicamente de toda forma de exploração econômica no seu território soberano: desde a cobrança de impostos até o investimento e a exploração diretos sobre a atividade comercial típica do seu país, sobre a agricultura e sobre a atividade manufatureira.

A economia portuguesa cedo se tornou monetária, tendo em vista a necessidade de se criar um sistema de cobrança tributária eficiente, estendendo-se por todo o território do soberano. Além disso, nota-se na tradição portuária, de navegação e comércio de Portugal – a própria etimologia do nome do pequeno país traz a origem em algo como “Porto da Gália” ou “Porto do chamamento” (BUENO, 1998a). A atividade comercial (que culminou nas Grandes Navegações) marcava a vida social, e não a atividade agrícola – que, apesar de essencial, não era a definidora da sociabilidade portuguesa daqueles idos.

Dessa caracterização do Rei soberano da guerra e da terra, bem como do Estado patrimonialista, a economia cedo monetária e capitalizada, entende-se que Portugal foi o primeiro país absolutista da Europa⁵ (FAORO, 2001). Obviamente lá havia uma aristocracia rural, mas esta tinha pouca força política, tendo em vista sua situação de possuidores de terra em um país de pouco território cultivável. Assim, Portugal não conheceu o feudalismo: não havia intermédio de outro senhorio senão o príncipe sobre todo o território.

Portugal possuía também a peculiaridade de ter uma burguesia associada ao rei, após a Revolução de Avis (1383-1385), que ocorreu durante um momento crítico no país⁶: a aristocracia buscava afirmar a exclusividade do seu domínio público; a burguesia comercial, rica e associada ao rei, pretendia maior poder político; havia um êxodo rural impulsionado pela peste no campo e pela eversão da atividade comercial; e o Rei D. Fernando I, tendo tido seu reinado marcado pela riqueza

⁵ Apesar de haver posicionamentos diversos de outros autores quanto a qual teria sido o primeiro Estado absolutista moderno, aqui se utiliza do referencial teórico de Faoro (2001), nesse sentido.

⁶ Isto ensina Faoro (2001) sobre as causas da Revolução de Avis: ao falecer D. Fernando I, é problemática sua sucessão – não havia sucessores oficiais, e o país seria entregue ao Reino de Castela. Ocorre, assim, o dissídio político entre os favoráveis a Castela e os favoráveis ao Mestre da Ordem de Avis, filho bastardo do Rei D. Pedro (anterior a D. Fernando I). Sangrentos conflitos entre as duas facções ocorrem durante dois anos, com a vitória dos partidários do Mestre – coroado então como o nome de D. João I.

comercial e conturbações sociais decorrentes da decadência da nobreza rural, resolve apoiá-la, doando terras do reino e realizando para com ela outros tipos de simpatia – demonstrando ser politicamente retrógrado, desagradando a crescente burguesia.

Tal Revolução, entretanto, não emancipou a classe popular, nem a burguesia (como ocorria nas revoluções européias posteriores e na americana). Resultou na nobiliarquização dos burgueses eminentes, ocupando posições dentro do Estado subordinadamente ao Rei. Somando-se esse fato à riqueza do príncipe (baseada na tributação e na participação em todos os negócios) e à economia de Estado que passa a menosprezar a terra interior em prol dos lucros provenientes das navegações e do comércio exterior (exigindo adaptação do aparelhamento estatal às mudanças decorrentes desse posicionamento), surge a figura do estamento burocrático⁷ – camada social não econômica fundamentada na desigualdade de prestígio, que se esforça por conquistas materiais e “espirituais” exclusivas, que ocupa órgãos do Estado (e não categorias sócio-econômicas).

A expansão marítima portuguesa – assim como a empresa marítima da Coroa – teria se dado pela soma de dois fatores principais: a geografia privilegiada atlântico-mediterrânea do país luso e o Estado patrimonial articulado em estamento (FAORO, 2001). O posicionamento geográfico permitiu a tomada de pontos estratégicos, como as Ilhas Canárias, a Ilha da Madeira e Ceuta, localizações que impulsionariam a conquista dos territórios africanos e, posteriormente, asiáticos. Também a tradição de navegação e comércio português derivam da vantagem geográfica, pois pelos portos lusos passavam as mercadorias traficadas entre as nações banhadas pelo Mediterrâneo e outras dos mares mais ao norte da Europa. Já o Estado patrimonial e estamental organizado em torno do comércio e visando

⁷ Diferencia-se um estamento de uma classe por resultar a última da estratificação social economicamente condicionada, agregando interesses econômicos determinados pelo mercado, sem necessariamente dispor de poder político (por mais poderosa que seja economicamente), tendo sua dinâmica de poder projetada de maneira ascendente; o estamento tem sua dinâmica projetada de maneira descendente (do rei às camadas mais baixas), agindo todos os grupos conforme limites previamente fixados pelo controle superior através dos juristas; a soberania real num Estado patrimonial e estamental é extrema, não tolerando qualquer sinal de independência: clero, nobreza e burguesia são meras fontes de recrutamento de conselheiros (FAORO, 2001). A administração é atividade privilegiada na sociedade estamental e burocrática, sendo a “casta” privilegiada os legistas. Há a perfeição administrativa e organizacional adequada à eficiência que a aventura ultramarina portuguesa demandaria.

sempre a lucratividade permitiu a articulação de fatores econômicos e científicos⁸ em torno da aventura ultramarina.

A tomada de Ceuta materializou a conquista planejada pelo rei através do estamento, em resposta às cobiças econômicas da burguesia e políticas da aristocracia sedenta por colocações dentro do sistema estamental. A exploração comercial da empresa ultramarina pela Coroa se dava de duas formas: em forma de exploração estatal direta ou de forma delegada pelo Estado (que se traduziam nas formas de concessão graciosa ou de arrendamento oneroso).

Embora tenha sido necessário para a aventura ultramarina – ao menos é o que se conclui da análise histórica – o estamento tem uma série de conseqüências nocivas (FAORO, 2001): a) a máquina governamental se torna extremamente onerosa, pois satisfaz as ganas econômicas de muitos atores burocráticos que a incham; b) os cargos da administração são vistos não como uma função necessária do ponto de vista lógico, mas como privilégio, passando o cargo no estamento a ser visto como meio de exploração econômica do Estado; c) o privilégio congelamento a máquina burocrática, impedindo sua renovação, e paralisa a expansão e a industrialização da sociedade, fazendo com que o capitalismo mercantil, que enriqueceu o Estado português, não se desenvolva para o capitalismo industrial; d) a ideologia e as práticas relativas do estamento aderem em toda a tessitura social do país – originando círculo vicioso em que o Estado esmaga a iniciativa privada através da concorrência direta que realiza contra ela, reduzindo a arrecadação através de tributos, enfraquecendo aos poucos o Estado, que depende da tributação; e) como o Estado português daqueles idos destinava sua riqueza a manutenção estatal e do clero (que justificava ideologicamente o poder real), há um atraso ainda maior à estruturação capitalista portuguesa.

⁸ A famosa Escola de Sagres não constituiu um espaço físico assim denominado, mas sim apenas no sentido filosófico, da reunião de conhecedores da arte de navegar, denota a cientificidade mobilizada a fim de melhor executar a empresa, algo muito semelhante ao que vem a ocorrer massivamente a partir da Revolução Industrial (BUENO, 1998a).

Além disso, a ideologia medieval oposta ao lucro permaneceu na mentalidade dos letrados lusitanos, contraditoriamente à lucratividade da empresa ultramarina – caracterizando-se, assim, uma discrepância entre prática e pensamento, causando atraso no desenvolvimento científico de Portugal: a tradição mercantilista passa a importar também o conhecimento, não incentivando a sua produção interna. Também o Direito apresentava-se deficitário: apesar de ter se consolidado precocemente, desenvolveu-se muito mais para a política do estamento do que para as estruturas econômicas e particulares, sendo baseado no romano e canônico, não nos costumes e práticas locais – o que demonstra relação de descendência e imposição autoritária da lei.

Ser integrante (funcionário) do estamento era posição respeitosa, gananciosamente cobiçada, dependente não do merecimento, mas do conchavo bem articulado junto à corte. Isso porque o funcionário, detentor de cargo conferente de riqueza e de comando da economia, deveria ter relações de bajulação com a Corte, a qual, por sua vez, influenciava o Rei, nomeador dos funcionários. Conseqüentemente, a possibilidade do cargo aumenta a bajulação aos cortesãos, que influencia o Rei no sentido de aumentar o número de cargos, saturando a máquina estamental de funcionários corruptos desnecessários – o que incrementa o número de fidalgos ostentadores, não produtores de riqueza – enfraquecendo-se assim o Estado. Em suma: “Todo o influxo externo, de produção de bens ou de aquisição de técnicas, sofre o efeito triturador e nacionalizador do estamento, que retarda a modernização do país.” (FAORO, 2001, p. 103).

As relações entre a classe comercial e o estamento eram, concomitantemente, de dependência e repulsa. A dependência se caracterizava por conta da complexidade das relações de então: a Corte, influenciadora das vontades do rei, não podia comerciar, mas absorvia os frutos do comércio ultramarino. O estamento era politicamente muito próximo da Corte e, sendo a classe comerciante dependente do estamento para obter os direitos à exploração. Repulsa porque justamente a dependência causava a impossibilidade de convívio entre explorador e explorado pelo fim em comum do fomento das navegações e dos lucros dela decorrentes.

O mercantilismo, a Inquisição e o estamento causam a crise de Portugal. O mercantilismo (explorador das riquezas de outras terras) mina o comportamento produtivo. A Inquisição, a qual ganhou força entre ibéricos, acabou com os judeus em seus territórios – únicos possuidores de espírito produtivo inovador. O estamento congelou ainda mais o desenvolvimento, já que consolida o mercantilismo e a aversão à produtividade – que faz com que as soluções partam apenas do Estado, não na atividade particular.

O estamento é o quadro administrativo e o estado-maior do domínio governado pela minoria, que exerce o poder em nome de seus interesses particulares, e não do bem comum. Nesse cenário, o governo é disputado por elites, e se a elite dominante não for renovada, a ordem social se degenera. Porém estamento e elite não correspondem a sinônimos: o que ocorre é que a elite se articula no serviço do estamento, definindo-o, caracterizando-o e energizando-o. o estamento é autônomo em relação às classes que integram a pirâmide social: não se pode entender que ele seja um estrato hierarquicamente superior ou inferior a algo. Ele se preocupa com a preservação do seu pensamento, não com sua reelaboração teórica – assim, países presos ao estamento modernizam-se de maneira descendente e retardada em relação àqueles que criam as verdadeiras novidades e se organizam de maneira ascendente.

A visão mercantilista desdenha a terra recém descoberta, visto não se prestar ao comércio (PRADO JÚNIOR, 2001): não havia no Brasil especiarias comparáveis às das Índias orientais ou minerais preciosos. Porém, ao europeu pobre e sem esperanças, a nova terra passa a representar o “Éden”, a possibilidade de vida digna. O Novo Mundo possivelmente solucionaria a crise demográfica europeia do século XVI – que se revela como social também, por causa da melhoria de condições aos ricos (decorrente do comércio com as Índias), concomitante à constatação cada vez maior da miséria da massa marginalizada. “A Utopia”, de Thomas Morus, e a Carta de Pero Vaz de Caminha se tornam, entre outras obras – como a *Mundus Novus* (BUENO, 1998b) – os mitos fomentadores da visão edênica da América.

A possibilidade de comércio apresentada pela exploração do pau-brasil acaba com a visão utópica da América. Instala-se por aqui o sistema ainda medieval de feitorias de exploração da madeira – experiência que encarna pretensões elementares comerciais e político-territoriais portuguesas – sistema esse dominado pela realeza e, logo, pelo estamento, integrando a nova terra ao comércio europeu (FAORO, 2001). Todavia, o sistema de feitorias se demonstra incapaz de proteger a terra da cobiça de outras nações, fazendo-se necessária a ocupação mais efetiva de Portugal através do povoamento. Prado Júnior (2001) explana de outra maneira o insucesso da feitoria no Brasil: sendo essa experiência bem-sucedida no comércio ultramarino para com outros povos mais avançados – como os asiáticos e os mouros – as feitorias não se revelaram produtivas com povos tão primitivos comercialmente como as tribos brasileiras. O selvagem necessitava ser conquistado, domado, para que fosse assegurado o assenhoreamento do Novo Mundo por parte da Coroa impregnada de ideologia mercantilista (FAORO, 2001). Dessa forma, estendem-se até a Colônia as redes burocráticas do estamento.

A primeira atitude do governo luso frente à nova terra foi a colonização em busca de defesa e de escoamento populacional impulsionado pela visão edênica. O cultivo de cana tardou a aparecer visto Portugal se encontrar naqueles idos numa crise de superprodução de açúcar (principalmente na primeira metade do séc. XVI). Contudo, logo aumenta o preço da mercadoria e imediatamente se procede ao seu cultivo no Brasil – possibilidade desde muito já avaliada pela Coroa.

Por meio da permissão de casamentos entre a gente da terra nova e os portugueses plebeus, Portugal busca povoar suas colônias, sob a égide da expansão do catolicismo e aniquilação da influência moura – uma das facetas do salvacionismo (RIBEIRO, 2006). Mas a realidade vem a demonstrar, na verdade, a criação de uma mestiçagem marginalizada, numa terra infectada pela colonização por gente de vis princípios (como o eram os plebeus de baixa proveniência social).

A implantação do regime de povoamento por Dom João III buscou corrigir a problemática do regime das feitorias – consolidando-se tal regime como o advento do engenho às terras brasileiras (FAORO, 2001). Tal política era necessária porque, numa terra sem riquezas mercantis tão valiosas quanto às especiarias das Índias

Orientais, a simples instalação de feitorias não seria suficiente para manutenção do poder da Coroa. Era necessário, além destas, uma base populacional para abastecê-las de gêneros interessantes ao comércio.

A colonização exige, assim, o investimento de recursos não possuídos pela Coroa. A feitoria passa a exercer a função administrativa e bancária na Colônia, recolhendo tributos. Além desses recursos, é aberta a exploração do território inculto à iniciativa privada financiada pelos banqueiros europeus e fiscalizada pelo Estado, já que a aventura das Índias exigia vultuosas somas e a atividade comercial de transporte exercida por Portugal não era lucrativa o suficiente, sendo exigidos empréstimos cada vez maiores a banqueiros particulares, incentivando a especulação – o que acabaria por levar a economia do Reino à ruína.

Estabelece-se o sistema das Capitanias – unidades militares e econômicas para a defesa externa e incremento do estímulo ao comércio. O Capitão era representante do Rei, dotado de grande parcela de soberania (jurisdição, governo e privilégios econômicos), porém com o caráter de servidor público do monarca – o que configura a Capitania como uma província, não uma propriedade privada. Tal condição não foi dada aos negociantes, mas à pequena nobreza (militares, burocratas, letrados).

O sistema de Capitanias se revela bem-sucedido apenas nas proximidades do litoral, todavia: tendo a Colônia território tão vasto e tão ermo, habitado por índios ferozes e constantemente ameaçado por estrangeiros, era difícil administrar tais parcelas de território da forma que eram organizadas (FAORO, 2001). Além disso, por ser muito fácil a quebra de lealdade nessa situação de distância da Metrópole, logo o estamento, zelando pela integridade política de Portugal, passa a prezar avidamente pela supremacia do soberano, pronto a anular os contratos de doação ao menor sinal de autonomia econômica das Capitanias. Assim, a experiência não traz novos habitantes colonizadores, mas funcionários com a mentalidade fiscalizadora e economicamente exploradora. Na América, o estamento nada cria de novo, apenas transplanta o que já é utilizado em Portugal ao contexto colonial.

A empresa ultramarina passa a partir da distribuição de sesmarias, já que a agricultura era capaz de condensar populações e criar riquezas exportáveis. Mas a terminologia *sesmeiro* tem diferentes conotações: na Metrópole, era o funcionário que doava uma gleba de terras desaproveitadas; na Colônia, era quem recebia terras virgens. O sesmeiro, no Brasil, não possuía qualquer vínculo com a Coroa, exceto o pagamento do dízimo. Dessa forma, configurou-se a passagem do sentido que a sesmaria possuía em Portugal para domínios de enormes propriedades de terras na Colônia. Isso se dava por duas razões: em primeiro lugar, a terra deveria receber enormes investimentos para se tornar cultivável e, sendo assim, ser sesmeiro passa a ter significado de fidalguia; e em segundo, por conferir a fidalguia, a distribuição de sesmaria deixa de ser simples incentivo à agricultura para se tornar verdadeira concessão de domínios régios sobre a terra (já que se concedia foro sobre a terra). Em suma: a sesmaria concede a senhoria, quase a nobiliarquia.

O comportamento da sociedade estabelecida na Colônia em relação aos senhores de terras assemelhava-se ao feudalismo, o qual ainda era presente na Europa do século XVI (FAOROR, 2001). Da riqueza, o senhor de terras por aqui passava à aristocracia e, desta, à nobreza. Porém, esse “feudalismo brasileiro” foi uma tendência social, não uma expressão legal. Os donatários possuíam a soberania em suas capitâneas, como se o sistema feudal fosse estendido aos senhores das sesmarias. O que ocorreu no Brasil quinhentista foi um capitalismo politicamente orientado, já que toda a base do sistema patrimonial e econômico aqui em voga era destinado à lucratividade mercantil da Coroa. A “nobreza capitalista” é apenas um abuso de linguagem, pois os dois pressupostos materializantes e perpetuadores da verdadeira nobreza (estatuto jurídico próprio e descendência) não ocorriam no caso em questão. Mesmo a riqueza desses senhores quinhentistas era mítica, já que a vida e a economia coloniais eram extremamente instáveis. Além disso, a estrutura estamental se transferiu para o Brasil com vistas em vigiar a riqueza do Rei e cuidar para que os senhores rurais a ele fossem subordinados.

Fracassaram politicamente as Capitâneas, tendo em vista não defenderem o território dos ataques externos e não manterem a ordem externa satisfatoriamente. A privatização econômica dos donatários sobre as riquezas do Brasil, ameaçando o monopólio da Coroa, também causou preocupações ao estamento. Some-se a isso

as constantes investidas de piratas e os levantes de gentios. Dessa maneira, o liame estamental reclama para si, em suas feições, o comando da nova terra – sendo instalado, em 1548, o Governo-geral como órgão superior às Capitanias, não um extintor seu. O governador era um funcionário do Rei, representante direto de seus interesses e poderes (principalmente jurisdicionais).

Com o Governo-Geral estabelecem-se também os municípios, com três objetivos básicos: o controle direto do Rei contra as ganas da aristocracia sobre a arrecadação, o povoamento (por melhor disciplinar os habitantes) e o recrutamento em caso de conflitos. O município (também chamado de vila) é a extensão do sistema administrativo do reino à Colônia, adaptando-a ao primeiro, de maneira descendente – configurando o caráter extra-social do governo local, já que molda o campo social existente conforme parâmetros externos e de maneira autoritária, formando antes do grupo social que viesse a habitar a vila o aparelhamento burocrático-administrativo. Também para conter as manifestações de poder dos potentados locais, por demonstrar caráter fiscalizador, organizador e régio da Coroa da localidade. Mas a essa estrutura é logo integrada pelos senhores de engenho.

A Restauração (fim da União Ibérica, que pôs Portugal sob o jugo da Espanha), no século XVII, vem a reforçar ainda mais o estamento tanto no reino quanto na Colônia, já que a maneira pela qual a Espanha administrou o Brasil faz com que seja necessário maior empenho do novo rei luso na sua exploração e controle (FAORO, 2001). É criado o Conselho Ultramarino em 1642, com vistas a retomar a empresa colonial, bem como a Companhia Geral de Comércio (1647), à qual a Inquisição se opõe, temerosa da ameaça contra os estamentos eclesiástico e aristocrático que a operação puramente mercantil causaria. E a autonomia das Câmaras Municipais, inicialmente causada pelo incentivo ao fisco da Colônia, é sufocada pelo crescente fiscalismo e pelo comercialismo que caracteriza o período.

Durante muito tempo Portugal se interessou na Colônia apenas pela exploração do que estivesse logo ou imediatamente disponível. Daí tem-se que apenas o litoral do Brasil foi ocupado nos primeiros tempos, assentada a economia primeiro sobre o pau-brasil e logo após pela cana-de-açúcar. A obra de colonização do interior parte da iniciativa oficial de Tomé de Souza, e baseia-se inicialmente

numa aliança entre missionários e colonos – o que fracassa devido aos conflitos de interesses: aqueles por “almas” de índios a catequizar; estes, por braços escravos.

Animados pela perspectiva de conquista de escravos e minerais preciosos, os conquistadores se embrenham no sertão, buscando também limpar a área da influência indígena, aumentando o espaço para a criação de gado e dominar os rios do território. Mas além dos objetivos econômicos, nota-se na conquista do sertão a importância política, tendo em vista que ambos portugueses e espanhóis buscavam de todas as maneiras ignorar Tordesilhas e obter o maior território possível da América. Dois tipos de bandeiras ocorreram, e acabaram por se fundir: a oficial, política geral de Estado; e a livre, caracterizador de um novo modo de vida da Colônia, realizadas por militares vinculados à esfera pública.

O caudilho do sertão é o bandeirante ou conquistador, formador de verdadeira aristocracia guerreira do interior, ligados diretamente à preferência do Rei pela sua bravura (FAORO, 2001). Porém, com a descoberta das minas no século XVII, a “vista grossa” feita pela Coroa às práticas dos bandeirantes (que por vezes lesavam a majestade, mas que a ela eram úteis, mesmo assim) termina, sendo reforçado novamente o centralismo de Portugal restaurado. Dessa forma os caudilhos são desligados dessa função pública de conquista. O caudilho se torna soldado do Rei, e o mascate, antes um “quase aristocrata”, mero súdito seu, tudo em prol da fortuna da Coroa através da exploração das lavras auríferas, que seria preservada pelo estamento burocrático e por ela perseguida através do território colonial, sendo imposta sua ordem descendentemente, insensível à estrutura social já existente.

O funcionário do Rei era tão despótico quanto este na Colônia, pois era representante direto seu. Mas essa “representação” significava solapar toda a riqueza através de tributos. Dessa forma, o protesto contra a burocracia se tornou o embrião do nacionalismo brasileiro. Bradando contra o estamento, o burguês por ele tolhido manifesta-se contra sua corrupção.

O cargo público confere autoridade, nobreza, fidalguia ao seu detentor – no século XVI a investidura em cargo público tinha como pré-requisito a procedência aristocrática (sangue) do seu detentor. Mas, com o tempo, a venda de cargos se

torna prática corriqueira, e por esta via o burguês se integra, sem protesto, ao estamento.

O Rei cercava-se de auxiliares, casas, conselhos e mesas; na situação da Colônia, logo após vinha o Governador-Geral, auxiliado pelo ouvidor-geral (Justiça) e pelo provedor-mor (Fazenda); mais abaixo, os Capitães formam juntas e, abaixo deles, há as autoridades municipais – grupo formado por vereadores e juízes. Porém, todos estes séquitos reportam-se diretamente ao Rei, demonstrando a frouxidão hierárquica da administração no Brasil. Sendo tantos órgãos colegiados, nota-se também a fluidez do governo – e o retardamento de decisões.

O poder estamental formado pela aristocracia burocrática, temeroso por sua posição, realiza o afastamento entre o Rei e a única facção capaz de inovações – judeus e cristãos-novos – através da Inquisição. Há na estrutura governamental um número excessivo de pessoas, recrutadas entre a aristocracia militar, os funcionários tornados nobres e o clero, deixando os mercadores totalmente alheios ao processo. A característica de colegialidade distancia o Rei do povo, o qual é controlado pela teia estamental que filtram as pressões populares (via impedimentos e retardamentos no tempo de tomada de decisões).

Na grande estrutura estamental existente entre a Colônia e o Rei interfere largamente o arbítrio privado, que usurpa cargos públicos (FAORO, 2001). Nesta usurpação, grande parte do governo atende a interesses particulares. Do privatismo e do arbítrio existentes no funcionalismo tão distante da autoridade metropolitana (estando numa situação, portanto, à margem da lei), são exercidas funções públicas a partir do interesse privado, bem como funções não-legais através do poder considerado público. Tal situação origina tanto o déspota colonial quanto o potentado privado.

O Governador-Geral possuía a jurisdição e o poder sobre quase todo o território – tendo em vista que, nos setores mais ricos (minas), a Metrópole ordenava e investia cargos diretamente. As Câmaras Municipais são compostas de vereadores eleitos pelos e entre os chamados “homens bons” – “novos ricos”, e não fidalgos de velha origem – que demonstram fidelidade ao estamento. Porém, apesar

da ampla gama de atribuições das Câmaras, estas não passam de simples executoras das ordens superiores do poder público – o qual geria todos os aspectos da vida na Colônia, sem exceção.

Além dos quatro níveis acima descritos (Rei, Governador-Geral, Capitães e Câmaras), quatro figuras importantes reforçam a autoridade metropolitana: o juiz, de justiça lenta e corrupta; o cobrador de tributos e rendas, que fazia com que a riqueza da Colônia se dissolvesse na ampla rede de funcionários até chegar ao Tesouro da Coroa; o militar, sendo que toda unidade de exploração econômica, principalmente o engenho, se converta em uma unidade de defesa, conferindo títulos nobiliárquicos aos integrantes das milícias (mas o posto militar obrigatório de baixa hierarquia apresenta o oposto, pois vilaniza, não torna nobre); e o padre, encarregado da conquista espiritual do indígena, que sempre esteve inserido, não subordinado ao Estado (o sendo apenas ao Papa), representando interesses tanto do colono quanto da administração. Assim, é também da Igreja a culpa pela concentração do conhecimento na mão de poucos, bem como pelo alheamento (político e cultural) do povo.

O estamento uma minoria baseada em classes, que através do patrimonialismo se enriquece da conjectura econômica comercial portuguesa, limitando descendentemente a burguesia (FAORO, 2001). Uma classe é definida pelo acesso que possui ao mercado (por lucro ou salário), mas numa sociedade estamental a emancipação de uma classe economicamente definida não ocorre – a única movimentação social que ocorre é a absorção pelo topo da pirâmide, representado pelo estamento. Em outras palavras, o afidalgamento.

Há apenas duas classes no Brasil-Colônia: a dos proprietários, que além de deter a propriedade, representava a “aristocracia” colonial; e a dos trabalhadores, escravos e semi-livres. Porém, não podem ser esquecidos os mercadores e banqueiros, que muito participavam na vida colonial (pois os senhores de engenho trabalhavam a crédito). Nota-se, pela grande participação destes últimos elementos na vida da Colônia, o seu anseio por maior participação política – daí o fato de ocorrer a rivalidade entre agricultores e comerciantes.

Orbitando em torno do açúcar, há outras atividades (gado, algodão, tabaco...), desprestigiadas socialmente, secundárias e dependentes do ciclo da cana. Nas cidades uma população livre inconformada com o trabalho manual (classe média) busca a ascensão de classe pela economia e o acesso ao estamento pelo prestígio que esse proporciona. O imigrante português, que busca a ascensão econômica pelo comércio (donde adquiriria fortuna) despreza o brasileiro livre pobre.

O pacto colonial centraliza o poder do Estado soberano português na Colônia, através da apropriação de rendas, dos monopólios, concessões e da regência material do soberano através do estamento. O monopólio se dá através do intermédio dos contratados e das companhias de comércio vinculadas ao controle estatal. Já as concessões se dão principalmente na mineração. Assim a Colônia se torna dependente da Metrópole permanentemente, e é devastada economicamente pelo aparelho fiscal português – com sua fidalguia burocratizada opulenta ordenando as classes sociais. Já dentro da Metrópole nota-se que a riqueza da Colônia causa a desordem produtiva interna – tendo em vista que, já que toda a riqueza pode ser obtida na exploração do Brasil, não há o porquê de se constituir uma estrutura produtiva realmente eficaz – somado ao “culto” à opulência nobiliárquica.

Deve-se analisar que o monopólio real mercantilista é incompatível com o liberalismo econômico que logo se tornaria modalidade em voga na Europa, visto exigir um enorme estamento burocrático para controlar a exploração colonial. Tais fatores, somados, denotam a decadência por conta do extremo intervencionismo estatal e alimentação de uma máquina burocrática corrupta e nobiliarquizante. Portugal durante a modernidade se torna um país sangrador de suas colônias, nação que foge das filosofias modernas por causa do seu carolismo extremo, Estado que entrega à Inglaterra suas riquezas através de pactos de comércio que impedem o desenvolvimento da produção industrial independente.

1.3 O analfabetismo controlando a ideologia da dominação metropolitana

O conhecimento no Brasil foi de concentração elitista durante Colônia e Império. Ao contrário, nas classes mais humildes, imperava o analfabetismo

(CARVALHO, 2000)⁹. Entre os letrados da Colônia, a formação se dava em território português, tendo-se em vista haver naqueles tempos a proibição da abertura de universidades em território colonial – ao contrário do que ocorria com as colônias espanholas, onde desde muito cedo se observou a presença de universidades. Além disso, apenas 16,85% da população brasileira em idade escolar freqüentavam a escola no final do séc. XVIII.

As primeiras faculdades destinavam-se à formação da elite que comandaria o Estado, elite essa provinda da classe dos proprietários rurais e que, por sua vez,

⁹ A importância em se elencar a desigualdade no tocante à educação se dá em decorrência do fato de ser esta fundamental no âmbito da cidadania ativa – e, conseqüentemente, da participação política. De acordo com Benevides (2003), cidadania é um vínculo jurídico entre o indivíduo e o Estado. “Cidadãos são, em tese, livres e iguais perante a lei, porém súditos do Estado” (p. 7). Porém, ao observar-se a evolução dos direitos, nota-se que direitos concedidos constituem a cidadania passiva, excludente. Como no Brasil os direitos de cidadania sempre foram concedidos pelas elites, nota-se que nunca houve uma mudança democrática no sentido de cidadania – que permanece um privilégio condicionado.

A democracia liberal enquadra como cidadania como o conjunto de liberdades individuais (ou direitos civis – ir e vir, expressão, associação, etc.). Com o advento da social-democracia os direitos sociais reclamados ao Estado passam a ser incluídos no rol de direitos de cidadania. A liberdade individual pressupõe uma não-intervenção de outrem (Estado, particulares). Um direito, prestação (assim, direitos de cidadão são mais estritos do que direitos humanos, pois todos são humanos, mas nem todos são cidadãos). Garantias são remédios para efetivarem-se direitos e liberdades.

A democracia semidireta contemporânea possui a dimensão do dever, pois além de gozar de direitos, liberdades e garantias, o cidadão deve cumprir a função pública de participar no processo eleitoral – o que confere direitos políticos à cidadania, por meio dos quais a cidadania ativa, de maneira democrática, pode ser usada para criar direitos (CREMONESE, 2007). As formas de democracia participativa direta (plebiscito, referendo e outras) faz parte da cidadania ativa, e a ampliação dos direitos políticos do cidadão, no Brasil, aumenta a possibilidade que o cidadão tem de ampliar seus direitos. Mas as tradicionais desigualdades marcantes do cenário nacional fazem necessária a educação para essas formas mais avançadas de democracia direta – o que se dá apenas com seu exercício.

No Brasil, defender a cidadania ativa possui as implicações de se compreender a complementaridade entre as formas de participação direta e indireta, bem como entender os pontos negativos da representação. Observa-se crescimento no índice de abstenção, o que revela o despreparo para votar da população, mas também a expressiva votação na legenda, demonstrando a identificação partidária independente do tradicional voto em nomes.

Os vícios da representação no Brasil podem ser resumidos em: extrema privatização da política (revelando um Estado patrimonialista e clientelista), valorização excessiva dos cargos executivos em detrimento do legislativo (demonstrando o salvacionismo da cidadania passiva), monopólio da representação pelos partidos políticos (fragilidade ideológica e oportunismo), irresponsabilidade do representante para com o representado, representação proporcional distorcida (forte tendência ao governismo e à manipulação do eleitorado) e sistema eleitoral ineficiente. Isso faz com que se inverta a relação da representação, sendo “[...] do poder diante do povo e não [...] do povo diante do poder.” (BENEVIDES, 2003, p. 12).

O eleitor no Brasil é livre, mas se trata de uma liberdade extremamente limitada pelas suas carências sócio-econômicas e culturais, conforme dados confirmam. Disso extrai-se a conclusão de que se faz necessária a educação política para a consolidação da cidadania. Em outras palavras, a concentração elitista do conhecimento observada como mal de origem no Brasil é obliteração ainda hoje à participação política efetiva e, conseqüentemente, à cidadania ativa.

circularia no Executivo, Legislativo e Judiciário assegurando vantagens pessoais e à sua classe. Advogados e médicos receberam o título de doutores, “[...] que podia referir-se tanto a médicos como a doutores em direito.” (CARVALHO, 2000, p. 90).

Em verdade, o analfabetismo era regra não apenas entre os mais humildes: Freyre (2006) descreve situações-padrão, nas quais o senhor da casa-grande não conhece a língua escrita nem sequer para tomar notas, escrever bilhetes e fazer contas; o encarregado dessas funções seriam o capelão ou o caixeiro – sendo esse primeiro, além do responsável pela vida espiritual do engenho, o educador das poucas letras que poderiam a vir aprender quem o quisesse no grande latifúndio. E, entre mulheres, o analfabetismo é ainda maior: constituía-se verdadeira virtude feminina a quietude de espírito, a falta de conhecimento e de vontade de se expressar (CARVALHO, 2000).

Muito dessa falta de conhecimento pode ser explicada pela tradição de Portugal acerca do conhecimento – a ponto de Faoro (1994) o ter denominado “reino cadaveroso”: entregou-se o Estado às classes altas e à Igreja; a massa empobrecida do povo, em sua grande maioria advinda dos campos, aglomera-se em torno dos mosteiros. Essa gama de fatores (somada à instauração da Santa Inquisição em 1536) detona o estopim do isolamento cultural da pátria lusa ao conhecimento, substituindo-o pela fé cega e pelos autos de fé – situação que dura três séculos e que se transplanta igualmente ao Brasil.

A maioria dos escritores em voga no início do humanismo (como Hobbes, Montaigne, etc.) fora banida pelo *index* da Igreja Católica. Os letrados formados prendiam-se a um conhecimento ligado à tradição, pouco ou nada livres. Tal situação se agrava quando se transplanta a situação ao Brasil: se já era de má qualidade o ensino na metrópole, potencializa-se a problemática ao parco número de letrados que a Colônia formava. Vale e pena aqui reproduzir um trecho do que se postulava sobre a história de Portugal durante o século XVI, na *Corografia Portuguesa*, do padre Antônio Carvalho da Costa (apud FAORO, 1994, p. 29):

A maior parte dos historiadores, assim estrangeiros, como naturais, dizem que esta cidade (Lisboa) foi fundada por Elisa, bisneta de Noé, 3259 antes

da vinda de Cristo, da qual dizem alguns que tomara o nome de Lusitânia toda a província. Depois a reedificou o astuto Ulisses.

Sendo o mundo colonial uma cópia do mundo metropolitano, conforme os preceitos absolutistas vigentes (obviamente isso se dava a mero título despótico, legalista e descendente – na prática a situação era ainda pior), nota-se o extremo carolismo católico e ignorante no tocante às revoluções científicas que ocorriam no resto do mundo europeu. Mas nem por isso deixou-se de perceber certas manifestações de sábios na Colônia: Gregório de Matos, Padre Antônio Vieira, entre outros (poucos), denotam em suas manifestações literárias grade qualidade.

As únicas manifestações de conhecimento realmente significativas que ocorreram no Brasil-Colônia foram realizadas pelos jesuítas entre os índios – mas ainda assim um conhecimento inútil para as reais necessidades que por aqui se faziam presentes (FREYRE, 2006). Carecia-se de técnicos, artífices, de conhecimento concreto, prático, que pudesse dar algum real sustento e condições de sobrevivência aos indígenas aculturados nos colégios jesuítas. No entanto, notava-se uma forte tendência entre os padres-professores da Companhia de Jesus em despejarem um conhecimento extremamente douto e inútil para tal situação, uma moral católica extremamente rigorosa e impraticável, formando uma “nação de bacharézinhos”, que depois desaguariam no desespero, na criminalidade, na prostituição e nos vícios¹⁰.

¹⁰ A comparação dos números relativos à inserção de dois importantes instrumentos de cultura nas Américas espanhola e portuguesa, a universidade e a imprensa, demonstra o déficit do Brasil-Colônia. Era de cerca de dez vezes maior o número de bacharéis formados nas universidades da América espanhola do que os graduados em Coimbra, Portugal – visto não ter sido permitido naqueles idos a instalação de universidades na Colônia: enquanto os números de bacharéis formados na Universidade do México no período entre 1775 e sua Independência correspondem a 7.850 e 473 doutores e licenciados, o número de graduados brasileiros em Coimbra no mesmo período corresponde a 720 (CARVALHO, 2000).

Quanto à inserção da imprensa na América portuguesa, esta era proibida – para evitar a circulação de idéias novas que pudessem vir a desestabilizar o domínio lusitano sobre a terra. Enquanto o cenário era este por aqui, são dignos de ressaltar os números relativos à imprensa mexicana e limenha durante o período em que o Brasil era Colônia: “Em começo do século XIX, até 1821, publicaram-se na Cidade do México mais de 2673 obras, o que eleva a 11652 o total saído das suas oficinas durante o período colonial. [Quanto à imprensa limenha], 3948 títulos de obras saídas das oficinas da capital peruana entre os anos de 1584 e 1824.” (CARVALHO, 2000, p. 120).

2 O CICLO DE CONSTITUIÇÃO: DA INDEPENDÊNCIA À PRIMEIRA REPÚBLICA

*“Não me convidaram pra essa festa pobre
Que os homens armaram pra me convencer
A pagar sem ver toda essa droga
Que já vem malhada antes de eu nascer”
(CAZUZA, “Brasil”)*

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar a co-relação entre vicissitudes herdadas dos tempos coloniais e de fatores derivados da conjuntura do fim do século XVIII e do século XIX¹¹. Inicia-se, dessa forma, com os antecedentes da Independência e estende-se até o final da Primeira República, com a Revolução de 1930.

Pouco mudou no tocante ao progresso da cidadania no Brasil entre o Império e a Primeira República, sendo a exceção a abolição da escravatura em 1888, final do período imperial no Brasil, e mesmo a mudança política de regime – para o republicanismo – não acarretou em mudanças substanciais no Brasil (CARVALHO, 2003). Daí advém essa consideração de ambos os períodos nesse mesmo capítulo do trabalho.

As vicissitudes do período descrito se fundamentam, principalmente, na decadência dos senhores rurais, fenômeno que começa a ocorrer ainda no século XVIII, com o ciclo da mineração. A partir dessa mudança de valores, os decadentes potentados rurais – os quais, então, se concentram principalmente no Nordeste açucareiro – vão perdendo sua força, já que a mineração, mais ao Sul da Colônia, apresenta outros valores sociais e outra rentabilidade econômica, principalmente.

O clientelismo encontra-se implícito entre todos os vícios, mas, por ser de tão grande importância (a ponto de ser influente até hodiernamente), far-se-á a sua discriminação em subseção separada. O quadro a seguir busca esquematizar esse

¹¹ Recorre-se, para a explanação que segue, aos fundamentos teóricos dos seguintes autores: Raymundo Faoro (2001); José Murilo de Carvalho (1996, 1997, 2000); Emília Viotti Costa (1981); Dejalma Cremonese (2007); Florestan Fernandes (2006); Lúcia Maria Bastos P. Neves e Humberto Fernandes Machado (1999); Miriam Dolhnikoff (2003); Edgar Carone (1971); Gilberto Freyre (2002); Victor Nunes Leal (1997); Alexandre Mendes Cunha (2006); Richard Graham (1997); Edson Nunes (2003); entre outros.

processo para fins didáticos, sendo que aqui se repete, a exemplo da mesma metodologia utilizada no capítulo anterior, não busca ser estanque, nem ao menos demonstrar simples relação do tipo “causa e efeito” – pois a realidade deflagra-se muito mais complexa do que no simples fluxograma aqui apresentado – mas sim facilitar a compreensão dos fenômenos doravante descritos.

Apesar de ser errôneo tomar-se a realidade dos fatos como mera linearidade – tendo em vista ser o real compreendido como um complexo de fatores que ultrapassam as raias do presente trabalho – a esquematização dos fatores anteriormente estudados, juntamente com outros da realidade que nesse período se estuda, é útil seguir nesse modelo contínuo, facilitando a compreensão dos fenômenos. Sendo assim, esses dois vícios surgidos no período aqui considerado, podem ser compreendidos como resultantes do somatório de alguns já arraigados na socialização brasileira desde os tempos da Colônia a outros fatores mais específicos do momento.

O primeiro deles, visão do cargo público como meio de prestígio social, resulta, além da decadência dos senhores rurais, da continuidade da escravidão. Isto se dá porque, sendo o modo de produção escravista exigente de grande investimento de capitais para se tornar viável, faz com que indivíduos pessoalmente capacitados, dotados de talentos que poderiam ser aproveitados em atividades industriais (já que falar-se em indústria no século XIX no Brasil, de maneira significativa, é errôneo), porém não possuidores de somas suficientes para o exercício da produção agrícola, tenham de ser direcionados para outras atividades. Em decorrência de fatores múltiplos (inclusive a ascensão social dos elementos resultantes da mestiçagem), esses elementos altamente capacitados terão de buscar o prestígio dentro da burocracia estatal – magistratura, política, até mesmo magistério em muitos casos.

Também a formação elitista do Estado brasileiro contribui significativamente para a formação de tal vicissitude, pois os ocupantes desses cargos passam a ser laureados com condecorações e enobrecimentos. É claro que não se pode compreender esse elitismo como simplesmente o aproveitamento de elementos altamente capacitados na esfera pública. Indivíduos provenientes da classe dos

grandes produtores a ocupam em grande número, o que reforça ainda mais a questão do simbolismo do cargo como meio-elite.

A herança patrimonialista aqui arraigada em mais de três séculos de colonialismo também se soma para essa visão prestigiosa do cargo público, visto que já é tradicional esse vislumbre confuso entre Estado e enriquecimento. Não é errado dizer-se que a própria personalidade do ocupante da esfera pública terá no exercício de tal ocupação não apenas o prestígio social, mas também o econômico que decorre disto.

Também aqui é feito notar-se que a gramática política (sendo aqui utilizada a denominação de Nunes (2003) do Império, quando já se tem um processo eleitoral quanto à representatividade – elitista, sim; minoritário, sim; mas nem assim se pode negar que foi o primeiro ensaio que se teve quanto à representatividade no Brasil – é o clientelismo, o qual se estenderá até a história recente do Brasil.

Quanto ao coronelismo, é neste capítulo demonstrado que se torna meio necessário para a governança da Primeira República, num país tão imenso, tão díspar em suas regiões, num momento em que o voto deixa de ser elitista – como o era durante o Império – para se popularizar (de maneira, infelizmente, viciosa). O processo eleitoral (e eleitoreiro) passa a ter de se valer da autoridade de proprietários de terras – os quais há muito já vêm se demonstrado decadentes – para a mobilização do conjunto de eleitores de seus “currais”, estabelecendo-se assim um sistema de reciprocidade entre os ocupantes dos altos cargos políticos (ou seus aspirantes nas altas esferas) e os potentados locais, de quem são dependentes os simples eleitores, manipulados a partir do “voto de cabresto” e influenciados pelo personalismo, já que infelizmente a única autoridade com quem podiam contar para resolverem suas problemáticas de ordem geral eram esses proprietários a quem eram próximos. Compromisso este que também tinge a vicissitude do coronelismo da tonalidade do clientelismo.

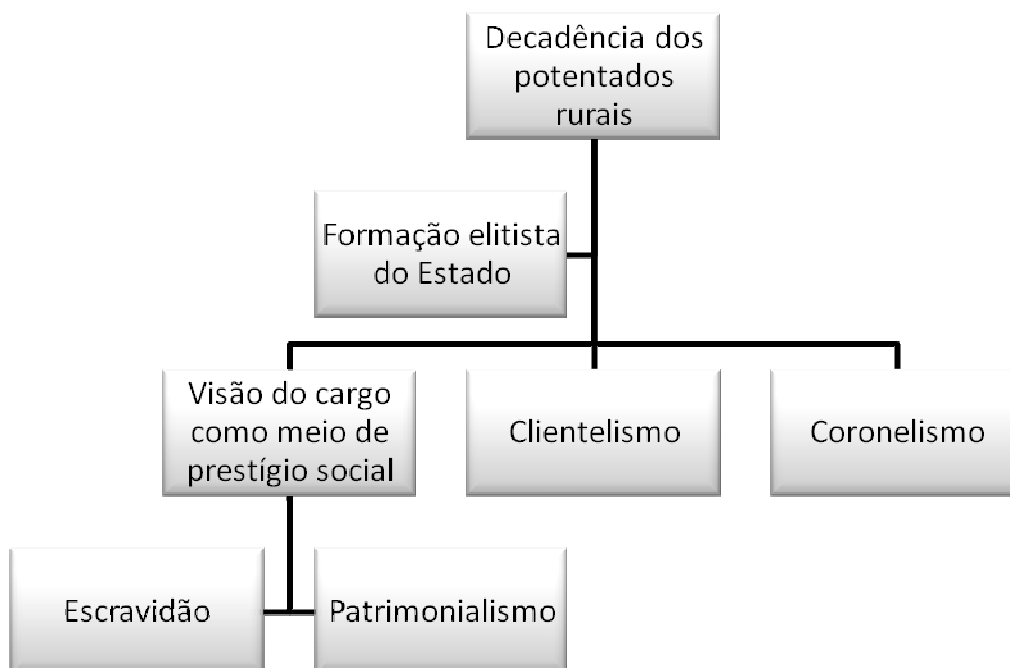


Figura 2: Vicissitudes do Império (de 1822) e da República Velha (até 1930)

2.1 O século XIX e a decadência dos potentados rurais

Durante o ciclo da mineração o eixo de preferências do Rei em relação à Colônia se desloca ao Sul (Minas, São Paulo e Rio de Janeiro principalmente), em virtude da maior lucratividade que a extração de minérios preciosos (ouro e diamantes) representaria em relação à já secular monocultura de cana-de-açúcar. Desta feita, a plenipotência dos senhores de engenho antes apoiados quase cegamente pelo soberano lusitano entra em decadência – assim como o patriarcalismo que se configurava no Brasil agrário (FREYRE, 2002).

Enquanto o senhor de engenho patriarcal era homem dado ao ambiente extremamente privativo e rural de terras e escravos, o burguês habitante da cidade que passaria a emergir no Brasil a partir do século XVIII – surgimento que se intensificaria na primeira metade do século seguinte, por influência direta da transferência da Corte ao Rio de Janeiro – era homem de sociabilidade diferente, mais individualista. Esse desenvolvimento que desloca a unidade-mor da organização da casa-grande rural ao sobrado citadino é conseqüência direta de uma

série de fatores sócio-econômicos ocorridos no período que vai do século XVIII à segunda metade do seguinte.

A primeira delas é a já citada influência do acúmulo de capital provocado pela mineração. O açúcar passa a ocupar segundo lugar na hierarquia de preferências, tendo em vista que o metal precioso é ganho imediato e explosivo. Já o senhor de engenho é dependente dos privilégios reais e dos empréstimos de banqueiros e financiadores¹². Não apenas empréstimo de dinheiro, mas também a venda de negros, cada vez mais necessários, tendo-se em vista a alta mortalidade desse elemento nas fazendas (decorrendo tanto da superexploração estafante quanto de doenças facilmente proliferadas nas senzalas, como a popular bexiga). Esse capital acumulado pelos financiadores é investido nas cidades por esses homens de comportamento mais afeito à cidade, aos traços burgueses – apesar de não se poderem excluir vários casos de judeus e cristãos novos que acabam por adquirir antigos engenhos.

Economicamente, no cenário da economia mundial, a decadência do açúcar decorre de uma série de fatores: o desenvolvimento da produção do açúcar proveniente da beterraba no continente europeu, quando das guerras napoleônicas, faz com que importantes mercados de exportação para o produto brasileiro (FURTADO, 1984). O mercado da Inglaterra é abastecido pela produção de suas colônias nas Antilhas. Nos Estados Unidos, outro importante mercado, desenvolve-se a produção do açúcar na Louisiana, adquirida dos franceses em 1803. Além disso, o açúcar cubano é mais competitivo no tocante ao mercado americano, o que se dá em virtude de sua proximidade aos Estados Unidos e à sua abertura dos portos de Cuba às nações amigas, entre as quais a pátria estadunidense.

Outros produtos brasileiros, secundários, mas importantes, entram também em crise econômica a partir de fins do século XVIII e início do XIX. O algodão americano faz com que o preço do produto sofra queda nos preços (tornando-se o mercado mundial para a produção brasileira próspera apenas quando da Guerra Civil americana, em meados do décimo nono século). Tabaco, couros, arroz e cacau

¹² Na maioria judeus que se transferem à Colônia em busca de fortuna, a qual seria feita por meio do exercício do seu conhecimento econômico (FREYRE, 2002).

eram também por aqui produzidos, mas enfrentavam sérios problemas: ao couro brasileiro era oferecida forte concorrência platina; ao arroz, americana. A eliminação do tráfico de escravos africanos (ou sua forte repressão) faz com que o mercado de tabaco da África (sendo o tabaco uma das principais moedas de troca por escravos) se perca. Apenas com a ascensão da economia cafeeira, na metade do século XIX, a economia agroexportadora brasileira volta a ser forte.

Mas o café inicia sua derrocada econômica no início do século XX. Sendo características dos países produtores de café a abundância de terras e a mão-de-obra elástica, bem como o desenvolvimento dos meios de transporte (ferroviário e marítimo) fez com que aumentasse a oferta do produto. Crises econômicas ainda na década de 1890 também derrubaram os preços do mercado mundial do café. Tantas depreciações vão avolumando as perdas permanentes de rendas para os produtores, indicando a sua decadência.

Outro elemento que se nota é a maior miscigenação na população – a qual vem ocorrendo desde o tempo das casas-grandes e senzalas, mas que agora se torna institucionalizada, não mais clandestina (FREYRE, 2002). O antigo amasio se converte aos poucos em casamento, e mestiços se tornam filhos legítimos de muitos senhores de significativas posses – principalmente comerciantes portugueses que fazem fortuna com suas atividades no Brasil e, durante esse ínterim, se casam com negras ou mestiças (visto não estarem disponíveis mulheres consideradas de melhor estirpe). Também Ribeiro (2006) estudou a questão da mestiçagem no Brasil – todavia, aqui concentrando-se na questão entre branco e indígena, que teria ainda durante a época da Colônia constituído a primeira matriz populacional brasileira, que deu origem ao mameluco¹³ – mestiço caboclo caçador de índios.

Ao lado dessa maior inclusão da mestiçagem entre a elite (o que aos poucos também vai redefinindo a sociedade, pois agora o mestiço também consegue atingir o conforto), nota-se a maior incidência da educação: mais filhos de ricos vão a

¹³ A denominação “mameluco” advém do árabe, e designava escravos cristãos convertidos ao islamismo, que eram preparados justamente para serem guerreiros pró-expansão do Islã. Algo similar ocorria no Brasil daqueles idos, pois eram justamente os filhos de brancos com índias caçadores de índios, em muitos casos.

Coimbra, mas também é notável a proliferação de colégios no próprio Brasil. Estes existiram desde o Brasil-Colônia¹⁴. Porém agora demarcam também o surgimento de outra característica do século XIX: mais educados, mais cultos, portanto diferentes de seus pais, ricos e provincianos, os jovens que passam por esse processo constituem uma nova elite que confronta a antiga. É uma elite de bacharéis, jovens e individualistas, que confronta a antiga elite de agricultores de pouca ou nenhuma educação. O bacharelado, o oficialato e a posição no clero foram meios de ascensão social do mestiço.

Grande estímulo do bacharelismo que tomou conta do Brasil foi o período em que foi Imperador Dom Pedro II, quando se tornou necessidade homens doutos para ocuparem cargos no Estado, e não mais simplesmente homens de sangue nobre, como era prática até então – dada ser esta a visão do Imperador, perfeito exemplo do bacharel-doutor no Brasil.

A ascensão do comércio coincide com a decadência do patriarcado rural. Este, enquanto vai cada vez mais se desgastando economicamente em terra e negros, vivendo de maneira cada vez mais depauperada, busca no Estado a defesa dos seus interesses. Todavia, a ascendência concomitante do comércio erige três fatores: 1) a vontade dessa nova elite do comércio em ocupar novas posições aristocráticas, já que passam a ser significativos socialmente; 2) a revolta dessa nova classe poderosa economicamente contra os antigos senhores decadentes, que não mais honram seus compromissos econômicos contraídos com seus financiadores; 3) conforme o comerciante ascende social e economicamente, passa a adquirir conservadorismos antes afeitos apenas aos potentados rurais, absorvendo assim entre suas definições também o patriarcalismo.

No início do século XIX percebeu-se uma série de mudanças importantes no cenário socioeconômico e político do Brasil (FAORO, 2001). A primeira delas é a alteração sofrida na questão do poderio político e militar, o qual passa das mãos do potentado rural, desprovido do seu antigo poder que lhe era delegado, tornando-se

¹⁴ A fundação de São Paulo é marcada por um colégio de jesuítas, por exemplo.

assim um “pequeno rei” no “pequeno reino” do seu latifúndio monocultor decadente, em comparação ao militar reinol.

No âmbito econômico, nota-se a transição da produção de produtos para exportação (enquanto ainda não iniciado o ciclo do café, aproximadamente em 1850) para uma economia rural de subsistência – o que se caracteriza pela produção do senhor de todos os itens de que necessita, bem como da produção de itens para consumo da população. Obviamente tal substituição não é absoluta, apenas demonstra a crise nas exportações a partir de fins do século XVIII.

O advento da família real portuguesa, impulsionado pelas guerras napoleônicas européias, também marcou significativamente a vida no Brasil – que aos poucos passa do *status* de Colônia para o de Reino Unido – de Portugal, Brasil e Algarves – em vários âmbitos, desde o político até o cultural e social. No cerne do conflito napoleônico que os traz à América reside o choque entre o liberalismo e o absolutismo na Europa: o Rei absoluto vem à Colônia para assumir a obra de centralização. Os fazendeiros autárquicos buscam, a princípio, diminuir o poder central travestidos de liberais; todavia, o fazem apenas para aumentar sua força individual.

Notam-se também alterações nas fontes de renda dos senhores rurais: antes realizador direto da agricultura somente, na maioria dos casos, passa também a arrendar suas terras, realizando parcerias (exploradoras, diga-se de passagem) com agregados em suas terras. Assim, a pirâmide social rural é novamente configurada, tomando novas feições: no seu topo, encontram-se os senhores decadentes; num segundo nível, acham-se os rendeiros dessas terras (possuidores de escravos também); e, em terceiro e último nível (já que os escravos são excluídos da sociedade), pequenos colonos sem escravos.

Também é notado o isolamento do senhor rural, que resulta de uma conjuntura complexa, caracterizada pelos seguintes fatores: decadência da exportação, política contrária ao Rei e dificuldades comerciais na importação (encarecem os produtos importáveis então), resultando principalmente do

isolamento geográfico (tanto entre Brasil e Europa quanto entre os próprios latifúndios e o ambiente urbano).

2.2 A visão do cargo público como meio de prestígio social

No período do advento da Corte ao Brasil, notou-se maior subjugação à Inglaterra, o que se expressava através de acordos comerciais favoráveis à última e à presença do inglês na exploração econômica comercial e produtiva – transformando-se em dominação cultural (FAORO, 2001). Buscou-se reestruturar a secular e precária rede político-administrativa do Brasil – o que significou, resumidamente, à implantação sem modificações da ordem monárquica do Reino à Colônia, tendo redundado na criação de postos de ocupação aos nobres e aos desempregados com aspirações elevadas vindos de Portugal com a Corte; dessa feita, muitas estruturas desnecessárias ao Brasil, mas existentes na Metrópole, foram implantadas, ao passo que muitas estruturas que aqui se faziam necessárias, mas que não existiam na estrutura portuguesa foi esquecido.

O Estado e seu aparelhamento se traduziram no sustentáculo da aristocracia portuguesa implantada no Brasil – agora elevado de Colônia a parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Daí o fato de as instituições aqui criadas naqueles tempos terem servido apenas a este propósito, não ao desenvolvimento político e econômico propriamente dito. O desperdício era a forma de vida da Corte lusitana e dos administradores. A centralização maior não fez com que antigas estruturas menos centralizadas (múltiplos conselhos, por exemplo) deixassem de existir e de serem dispendiosos.

A cultura negocial dos portugueses era anti-liberal, oposta a toda ética burguesa, sendo favorável à simples astúcia, à mesquinhez e à especulação, não ao compromisso e à produtividade. Isso causou prejuízo à implantação de progressos que o liberalismo poderia ter trazido ao Brasil. Todavia, apesar de todos os vícios da Corte no Brasil, de todos os pesares do seu atraso cultural e das garras britânicas na economia, melhorias políticas e econômicas ocorreram por aqui durante aquela época, as quais tonificaram o sentimento pró-independência que estava por aflorar. Ainda, os abusos da Corte portuguesa insuflaram os sentimentos do povo contra os

portugueses, desencadeando posteriormente tendências favoráveis à Independência. Tais abusos se refletiam principalmente na preferência dos cortesãos na escolha dos indivíduos para cargos burocráticos, no confisco de prédios para as suas habitações e as miríades de honrarias concedidas aos portugueses.

A subversão à ordem, que depois se desencadeou na Independência, deu-se na soma de dois fatores: o descontentamento de vários setores da sociedade (soldados, comerciantes e agricultores) e na aversão popular ao português (assombrosamente explícita na Revolução Pernambucana de 1817). O descontentamento, resumidamente, teve como maior causa a visão do tributo como exploração ao bel-prazer do monarca português e da sua corte, nunca sendo convertido em melhorias significativas para o Brasil.

Outro fator que impulsionou a volta da Corte portuguesa à Europa foi a Revolução do Porto, em 1820, que os forçou ao retorno. Com isso, parte capital do estamento burocrático português ao solo luso retorna. Com isso, até que uma nova institucionalização esteja realizada, com novos elementos, o governo de D. Pedro I se calca no Exército. Entre o regresso e a declaração da Independência, a estrutura político-administrativa brasileira se resume então no Governo-Geral, ao qual são submetidas as províncias. As Câmaras Municipais ficam sem o exercício de qualquer comando, praticamente.

A dependência política e econômica da metrópole portuguesa afetou o Brasil desde o período colonial – dependência esta que constituiu característica deficitária quanto à formação de uma identidade própria e à formação de uma nação propriamente dita (CARVALHO, 2000). Apenas durante a Guerra do Paraguai (segunda metade do séc. XIX) ocorreu a primeira manifestação da nacionalidade brasileira, tendo sido a luta contra o inimigo, a formação de uma liderança política, o culto aos símbolos nacionais e a união dos voluntários de todo o país os elementos que possibilitaram o sentimento comum da nacionalidade brasileira.

No Brasil, os principais fatos políticos ocorreram sempre para atender os interesses de grupos hegemônicos ou particulares (COSTA, 1981). A Independência

teria sido a expressão da confluência de interesses individuais, de paixões mesquinhas e do sonho de liberdade.

“No Brasil [...] o Estado precedeu a formação da nação. A estruturação do Estado deu-se exclusivamente pela vontade da elite¹⁵ portuguesa, que aceitou e negociou com a Inglaterra e com a elite brasileira a ‘independência’ do país.” (CREMONESE, 2007, p. 69).

A Independência foi a primeira grande revolução social no Brasil, tendo representado o fim da Colônia e o início da sociedade nacional (FERNANDES, 2006). A partir dela o poder deixa de ser uma manifestação heterônoma, imposta, para se organizar interna e autonomamente.

Dois elementos caracterizaram o processo de Independência no Brasil: o revolucionário – desejo de transformação da ordem social (da heteronomia colonial à autonomia da sociedade nacional) – e o conservador – propósito de preservação e fortalecimento de uma ordem social incapaz (material e moralmente) de gerar suficientemente condições necessárias de autonomia para que se desenvolvesse uma nação propriamente dita.

O processo de Independência no Brasil foi diferente das colônias espanholas na América – onde ocorreu a fragmentação política em vários Estados independentes e processos turbulentos de independência (CARVALHO, 1996). Aqui houve a centralização em um único Estado e uma Independência obtida de maneira relativamente pacífica.

O Império do Brasil teve como pilares fundamentais a unidade nacional, a integridade territorial e a escravidão (NEVES; MACHADO, 1999). Após a Revolta Praieira (1849-1850), última de um ciclo de revoltas locais inspiradas por um

¹⁵ Para Bobbio (1998, p. 385), o conceito de elite advém da teoria das elites, da qual se entende que “[...] em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância”.

liberalismo radical, consolida-se a elite política nacional¹⁶ sobre as elites regionais, no pólo capital do Rio de Janeiro como concentrador do poder político e econômico, baseado na riqueza do café.

Nações verdadeiramente constituídas e conscientes de seu papel histórico têm seu destino traduzido nos objetivos de suas políticas nacionais realizadas pelos órgãos estatais utilizando-se dos recursos que seus poderes públicos organizados põem à disposição de suas elites dirigentes (VIANNA, 1955). Porém, os estadistas brasileiros nunca encontraram na comunidade brasileira os traços inspiradores e orientadores da política, pois ao povo brasileiro faltaria o sentimento profundo de nacionalidade – consciência profunda e histórica, que cria a solidariedade intergeracional – que é encontrado em todos os povos elevados à condição de verdadeiras nações, atuante na consciência de seus cidadãos nos planos das idéias, das atitudes e dos sentimentos individuais.

A construção das nações no séc. XIX está diretamente ligada à circulação de mercadorias, notícias e soldados – o que causou uma maior percepção de diferenças – se deu por duas vias: ou pela percepção das singularidades que tornavam um território, uma história e uma cultura ímpares frente a outras; ou pela afirmação de elites novas locais, que pretendiam ampliar e proteger seus interesses políticos e econômicos. As elites da América, quando rompem com as metrópoles coloniais, têm de organizar países autônomos como Estados-nação. O Brasil, mais especificamente, origina-se do intuito do próprio príncipe regente português sob o arcabouço institucional remanescente de Portugal e transplantado em 1808 quando da vinda da Corte portuguesa¹⁷.

¹⁶ Para Carvalho (1996), a elite não constituiu um estamento, conforme enunciou Faoro (2001). Se estivesse correta a sua informação acerca disso, não se notaria o fato de haver certa ilusão de possibilidade de acesso a ela por indivíduos provenientes de camadas não tão superiores da sociedade da época (através, por exemplo, do magistério, do jornalismo e dos favores do Imperador), nem ao menos a capacidade de cooptação de prováveis inimigos políticos pela sua absorção à estrutura burocrática. Também carece de base empírica a afirmação de que a elite burocrática imperial brasileira constituiu estamento porque esta não possuía um estilo próprio de vida, não possuía privilégios legais, não buscou mecanismos legais de proteção da sua homogeneidade e autonomia.

¹⁷ Apesar dessa forte corrente que julga serem as instituições brasileiras pós-Independência mera implantação da europeia, Lamounier (2005) diz ter sido a institucionalização imperial brasileira resultado de um abrandamento do absolutismo colonial.

Estando ausente o sentimento de nação do povo brasileiro, o Estado aqui é desprovido de sentido nacional, apenas refletindo e expressando os interesses locais, provincianos, regionais. Tal se deve a questões históricas, da maneira que se forjou social e politicamente o Brasil. Ter-se-ia chegado à idéia, mas não ao sentimento de nação. Os movimentos nativistas e anti-lusitanos que várias revoltas inspiraram eram regionais, locais: expressaram os interesses de homens enquanto pernambucanos, baianos, maranhenses, fluminenses, nunca como brasileiros propriamente ditos. Declarada a Independência, portanto, teve-se como maior problemática estatal reagir contra a tendência separatista, portanto – já que essa consciência nativista que negava o lusitano não afirmava o brasileiro, mas o provinciano.

Obviamente após o sete de setembro de 1822 (e até em seus antecedentes) encontraram-se sentimentos nacionalistas – no movimento de Independência, no movimento abolicionista, na Guerra do Paraguai. Todavia, essas situações coletivas de nacionalismo não foram duradouros o suficiente para precipitar um verdadeiro sentimento coletivo de brasilidade. Tampouco a Proclamação da República representou um sentimento nacional, visto ter sido decorrente da atuação de um pequeno círculo, não envolvendo o povo propriamente dito.

A consolidação de uma elite política nacional foi de fundamental importância para a construção do Estado-nação Brasil – temática política fundamental do século XIX, época na qual a idéia de nacionalidades liga-se sobremaneira à questão da fundação dos Estados¹⁸. Esse termo, que segundo Hobsbawm (apud NEVES e MACHADO, 1999) vem a significar o espírito do povo, tem imbuída em si a noção de progresso, e tem como exigências uma base cultural comum, experiências históricas

¹⁸ Ao contrário do que afirma Carvalho, a unidade nacional não resultou da ação de uma elite nacional centralizada na capital, a chamada “elite saquarema” (do partido conservador), que sobrepujou as elites regionais, relegando-as a segundo plano – elites estas que portariam a tendência centrífuga dos seus interesses localistas (DOLHNIKOFF, 2003). Na verdade teria ocorrido um arranjo institucional resultante dos embates e negociações de várias elites regionais que integrariam a nova nação. As elites regionais não sofreriam de certa “miopia localista”, tampouco careciam de articulação em um projeto político de nível nacional – acoplaram as reivindicações regionais em um arranjo nacional, sendo assim construído o Estado não por uma elite nacional centralizada somente. As elites regionais possuíam voz dentro do arranjo nacional através do sistema de representação em uma das câmaras parlamentares do Império. Todavia, mesmo havendo tal divergência teórica, não se pode desmerecer a tese de Carvalho quanto às evidências de uma elitização via educação, processo que teria realmente destacado uma elite política nacional.

semelhantes e um esforço de identificação, divulgação e incorporação dessa partilha de características.

As elites nativas no Brasil tinham o Estado como “meio” (de internalização dos centros de decisão política e nativizar os círculos dominantes) e “fim” (para se consubstanciar a institucionalização da hegemonia política das elites políticas e dos “interesses internos” com que se identificavam) (FERNANDES, 2006). O Estado foi a única entidade desde o início manipulável. Mas, para isso, os “senhores rurais” tiveram de aprender a pensar e a agir de maneira autônoma, sem os nexos e intermédios coloniais de outrora – porém, com a mesma eficácia. As concepções gerais e a filosofia política para essa modernização foram dadas pelo liberalismo, o qual serviu de ideologia para os outrora senhores rurais coloniais poderem gozar do poder ao se converter à categoria de cidadão, porém tal pensamento não passou de utopia no tocante à liberalização da nação como um todo.

Ao se tornar cidadão, o senhor estende seu poder do curto domínio senhorial à esfera política, permitindo o surgimento de outro tipo de entendimento do significado político dos privilégios sociais. É esse tipo de cidadão minoritário, privilegiado, que vem a formar a sociedade civil brasileiro do Império – sociedade esta mais empenhada na proteção dos elementos componentes do *status quo* (principalmente propriedade e escravidão) e na apropriação dos meios de poder político do que com a integração verdadeira da sociedade nacional. Assim, o Estado brasileiro propriamente dito, surgido com a Independência, surge para a burocratização dos interesses, de maneira patrimonialista.

A elite política nacional imperial do Brasil não provém dos tempos da Colônia¹⁹ – quando o máximo de institucionalização política que se encontrava era local, expresso nas Câmaras Municipais e nas Capitanias (CARVALHO, 1996). Dessa forma, o *ethos* nacional não é originário da própria socialização secular do

¹⁹ Aqui nota-se uma discrepância entre os pensamentos de Florestan Fernandes e de José Murilo de Carvalho: enquanto para o primeiro, que se embasa na teoria do estamento de Raymundo Faoro, as elites agrárias coloniais passam a integrar as elites imperiais, para o segundo tais elites só se formam verdadeiramente a partir do exercício burocrático. Aqui, no entanto, se entenderá que ambos os processos ocorrem: permanecem os senhores coloniais no poder, mas ao mesmo tempo também se forma um novo tipo de elite, proveniente na maioria dos casos da própria elite agricultora dos idos colônias, mas com outro tipo de educação e, muitas vezes, de orientação ideológica.

Brasil. Foi a ação do Poder Real, possuidor do espírito nacional que buscou formular durante o Império, comportando-se como verdadeiros cidadãos brasileiros. Mas esses cidadãos, esses eleitos para governar (por uma extrema minoria, diga-se de passagem), não representavam os interesses de um povo, mas sim de uma consciência nacional constituída pela educação elitista, longe do meio sócio-cultural em que governa. A exemplo de outros países de capitalismo retardatário, a elite política brasileira relacionava-se estreitamente com a burocracia estatal. Sendo a escravidão o principal entrave para o exercício de atividades econômicas pelos cidadãos livres e educados, o seu destino mais provável era o funcionalismo público.

A formação das elites políticas em ex-colônias foi peculiar, pois: a) precisou condensar-se de maneira muito rápida, enquanto essa condensação, em países europeus, resultou de um longo processo histórico; b) o arranjo político em seu interior teve que contar com elementos externos, representantes dos países controladores dos mercados dos produtos de exportação; c) eram muito mais instáveis, pois a existência de experiências diversas anteriores em outros âmbitos fornecia argumentos causadores de tensão entre grupos rivais no seu cerne.

No caso da elite política brasileira, nota-se que a herança burocrática portuguesa forneceu a base para unidade e a estabilidade. O elemento fornecedor da homogeneidade necessária à política brasileira – característica necessária principalmente à ação conjunta da mesma em torno de um projeto comum – foi, a exemplo de Portugal, a educação, tendo-se em vista que os indivíduos que a comporiam, antes de adentrar o processo de educação comum (inicialmente, a Universidade de Coimbra), eram socialmente heterogêneos em sua origem. Também a magistratura e cargos burocráticos no Exército conferiram a homogeneidade, pois se tratava do exercício das funções recebidas na educação como treinamento. Dessa forma, educação e treinamento semelhantes, bem como o isolamento das teorias revolucionárias (sumamente dos iluministas franceses setecentistas) garantiram a homogeneidade da elite política imperial brasileira. Sendo mais coesa, os conflitos e dissensões surgidos em seu seio foram mais facilmente contornáveis.

Nossa elite política imperial foi verdadeira “ilha de letrados” em meio a um mar de analfabetos: enquanto seus ocupantes eram detentores de diplomas de educação superior, o grosso da população não era sequer alfabetizada. Em 1872, mais de 80% da população era de analfabetos, situação que pouco se alterou em 1890. Significativa parte dos indivíduos que formaram essa elite era oriunda da camada social dos proprietários de terras. A partir dessa inserção, tal classe, que se encontrava desprestigiada em decorrência da economia, recupera sua antiga importância com a ocupação de cargos políticos dentro do Estado. Mas, por ser a monocultura escravocrata um canal de pouca mobilidade social, os elementos mais dinâmicos da sociedade da época tenderam à ocupação dos quadros burocráticos para a sua ascensão social no Brasil. Aliás, o cargo burocrático era tido explicitamente como fonte de rendimentos, possibilitando assim o exercício de outras atividades²⁰.

Houve essa necessidade de integração de um enorme território que representava o conjunto amarrado de cinco regiões distintas, bem como a questão da escravidão – excludente dos mais pobres (já que a realidade econômica assim degradava o trabalho manual) – que impedia a consideração da população como um todo para a formação da nação (NEVES; MACHADO, 1999). Isso levou à coesão dos proprietários de escravos e terras e dos negociantes de escravos para a formação da elite que viria a comandar o país. A manutenção da ordem, durante o Império, se deu através da absorção de grande parte da população livre em sua estrutura burocrática. Porém, o restante excluído não o era apenas dessa estrutura, mas também da distribuição de bens públicos – inclusive da justiça – o que restringia muito a extensão da cidadania.

Mas tanto a elite proprietária quanto a elite intelectual (que se identificavam muitas vezes) eram heterogêneas. A primeira tinha interesses regionais díspares, enquanto a segunda era dicotômica em instrução: parte proveniente de Coimbra, parte instruída nas precárias instituições de ensino já existentes no território recém-emancipado. Assim, fez-se a necessidade da criação de pólos de ensino homogêneos para essa nova elite intelectual: o colégio Pedro II (instituição que,

²⁰ Machado de Assis e José de Alencar, entre outros escritores importantes daqueles idos, foram funcionários públicos (FREYRE, 2002).

apesar de ter despertado a consciência nacional nas elites, detinham um caráter extremamente retórico, livresco, propício à oratória parlamentar), cursos superiores de Direito, Medicina e Engenharia, e as Escolas Militares. Enquanto se dava essa ilustração elitista, nas camadas baixas da população remanesciam os instrumentos absolutistas de controle da tradição e da violência. Após a Independência foram criadas universidades de Direito para a educação da nova elite em moldes similares à de Coimbra (CARVALHO, 1996).

A continuidade, após a Independência, do *modus operandi* e do sistema de organização da burocracia da ex-metrópole lusitana no Brasil, a sua homogeneidade em virtude da educação, do treinamento e da aceitação da ordem constitucional como elemento garante dos interesses dos grandes proprietários rurais, fizeram com que se tornasse estável a elite política imperial. A primeira elite a ocupar o Estado no Brasil recebeu sua educação em Coimbra, na qual os fulcros políticos eram manter o vínculo de dependência entre a Colônia e a Metrópole, a centralização e a homogeneização da instrução a fim de se evitar a propagação de ideais contrários ao colonialismo e ao absolutismo, a ênfase no ensino jurídico e a aversão aos ideais iluministas franceses.

A construção da nacionalidade brasileira na figura da elite foi essencial para a manutenção da integridade do Império e para a garantia da ordem escravista. Assim, a sua homogeneização pela educação, bem como a conscientização de suas aspirações, de suas tradições, e a identificação dos seus interesses foi primordial. Assim, além das instituições de ensino, a criação do Arquivo Público (1838) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) foi fundamental para a criação da personalidade do Estado-nação Brasil.

A regra, durante o Império, era o demasiado destaque apresentado pelos ocupantes da elite em virtude da riqueza, do cargo público ocupado ou dos serviços militares prestados à nação. Destacados esses que eram enobrecidos por títulos de nobreza não-hereditários, honoríficos (baronatos, viscondados, etc.) ou pecuniários (pensões, aposentadorias, jubilação de professores, etc.). Era nobreza de posição, conferida pela vontade do Imperador aos profissionais de certas profissões consideradas enobrecedoras: em primeiro lugar, a política, seguida pela carreira

militar e pelo intelecto. Esses “foros de fidalguia” perderam seu valor legal com a Proclamação da República, mas permaneceram no imaginário da população, tanto entre as camadas mais humildes quanto entre as mais cultas.

O fato de muitas vezes elementos mais reformistas da elite e da burocracia terem se aliado a outros mais retrógrados da sociedade para implementarem reformas – já que no Brasil-Império o elemento industrial modernizador – tornou o sistema político incapaz de acompanhar as transformações e o levou à derrocada através das cisões entre burocratas civis e militares.

Associações de indústria e comércio, imprensa, Igreja e Exército foram instituições que tiveram certo peso na política imperial, porém sempre de forma secundária (no caso do Exército), ou em questões muito pontuais (em relação à Igreja) ou então serviram apenas de fórum de idéias alternativo ao sistema político formal (no caso, a imprensa). A elite política imperial no Brasil foi, mormente, civil – mesmo quando militares a ocupavam, o faziam por serem representantes de algum outro setor importante da sociedade (o Duque de Caxias, por exemplo). A sua organização se dava nas seguintes figuras, principalmente: Imperador, Ministérios, Senado, Deputados e Conselho de Estado.

A herança do modelo português de administração acarretou na estabilidade do político no meio burocrático, permitindo assim a construção de uma longa carreira, baseada na circulação por diversos cargos (no Judiciário, Legislativo e Executivo). Por um lado, isto melhorou a qualidade da atuação por meio do treino constante que a prática oferecia; por outro, serviu para evitar a identificação dos políticos com ideais subversivos. Além do treino, a alta circulação (principalmente no tocante ao cargo de Presidente de Província) tinha por escopo a possibilidade de premiação dos amigos do Imperador e de seus ministros. A circulação também provocava o chamado “efeito unificador político”, pois mantinha nas províncias a ordem central, espraiando-a pelas mais heterogêneas províncias.

Geralmente após a deputação no Império (o que ocorria após a deputação provincial, sendo a porta de entrada para esta a magistratura, a influência familiar ou o exercício da imprensa, geralmente) ocorria a circulação dos políticos pelos

Ministérios, pela Senatoria (vitalícia), pela Presidência das Províncias e pelo Conselho de Estado. A acumulação de cargos e o exercício simultâneo de mais de uma Presidência de Província eram comuns. A Senatoria funcionava como uma espécie de “válvula de contenção” do sistema: a ela eram relegados geralmente os proprietários de terras e outros poderosos da elite sem educação superior, de onde dificilmente saíam para a ocupação de outros cargos; porém, sendo vitalícia, era impedida a ocupação do Senado por novas gerações, conservando-se, dessa maneira, a ordem sistemática.

Essa falta de renovação traz consigo a vantagem de conferir melhor qualidade de treinamento dos profissionais da elite política (PARETO apud CARVALHO, 1996). Porém, negativamente, acarreta na possibilidade da perda da representatividade, na redução da capacidade de percepção de novas problemáticas e de favorecer a formação de contra-elites, as quais poderão vir a tomar o poder de forma revolucionária ou semelhante – o caso dos militares durante o Império e a proclamação da República é exemplificativo disso.

Oscilações econômicas e diferenças de riqueza entre províncias faziam com que o peso político de cada uma também mudasse no cenário nacional: quando um partido estava comandando o quadro geral político da nação, provavelmente estariam mais bem representadas as províncias que mais correligionários seus tivesse; e províncias que produzissem os itens mais importantes para o Brasil no mercado internacional (mormente o café após a segunda metade do século XIX) também teriam maior poder.

A troca de favores e o apadrinhamento tornavam peculiar a estrutura burocrática do Império, diferenciando-a do aparato impessoal e eficaz feito máquina (WEBER apud CARVALHO, 1996). Todavia, práticas personalistas e patrimonialistas, que hoje se consideram corruptas, não foram uma exceção do Brasil: nos Estados Unidos da América e na Inglaterra oitocentistas também foram corriqueiras. A questão a ser ressaltada aqui é que nessas outras nações os esforços de modernização e moralização, mormente a inserção e valorização da meritocracia na esfera estatal se deram já no século XIX, enquanto no Brasil só ocorreram a partir de 1936 e, ainda assim, foram apenas relativamente exitosas.

Novamente aqui a explicação se encontra no sistema escravista: sendo tão limitadas as oportunidades de inserção em ocupações dignas para os letrados, a busca por cargos era muito maior, causando o fenômeno do inchaço da máquina pública. Assim, a inserção da meritocracia não fazia parte da realidade nacional por questão social. Além da escravidão, somava-se a falta de espaço para a colocação de elementos livres e dinâmicos da população na atividade comercial o fato de ser esta dominada por estrangeiros naqueles tempos.

O sistema de monocultura agrícola escravagista era ambíguo, pois ao mesmo tempo em que não permitia a entrada de novos elementos no seu exercício, enfeitando os indivíduos capacitados para dentro do Estado, não podia ser eliminada politicamente, por ser a fonte de riquezas que sustentava o próprio Estado.

A destruição do sistema imperial partiu da elite burocrática do Exército, que sempre sofreu certa discriminação por parte dos liberais (que julgavam serem os militares “pequenos Bonapartes em potencial”), eram mais ligados às camadas populares (sendo possível aos mais pobres tornarem-se oficiais, ao contrário do que se verificava na Marinha), se tornaram ideologicamente coesos pela influência do Positivismo e desenvolveram maior espírito corporativo.

Sendo assim, como inexistia no Brasil a possibilidade de regulação social através da burguesia (que era fraca então), coube ao Estado forjar a sociedade – através da regulação de mercados, da destruição de privilégios e da consolidação de um comando nacional. Foi através da burocracia que isso se sucedeu no Brasil, burocracia essa que era treinada no próprio seio do governo, e que era de origens sociais distintas, mas homogeneizadas pela educação.

O Império se consolidou apoiando socialmente o grande comércio e a grande agricultura, visto que o proletariado do campo e a população urbana constituíam contingente potencialmente revoltoso (ou, como várias manifestações violentas demonstraram, não apenas potencial, mas também realmente).

A abolição da escravatura trouxe benefícios econômicos aos proprietários, mas não aos ex-escravos (estavam livres, mas não tinham condições de se manter).

Apesar da insistência de líderes abolicionistas no tocante à indenização e à assistência dos ex-cativos por parte do Estado, isso não ocorreu: apenas os senhores de terras receberam indenizações estatais.

Em 1807 iniciou-se a luta contra o tráfico de escravos, iniciada pela Inglaterra, que liderou a campanha pela sua erradicação em outros países – o que foi obtido através da ilegalização progressiva do tráfico em outros países pela via diplomática. A pressão inglesa por leis abolicionistas se intensificou a partir de 1839 em relação ao Brasil, o que surtiu politicamente o efeito de revolta, já que se entendia que a própria Inglaterra relegara ao Brasil a condição exclusivamente agrícola – atividade aqui dependente do braço escravo – por ter desestruturado a indústria nacional.

Até 1850 não havia nenhum político abertamente favorável à abolição; quase todos concordavam como o dever moral de fazê-lo, mas o temor das conseqüências econômicas desastrosas o impediam de abolir a escravatura. Além disso, a pressão inglesa tinha o efeito oposto ao esperado, pois aquecia paixões nacionalistas, que favoreciam os traficantes de escravos – que, por sua vez eram grandes possuidores de capital no Brasil, tendo seus interesses em alta conta na política. A escravidão era a base da produção da monocultura, juntamente com a terra. A problemática econômica que poderia acarretar a abolição, somada à desconfiança dos produtores no tocante ao trabalho do imigrante, corroboraram para ter sido o Brasil o último país ocidental a tê-la abolido.

A pressão popular, através de movimentos abolicionistas, foi o elemento decisivo para o fim da escravidão, na última década em que era legal. A posição da Coroa também era pró-abolição, assim como a do Exército. Foi justamente a ação contrária aos interesses dos proprietários de terras que causou a queda do Império – obviamente, ao lado do fator Exército. Atendendo a um setor da população que não era politicamente representada, o Imperador ficou sem aliados.

Estabeleceu-se uma “dialética da ambigüidade” nos tempos do Império no tocante às relações entre a capital e as províncias, entre centros e periferias, viabilizando à elite manter tradições e introduzir inovações (RAMOS apud NEVES; MACHADO, 1999). Isso porque o governo não podia prescindir das elites locais

produtoras rurais, responsáveis por cerca de 70% dos rendimentos econômicos imperiais. Assim, um mecanismo que aglutinasse a base ao topo no sistema político, e que também comportasse as incompatibilidades. Dessa forma, o clientelismo foi a trama de ligação oitocentista que sustentou os atos políticos (GRAHAM, 1997). Foi essa prática o pacto criador de procedimentos e práticas caracterizadores da vida política brasileira, que continuaram a integrar o cotidiano brasileiro até muito recentemente (senão hodiernamente).

As eleições para as legislaturas foram o ritual demarcador da posição individual no complexo arcabouço hierárquico da sociedade imperial brasileira, que servia tanto para a conservação da estrutura institucional liberal quanto para o arrefecimento das facções adversárias derrotadas – já que a estas só restaria a resignação da espera até o próximo período eleitoral. Mas, apesar de toda essa aparência correta, fraudes, subornos e, em última instância, coerção através da força eram práticas corriqueiras. No período antecessor às eleições eram trocados, se necessários, ocupantes de cargos para que se mantivesse o equilíbrio local de forças. Também a pressão dos oficiais superiores sobre os inferiores e o prevailecimento de catedráticos (detentores do poder de aprovação) sobre seus alunos nas faculdades eram práticas comuns.

A realidade prática criava, assim, a lógica de proteção e de favor. O medo das “derrubadas” – reviravoltas nos cargos da administração decorrentes da força de gabinetes – exigia a ligação pessoal dos funcionários aos adversários, tendo de atuar contra sua própria causa para poderem continuar a servir. Também se observava a malha de correspondências desde o nível provincial até o nacional, pela qual os pedidos por favores, promoções e cargos eram transmitidos.

Dessa forma era conduzida a política brasileira, tanto na manutenção quanto na transição. Transformava-se o cargo público em moeda de barganha, dado ou retirado de alguém conforme a conjuntura política e a conduta do indivíduo. Estabelecendo uma rede de poder entre protegidos e protetores, era o clientelismo que garantia certa unidade de ação ao todo o território nacional, consolidando o Estado central apesar das diversidades regionais. Assim, o compromisso duradouro

a um programa político era deixado de lado em prol do “arranjo entre amigos” em que se convertia o governo.

Também para Faoro (2001) a burocracia nacional se resumiu em mero continuísmo da lusitana. A política ficou dividida entre liberais (tidos como “revolucionários”) e absolutistas, ocupantes do estamento tradicional. Entre essas duas facções estava a figura de José Bonifácio como conciliador. E, acima de tudo, o príncipe mais poderoso do que o próprio pacto constitucional.

Sendo impossível tanto o absolutismo quanto o liberalismo aos moldes europeus, Bonifácio opera transformações a partir do topo da hierarquia burocrática. O modelo constitucional colocou o Imperador e a monarquia acima da própria Constituição. A soberania seria a nacional, não a popular – o que expressa um estado de coisas no qual a participação política de certos grupos é garantida em face de um Estado que não é propriamente absolutista (pois conta com elementos liberais) e a monarquia e as instituições realizaram a conciliação entre as vertentes políticas polares opostas.

A nova organização política teve como maior objetivo impedir o dilaceramento da monarquia, conforme o desejo dos ultra-liberais sequiosos de colocações no estamento burocrático estatal. Assim, instala-se um domínio descendente a partir da aristocrática cúpula estatal centralizadora, que pretendia controlar todas as províncias (visto serem, inclusive, muitas delas divergentes entre si). A Coroa brasileira passa a se aproximar dos homens mais influentes do país com a concessão de títulos, cargos e honrarias. Ao mesmo tempo, busca o apoio junto às camadas populares. Com isso, fortalece-se o estamento burocrático no Estado inchado instalado a partir do início da vida independente do Brasil.

A tradição portuguesa de comando central do Estado pelo soberano impediu a formação do intermédio de órgãos representativos. Os constituintes tinham a mesma opinião, pensando que entre o Rei e a nação não deveria haver intermediários. O monarca era uma figura separada da nação por um posicionamento que reflete a superioridade, sendo a titularidade do Poder Moderador a expressão da suposta necessidade de se disciplinar a nação de

maneira descendente, do alto da cúpula estatal, evitando-se a anarquia e a dissensão que supostamente ocorreriam se de outra forma fosse.

O poder concentrava-se nas mãos do soberano, em torno do qual arma-se o estamento burocrático, moldado a partir das características da plenipotência do Rei para o controle estatal de todos os aspectos políticos da nação. Esse estamento se rearticula nas figuras de estadistas saídos do interior do próprio aparelhamento monárquico (a começar pela Assembléia Constituinte de 1824). A enfraquecida representação popular busca sempre o apoio do monarca para não se indispor com a população, que apoiava o soberano.

D. Pedro I governava “para o povo e não pelo povo” (FAORO, 2001, p. 341), de maneira absolutista ornamentada com aparências liberais. Sustentava-se apenas pela força militar, deixando poucas alternativas: despotismo ou abdicação. Ainda contra a sua estabilidade, ocorriam nos conselhos provinciais (futuras Assembléias) mostras de forças do sistema representativo operando contra o poder absoluto do príncipe. Também uma má-administração e a desconfiança popular quanto à verdadeira brasilidade do Imperador – resultado do sentimento nacionalista calcado no anti-lusitanismo – se tornam o cerne de sua impopularidade. Após sua abdicação, até 1837 – período regencial – o Brasil é governado pelo Partido Liberal, que se torna mais reacionário e conservador do que o partido adversário que substituiu, no ideal de se organizar a autoridade e se evitar a anarquia.

Institui-se a Guarda Nacional, para que haja uma força conservadora civil que faça contraponto aos militares, que poderiam vir a constituir um mandato popular. Concomitantemente o Exército vai sendo desarmado, conforme demonstram reduções orçamentárias da época.

A Proclamação da República foi instituída sem a participação do povo – o qual, além de não ter participado, foi surpreendido pelo evento, de acordo com Aristides Lobo (apud CARONE, 1971). Também os intelectuais foram frustrados, em boa parte, pela República. Bons exemplos disso são os esforços de Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral para o seu bom desempenho, mas que acabaram desiludidos (CREMONESE, 2006).

A participação política da população no processo eleitoral durante o Império e a Primeira República é considerado insignificante (CARVALHO, 2000). Apenas 13% da população livre votavam no período que vai de 1822 a 1881. Entre 1881 – ano em que se proibiu o voto do analfabeto – e 1930 – fim da Primeira República – o número de votantes era 5,6% da população.

2.3 O Coronelismo

Coronelismo é um compromisso entre o Poder Público e chefes locais, principalmente senhores de terras – tendo em vista não poder o primeiro prescindir dos votos do eleitorado rural sob influência dos segundos, por causa do regime político representativo, é mantida também a estrutura de poder dos particulares (LEAL, 1997). É um sistema datado historicamente no período da República Velha, quando apresenta sua maior expressão.

O mandonismo é uma característica do exercício do coronelismo, o que se dá através do controle discricionário de um feudo político pelo voto de cabresto, da jurisdição sobre seus dependentes e do poder policial consubstanciado nas ações de empregados e capangas. O dependente do coronel o vê como um benfeitor, pois é o único meio realmente disponível no momento de necessidade, já que por ser geralmente inculto e em situação de grande vulnerabilidade social, o dependente (agregado ou pequeno proprietário adjacente) não conhece seus direitos.

Há diferenças entre coronelismo e mandonismo: o primeiro é um sistema político, consubstanciado numa rede complexa de relações existente entre os coronéis locais e o presidente da República, envolvendo reciprocidade de compromissos, datado historicamente (refere-se apenas à República Velha), surgido no confluir do fato político do federalismo e de uma conjuntura econômica específica da decadência econômica dos fazendeiros (quando passam a ter de recorrer ao governo). Já o mandonismo é o poder oligárquico e personalizado, um domínio pessoal e arbitrário do mandão sobre a população em função do controle de um recurso estratégico (geralmente a posse de terra), população impedida do livre acesso ao mercado e à sociedade política em virtude de tal domínio. Não constitui um sistema, mas uma característica da política tradicional, não sendo datada

historicamente, pois existe desde o início da colonização e persistente ainda hodiernamente (CARVALHO, 1997).

O alistamento eleitoral, bem como despesas de transporte do eleitor até o seu local de votação, também são custeados pelo coronel, tornando óbvia a obediência à orientação política deste, somando-se isso ao desinteresse político gerada pelo falta de informação do dependente (LEAL, 1997). E a manutenção do poder local do coronel se dá através da realização de obras públicas associadas diretamente ao seu mandato, revelando que não há falta de interesse público na figura do coronel: o que ocorre é que o interesse público é utilizado para a manutenção do poder privado.

A administração municipal torna-se desorganizada em decorrência do paternalismo que eiva as contratações para o funcionalismo. A solidariedade partidária justifica a contratação apenas por pertença ao partido, o que, somado à incultura ainda encontrado como característica comum no interior do país, contribui para um quadro de funcionalismo tecnicamente improvisado. E a recíproca e verdadeira: enquanto para os correligionários há todos os favores, para os opositores há a hostilidade plena.

A ausência do Poder Público ao desempenhar suas funções também contribui para a manutenção e reprodução do poder dos coronéis, pois quando o Estado não cumpre as funções que lhe são incumbidas por causa da distância ou até mesmo da precariedade do aparelhamento público, é o coronel que se encarrega de tais exercícios, tais como a jurisdição e a polícia. Apesar de essa ausência tender a diminuir com o desenvolvimento tecnológico, que facilita o transporte e as comunicações entre o poder federal (ou estadual) e o interior, a rarefação do Poder Público deve ser levada em consideração, tendo em vista ser freqüente em certos Estados.

O sistema de reciprocidade é outra característica do coronelismo. O coronel é quem tem o poder de levar grande número de eleitores às urnas, conforme sua orientação – assim, o Estado necessita de seu apoio. Todavia, é esse último que detém o poder econômico, a força policial, os favores e os empregos. Disso

decorrerão alguns efeitos: a) sempre que a situação política mudar é muito provável que a orientação política do coronel também mude; b) é calcada na influência social do coronel que a situação política irá se manter. O “bem” que o Estado pode fazer ao coronel é diretamente proporcional ao “bem” que este pode realizar àquele. Mas também no “mal” reside o poder do coronel, portanto, as nomeações de cargos relativos ao oficialismo estadual (como delegados) são de suma importância para ele, visto que a ferocidade contra os não-correligionários poderá depender também da ação ou da omissão da polícia.

Não é da ascensão dos proprietários de terras ao poder que decorre principalmente o coronel, mas de duas formas de fraqueza: a decadência econômica dos proprietários de terras, que se submetem politicamente ao governo estadual para a manutenção de seu poder local (donde a mudança de posicionamento político conforme a situação do governo estadual ou até mesmo federal) e da vulnerabilidade dos eleitores do meio rural, que dependem do coronel para receberem parques amparos que o Estado não é capaz de lhes atender.

Em decorrência da adoção do regime federalista iniciado com a República em 1889 substituiu-se a figura do Presidente de Província, ator político não dotado de poder por ser homem de confiança do Ministério imperial, pela figura do Governador de Estado, o qual tem a capacidade de articular as oligarquias locais em seu favor próprio (sua eleição), oligarquias estas que se encontram economicamente decadentes (necessitadas, dessa maneira, de articulações políticas para com o Governador, que tem o poder para isso) e dominando a massa dos eleitores rurais.

Deve-se ainda aqui fazer uma distinção entre coronelismo e caudilhismo:

O mandonismo local é denominado coronelismo (maior parte do Brasil), caudilhismo (Rio Grande do Sul), chefismo (vale do São Francisco), etc. A regionalização de nomes mostra a expansão e unidade do problema, que se traduz em fatores extrínsecos comuns. (CARONE, 1971, p. 86).

Assim, o caudilho nada mais é do que um coronel denominado de forma diferente por questões regionais, não conceituais. Trata-se, portanto, problema dos mais simples de ser resolvido: caudilhismo é simplesmente a denominação do

fenômeno do coronelismo como mandonismo local no Rio Grande do Sul, sendo talvez a proximidade geográfica entre Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul a influência da diferenciação de nomenclaturas para um mesmo fenômeno que ocorreu no Brasil como um todo.

2.4 O Clientelismo

O conceito de clientelismo²¹ também é diferenciado daquele do coronelismo. Clientelismo é uma inter-relação de atores políticos envolvendo concessão de benefícios públicos (empregos, benefícios fiscais, isenções tributárias) em troca de apoio político, principalmente votos (KAUFMAN apud CARVALHO, 1997). É atributo variável de sistemas políticos, os quais podem ser mais ou menos eivados de clientelismo nas relações políticas. O coronelismo envolveu relações clientelísticas, porém não são conceitos idênticos. O clientelismo seria um mandonismo bilateral, pois entre os mandões e o governo pode haver em outras épocas, conforme varia o controle dos recursos (votos e poder) pelos atores políticos (CARVALHO, 1997). Quando os autores vêem coronelismo urbano, em fases históricas mais recentes, estão na verdade tratando do clientelismo, visto que as relações que ocorrem mais hodiernamente se dão entre governos (ou políticos) e integrantes pobres da população, sendo trocados votos por empregos e serviços públicos obtidos graças às suas influências junto ao Executivo, sendo dispensada a figura do coronel: agora

²¹ Para Bobbio (1998, p. 177), o conceito de clientelismo inicia-se na antiga Roma, onde “[...] entendia-se como clientela uma relação entre sujeitos de *status* diverso que se urdia à margem, mas na órbita da comunidade familiar: relação de dependência tanto econômica como política, sancionada pelo próprio foro religioso, entre um indivíduo de posição mais elevada (*patronus*) que protege seus clientes, os defende em juízo, testemunha a seu favor, lhes destina as próprias terras para cultivo e seus gados para criar, e um ou mais *clientes*, indivíduos que gozam do *status libertatis*, geralmente escravos libertos ou estrangeiros imigrados, os quais retribuem, não só mostrando submissão e deferência, como também obedecendo e auxiliando de variadas maneiras o *patronus*, defendendo-o com as armas, testemunhando a seu favor ante os tribunais e prestando-lhe, além disso, ajuda financeira, quando as circunstâncias o exigem. [...] Numa sociedade assim, a organização política atende, em primeiro lugar, à comunidade doméstica que, além de ser a estrutura econômica fundamental com o trabalho da terra, é também um microcosmo político, governado e protegido pelo *pater familias*. A comunidade política estatal vem em segundo lugar e é praticamente constituída pela associação de um grande número de comunidades familiares (*res publica*); como tal, ela é incapaz de garantir — como ocorre na maioria das sociedades tradicionais, organizadas mais ou menos da mesma maneira — uma tutela eficaz aos próprios membros, tutela que recai então sobre as estruturas familiares, que adquirem assim uma relevância preponderante; aos escravos libertos e aos estrangeiros recém-chegados à cidade não se oferece solução melhor que a de buscar a proteção dos notáveis de origem nobre, que possuem terras e exercem as funções políticas mais importantes; prestarão seus serviços em troca.”

não há o controle dos votos da população por este, mas uma troca clientelística entre aquela e os políticos.

O clientelismo, expressão do patrimonialismo, perpassa toda a história política brasileira, sendo notada sua expressão nas mais variadas contextualizações espaciais e temporais, mudando de feições ao longo do tempo, sendo observada a “[...] reiteração desse fenômeno político sob a mesma roupagem aparente” (CUNHA, 2006, p. 227). O clientelismo não pode, assim como o coronelismo, ser dessa forma tido como sistema político específico e datado (tal como o coronelismo), pois se adapta às variáveis condicionantes das conjunturas que se diversificam ao longo do tempo.

Na verdade, o clientelismo não aparece como um sistema político, mas sim como uma resultante da cultura política brasileira: mesmo havendo variação contextual e conjectural, são utilizadas as práticas clientelísticas não simplesmente para a conquista e a manutenção do poder; sendo integrante da cultura política nacional, o clientelismo serve de meio para a manutenção das relações assimétricas de poder, reproduzindo-se assim as desigualdades ao longo da história.

Remonta-se à própria formação do Estado português e às formas de manutenção de seu poder para se entender as práticas clientelistas na América portuguesa. Desde as recompensas em forma de concessões aos vitoriosos na guerra e aos bem-sucedidos por serviços prestados à Coroa, até as formas de socialização entre desiguais (naqueles tempos suserania e vassalagem) ou entre iguais (amizades e parentesco propriamente ditos) teriam se formado redes clientelísticas que vão do topo da pirâmide social à base. “A relação clientelística encerra, assim, aos quadros do antigo regime a um só tempo prática social e esquema mental, e em termos efetivos alcança a hierarquização social e a própria administração das diversas partes do império português” (CUNHA, 2006, p.242).

A manutenção desse sistema para a criação da “nobreza da terra” quando do início da colonização, a extensão das redes clientelísticas quando da descoberta das jazidas auríferas no interior do território colonial e o reforço de tais redes com a hierarquização social de onde emerge a fidalguia mercantil, notando-se o peso

político que tais redes foram assumindo a fim de se concentrar em determinados grupos a exploração econômica do território, tendo assim se criado a fidalguia que logo após a Independência vem a ocupar o Estado imperial (FRAGOSO apud CUNHA, 2006).

No Brasil o patrimonialismo, a centralização e o clientelismo são elementos indissociáveis, tendo sido não apenas o Estado o centralizador do seu poder, mas sim ter sido a centralização fruto da ação dos próprios atores sociais – notadamente as elites detentoras do patrimônio – que, por causa de interesses eleitoreiros, criou uma ampla rede clientelística em troca de cargos estatais, inserindo tais elites e, por conseguinte, seus interesses econômicos no Estado (GRAHAM, 1997). Denota-se dessa maneira que as relações clientelísticas fazem parte da cultura política brasileira, tendo mudado de feições de acordo com a conjuntura econômica que se apresentava, sendo as relações políticas que representavam o arcabouço da manutenção das riquezas nas mãos das elites nacionais.

A moderna política de Estado precedeu a sociedade industrial (NUNES, 2003). A revolução burguesa ocorreu com a associação com as multinacionais e a participação e a supervisão do Estado. O contexto histórico no qual ocorreu o capitalismo no Brasil foi, portanto, distinto dos padrões de ocorrência das nações européias e estadunidense, tendo sido o clientelismo caracterizador das ordens precedentes um elemento prevacente e caracterizador das relações mesmo com a chegada da nova ordem.

O clientelismo é originário de sociedades camponesas, consistindo nas relações estabelecidas em torno de um chefe, detentor do comando sobre os recursos dos quais dependem os clientes, a ele subordinados. Sob esse arcabouço relacional sustentado em critérios pessoais e não-universalistas, a formação das identidades de interesses e de ação coletiva é inibida, e as trocas incluem promessas e expectativa de retornos futuros. Esse sistema de trocas referente ao clientelismo (trocas generalizadas) é diferente do sistema de trocas específicas do capitalismo moderno, no qual não há a preexistência de relações estabelecidas com a troca, nem mesmo expectativa de relações pessoais futuras. É o impersonalismo, totalmente oposto ao clientelismo, que dá a tônica das trocas capitalistas.

Apesar desse antagonismo, há trocas generalizadas em âmbitos nos quais o mercado capitalista moderno é relacionado. A troca generalizada clientelística vem a contribuir para a acumulação de capital, demonstrando que há a combinação positiva desses dois sistemas de fluxos e transferência de bens materiais. É paradoxal a caracterização do clientelismo, visto envolver combinações entre: a) uma aparente solidariedade mútua e uma assimetria do poder; b) exploração/coerção e compromisso mútuo/relações voluntárias; c) ênfase nas obrigações interpessoais/solidariedade e o aspecto ilegal ou semilegal de tais relações (EINSTADT e RONINGER apud NUNES, 2003).

Dessa forma, no sistema clientelista são criadas redes de relações de larga escala, baseadas na relação *patron-cliente* – característica essa que irá marcar não apenas relações interpessoais, mas também a esfera pública (NUNES, 2003). Através dessas redes se canalizam as demandas oriundas dos setores mais baixos. Dessa feita, a personalização e a hierarquização tornam-se cruciais em todos os âmbitos: obtenção de empregos, aprovação de pedidos por órgãos públicos, obtenção de serviços sociais – o que levaria também ao enaltecimento do famoso “jeitinho brasileiro” e a autoridade pessoal como meios habituais de regulação de relações sociais e com instituições formais.

Principalmente na política (inclusive a partidária) o clientelismo sobrevive com força no Brasil (GRAHAM, 1997). Mesmo sendo na maioria das vezes mais relacionado com o período da República Velha, não acabou durante os períodos posteriores. Sobreviveu como gramática política durante o período democrático do pós-guerra, durante a ditadura militar – inclusive, durante esse período, por ter o autoritarismo suprimido os conflitos de interesses, teria sido a única gramática possível – e que também não se extinguiu após a abertura política.

3 O CICLO DE AFIRMAÇÃO: DA REVOLUÇÃO DE 1930 À DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

*O Sol nasce e ilumina as pedras evoluídas,
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas.
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas,
Não importa se são ruins, nem importa se são
boas.*

*E a cidade se apresenta centro das ambições,
Para mendigos ou ricos, e outras armações.
Coletivos, automóveis, motos e metrô,
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs.*

*A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.*

*A cidade se encontra prostituída,
Por aqueles que a usaram em busca de saída.
Ilusora de pessoas de outros lugares,
A cidade e sua fama vai além dos mares.
No meio da esperteza internacional,
A cidade até que não está tão mal.
E a situação sempre mais ou menos,
Sempre uns com mais e outros com menos.*

(CHICO SCIENCE, "A Cidade")

É o da modernização do Brasil o momento a que corresponde o presente capítulo²². Processo que se inicia, de maneira propriamente dita, com a Revolução de 1930, corresponde ao sistema de divisão histórica proposto por Carvalho (2002), separado do período da República Velha porque, apesar das transformações verificadas no processo político ocorridas entre 1889 e 1930, a verdadeira mudança radical do período republicano ocorre, de maneira sensível, após a tomada do poder nacional por Vargas.

No relacionamento entre as vicissitudes verificadas mais acentuadamente nesse período, tem-se o elitismo e, principalmente, o modelo de desenvolvimento denominado "via prussiana" como o cerne da problemática. Esse modelo autoritário, dependente do Estado, marcou dois períodos importantes da história do Brasil no século XX: primeiramente, o período compreendido entre a Revolução de 1930 e

²² Buscou-se, para realizar o capítulo doravante apresentado, os aportes teóricos de: Gisálio Cerqueira Filho (2005); Carlos Nelson Coutinho (1984, 2000); Francisco Weffort (1980, 2006); José Murilo de Carvalho (2002); Octavio Ianni (1968); Sheila Maria Reis Ribeiro (2002); Celso Furtado (1966); Bolívar Lamounier (2005); Dejalma Cremonese (2007); entre outros.

1945, quando se inicia a chamada democracia populista; e entre 1964 e 1985, durante a Ditadura Militar.

A democracia populista foi um interregno na questão do prussianismo, visto ter sido o desenvolvimento conduzido sob a ótica de um maior envolvimento do povo com a questão do desenvolvimento: baseava-se no compromisso entre os governantes eleitos e o povo, pela melhoria em suas condições de vida, em troca de votos.

É claro, não se pode compreender de maneira simplista essa relação. Todavia, clarificam-se as questões que se referem ao inter-relacionamento das referidas problemáticas quando se busca certa relação causa-efeito entre suas origens. Apesar do não se fazerem presentes no esquema gráfico abaixo as ligações diretas entre o populismo e as discrepâncias evolutivas dos direitos fundamentais, por exemplo, elas ocorreram; mas, realizando-se a manutenção do modelo explicativo, não é tal vínculo apresentado porque o populismo é característico de um único momento histórico da política brasileira, enquanto a marcha diferenciada do processo evolutivo dos direitos fundamentais é verificada desde muito antes do início do período da democracia populista.

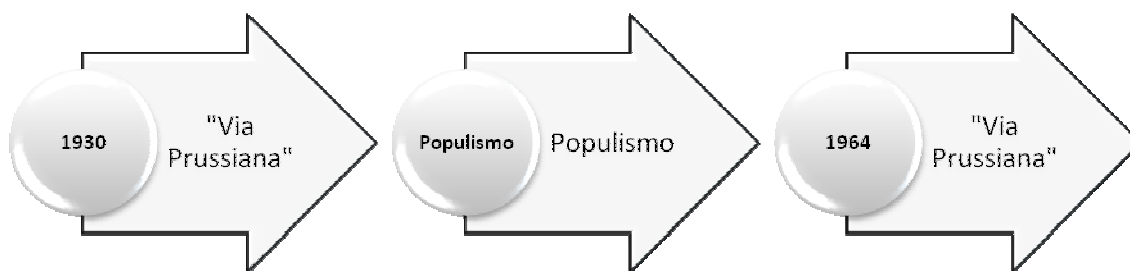


Figura 3: Linha temporal das vias de desenvolvimento no Brasil do século XX.

3.1 A Revolução de 30 e a “Via Prussiana” do desenvolvimento

Quando as transformações sociais não se dão por conflito entre classes, ocorrem alianças e compromissos históricos entre grupos antagônicos a fim de se realizarem as transformações pelo alto (transformações não revolucionárias). Estas transformações são, normalmente, mudanças muito superficiais, sem serem

questionados os principais interesses dominantes, burgueses (CERQUEIRA FILHO, 2005). Dessa forma, se dá de maneira descendente, não ascendente, o processo de transformação social – quadro ocorrido na Alemanha durante o séc. XIX. Gramsci retrata semelhanças ocorridas no mesmo século na Itália, tendo havido a promoção da hegemonia da burguesia industrial através da cooptação de outros setores (como a pequena burguesia e alguns setores da classe operária), sendo assim realizada a “revolução passiva”, a partir da cúpula (via prussiana) (CERQUEIRA FILHO, 2005).

A expressão “via prussiana” foi cunhada por Lênin ao tratar do programa agrário na social democracia na primeira Revolução Russa. O revolucionário descreveu a expropriação do campesinato e a introdução de formas de trabalho capitalistas no campo com a constituição do mercado interno. Gizlene Neder interpreta o uso da expressão por Lênin como a forma através da qual ocorre a penetração do capitalismo na agricultura, a qual, articulada com o desenvolvimento do capitalismo em toda a formação social, revela a idéia da manutenção do domínio das camadas sociais agrárias, as quais mantêm a grande propriedade para que ocorra a modernização do campo (CERQUEIRA FILHO, 2005). Também são absorvidas internamente técnicas importadas que utilizem pouca mão-de-obra. Já Lukács leva o conceito mais adiante, não apenas para as modificações no campo, mas também na formação do Estado nacional burguês. Para o autor, a prussianização decorreu da hegemonia da Prússia na unificação alemã, quando o Estado se fechou em si mesmo, contra a opinião pública organizada politicamente, sendo facilitadas as violações do direito (veladas ou explícitas) e a exploração capitalista do trabalho (CERQUEIRA FILHO, 2005).

No Brasil, teria havido uma penetração específica do capitalismo, na qual os setores agrário e burguês realizam um pacto “no alto”, de maneira similar ao que ocorreu na Alemanha (apesar das peculiaridades históricas). Além disso, a “via prussiana” é, metaforicamente, a representação do complexo emotivo inconsciente (derivado da escravidão e da questão do favor) que oblitera a democracia e o liberalismo até ainda hodiernamente no Brasil.

A história da evolução política, econômica e cultural do Brasil foi marcada, mesmo durante o período democrático populista, pelo caráter autoritário e elitista

(COUTINHO, 1984). A “via prussiana” – medidas de transformação política e modernização socioeconômica que conserva traços essenciais de relações atrasadas de produção (no caso brasileiro, o latifúndio) e ampliada dependência ao capitalismo internacional – sempre marcou, dessa forma, a efetuação dos quadros de mudança no Brasil. A principal causa e o principal efeito desse tipo de transformação é a marginalização das massas populares em geral, seja no âmbito da participação social, seja no âmbito da participação política no processo decisório nacional.

A grande debilidade histórica da democracia no Brasil, expressa no pensamento social – liberalismo de caráter conciliatório, bem como tradições autoritárias e golpistas – e no relacionamento entre Estado e sociedade civil – tendo sido o primeiro tão autoritário que a segunda acabou por se caracterizar como amorfa e atomizada – é também resultante direta sua. Sendo a “via prussiana” debilitadora da sociedade civil, ocorre a minimização da consciência social das classes. Além disso, muitas vezes a marginalização das massas ocorre a partir da cooptação dos elementos que poderiam ser identificados como virtuais representantes das classes, assimilando-os ao Estado.

São os exemplos mais fortes da “via prussiana” na história do Brasil: a Independência realizada pelo Príncipe-regente; a continuidade da dominação pela elite colonial durante o Império; a abolição da escravatura concedida pela Princesa Isabel; a capitalização do poder político pelas oligarquias durante a República Velha; a Revolução de 1930 como expressão do rearranjo do poder através da cooptação dos setores mais radicais da classe média urbana; o florescimento da burguesia industrial sob a proteção do Estado Novo (considerado pelo autor um “regime bonapartista”), que assegurou a neutralização das massas (por meio da demagogia e da repressão) concomitantemente à conservação do poder do latifúndio; o regime militar, criador de condições políticas para a implementação do capitalista de Estado dependente e conciliado com o latifúndio.

A Revolução de 1930 teria resultado das estratégias da coalizão entre as antigas oligarquias e os industrialistas (burgueses) que surgiam, demonstrando-se assim que a modernização que superaria o passado tradicional agrário desprezava o

povo e sua ação – ou seja: a união entre o progresso e a continuidade do atraso, em detrimento dos setores mais humildes da população, realizando, a partir de arranjos no topo da pirâmide social a modernização – nada menos do que a “via prussiana” verificada no momento histórico tão aludido como o real início da industrialização brasileira (COUTINHO, 2000).

É a partir da Revolução de 1930 que se nota mais nitidamente no Brasil a manifestação do conjunto de transformações econômicas, sociais, tecnológicas, políticas, psíquicas e culturais realizadas somente no clímax da evolução industrial do desenvolvimento capitalista denominada “Revolução Burguesa” (FERNANDES, 2006). Mas aqui não se deve entender esse fenômeno como um episódio histórico extremamente bem definido, pontual, mas sim num longo período de transição que corresponde à passagem da “era senhorial” à sociedade de classes – o que vai aos poucos se delineando desde a queda do Império, abolição da escravatura e início da República.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram suas próprias instituições de poder social e usaram o Estado apenas para arranjos mais específicos e complexos (como, por exemplo, se verifica nos Estados Unidos da América), a brasileira convergiu para o Estado, realizando primeiro a unificação política de seu poder, para apenas após isso converter sua dominação para o plano socioeconômico. Dessa forma, o poder das oligarquias não se termina por completo: o que realmente ocorre é o aproveitamento, por parte de seus integrantes, do processo ambíguo de modernização – ambíguo justamente por apresentar a convivência do antigo e do renovado, em termos de poder. O mesmo se dá por parte da burguesia, a qual, ao invés de optar por uma modernização impetuosa, vale-se das heterogeneidades sociais brasileiras, realizando pactos e rupturas ao sabor da vaga mais vantajosa para a satisfação dos seus interesses, seja com os setores mais conservadores, seja com os mais progressistas. Aliás, culturalmente a burguesia brasileira tem suas origens e vivência num mundo essencialmente rural, polarizado de maneira particularista a conservadora – já que a oligarquia a atrai, bem como opera com similar horizonte cultural dessa última.

Era moderado e ultraconservador, portanto, o espírito de modernização da burguesia brasileira, que se valia inclusive de práticas marcadamente mandonistas para a satisfação dos seus interesses e contenção de ações contraditórias (como na contenção da Revolta Operária de 1910 e no pensamento de Washington Luís, presidente brasileiro, para quem a questão social era sinônima de caso de polícia). Essa moderação ultraconservadora era notoriamente útil à manutenção do poder burguês, visto que a realização da chamada “revolução burguesa” de maneira aberta e radical poderia despertar os ímpetos de integrantes mais esclarecidos das massas para a revolução propriamente dita. Assim, se torna imperiosa a necessidade de se constituir uma autocracia burguesa, que adotou para si, de maneira fechada, elitista e excludente a responsabilidade pelo processo descendente de modernização nacional.

A década de 1930 foi, para o Brasil, década de mudanças rápidas nos âmbitos social, político e econômico (CREMONESE, 2007). O ano de 1930 demarcou uma divisão importantíssima no campo dos direitos no Brasil (CARVALHO, 2002). Apesar da controvérsia em torno do uso do termo “revolução” para o movimento ocorrido em tal ano – visto ter partido das elites, não das bases – representou a principal mudança política desde a Independência nacional. É, politicamente, o momento no qual a República deixa de ser dominada pelas oligarquias (conforme o era na República Velha, período que recém terminava).

Notava-se, desde a década de 1920, fatos cultural e politicamente marcantes na história do Brasil: a Semana de Arte Moderna e o surgimento do Partido Comunista Brasileiro, ambos em 1922 – significando o primeiro um marco da explicitação de uma cultura, pelo menos no âmbito artístico, o nacional influenciado na sua expressão pelo modernismo e pelo futurismo europeus, escandalizando a sociedade; o segundo, um importante marco na história da contestação; o movimento conhecido como Tenentismo, também de reivindicação política; a Coluna Prestes, de caráter comunista ao seu final; economicamente, a crise econômica mundial de 1929 vem a significar a provocação de uma série de mudanças.

Em verdade, um espírito de reformismo emergia dentro de vários âmbitos, significando principalmente a necessidade de eliminação da oligarquia e o enfraquecimento do federalismo na política (sendo ambos considerados praticamente sinônimos aos olhos contestadores): além das supracitadas áreas, na saúde (com Oswaldo Cruz), na educação (defesa da Escola Nova, mais técnica e menos acadêmica, por influência do filósofo americano John Dewey) também podem ser considerados expressões da fermentação reformista ocorrida na década anterior à Revolução, e, por que não afirmar, antecedentes seus.

As forças que vêm a deflagrar a revolução são provenientes principalmente do Rio Grande do Sul, onde o positivismo ortodoxo imperava como ideologia política, e do setor militar, positivista, no Brasil, como característica ideológica. A centralização do poder, na figura de uma ditadura republicana, era a expressão do governo forte ao qual eram favoráveis. Mas o movimento atingiu vários outros Estados da federação e vários outros setores da sociedade brasileira, não tendo se contido aos dois principais setores. Dissidências oligárquicas descontentes com o arranjo do “café com leite” também se integraram ao movimento.

A partir de 1930, segundo Paulo Bonavides (1991), há o anseio para a reorganização constitucional do país, a qual representaria a renovação institucional do Brasil. Nesse novo contexto, torna-se real a possibilidade, então, do chamamento de uma Assembleia Constituinte²³ – a qual se instala em 15 de novembro de 1933, a partir do Decreto nº 23.102/33. A ocorrência da Revolução Constitucionalista de 1932 teria exercido pressão para que se acelerassem as medidas para a instalação da dita Assembleia, visto que tal Revolução foi um “protesto contra a vocação continuísta da ditadura e a indefinição de seus poderes conduzidos já no exercício discricionário a formas de extremo absolutismo” (BONAVIDES, 1991, p. 279).

No âmbito dos direitos políticos, 1933 é o marco de introdução do voto secreto, bem como do direito de voto estendido às mulheres. A introdução da representação classista entre os deputados, medida de contenção do poder das

²³ Apesar da presença de argumentos favoráveis à instalação do parlamentarismo na nova Constituição, tais argumentos foram derrubados a favor do presidencialismo (BONAVIDES, 1991).

oligarquias estaduais na política – tendo sido eleitos 40 deputados dessa natureza, sendo 17 os representantes dos empregadores, 18 dos empregados, 3 dos profissionais liberais e 2 dos funcionários públicos. Além disso, reconstitucionalizava-se o país aos moldes da República de Weimar, ortodoxamente liberal (apesar de na versão brasileira constarem disposições acerca da ordem econômica), o que fez com que movimentos de oposição surgissem: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – de esquerda e a Ação Integralista Brasileira (AIB) – de direita – que acreditavam que o modelo liberal deveria ser ultrapassado, inspirando suas reivindicações ou no comunismo (no caso da primeira), ou nos fortes governos da Itália e Alemanha que surgiam na década de 1930.

Em 1937, com o subterfúgio de contenção ao comunismo (o que se nota no falso Plano Cohen) e de derrotar de vez as oligarquias estaduais (a deposição de Flores da Cunha, antes aliado de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, o denota), institui-se o Estado Novo no Brasil, com um golpe de estado, inaugurando o período da ditadura varguista. A Ação Integralista Brasileira (AIB) mobilizou a campanha popular de apoio ao golpe (inspirados na Marcha Sobre Roma fascista). Além dessas duas causas imediatas, é a necessidade de desenvolvimento econômico e do crescimento industrial pregada por Vargas, cominada à necessidade também da modernização dos transportes e de fortalecimento da defesa nacional. Baseando-se principalmente na siderurgia e na campanha pelo petróleo, o nacionalismo econômico caracteriza o Estado Novo.

Politicamente, é um governo ditatorial apoiado pelas massas, que combinava a repressão ao paternalismo estatal – buscando negar o totalitarismo fascista e comunista. Isso se revela no corporativismo, sendo patrões e empregados obrigados a filiar-se a sindicatos controlados pelo governo. No mesmo momento, órgãos técnicos vão substituindo o Congresso, fechado pela Ditadura, nos quais a política é eliminada em prol de uma visão extremamente tecnicista do desenvolvimento e da coisa pública. Assim, pode-se caracterizar o Estado Novo com o período de extremo retrocesso no que tange aos direitos políticos, mesmo após um breve momento de avanços entre a Revolução de 1930 e a deflagração do golpe.

Porém, enquanto tal ocorria com os direitos políticos, no âmbito dos direitos sociais (incluindo-se os trabalhistas e previdenciários) nota-se apenas avanços no período estabelecido entre 1930 e 1945 – caracterizado como o grande momento da legislação social. Todavia, foi um erro originário essa introdução sem a participação política da população num período caracterizado como de precária vigência dos direitos civis, tendo sido comprometido o desenvolvimento de uma cidadania verdadeiramente ativa.

Nesse período, cronologicamente pode-se selecionar como feitos mais importantes no tocante aos direitos sociais: a criação do Departamento Nacional do Trabalho (1931), a decretação da jornada de oito horas de trabalho para indústria e comércio (1932), regulamentação do trabalho do menor (1932, apesar da existência de legislação a tratar da matéria anteriormente a 1930), a criação da Carteira de Trabalho (1932), a criação das Comissões e Juntas de Conciliação e Julgamento (1932), a regulamentação efetiva do direito de férias para comerciários, bancários e industriários (entre 1933 e 1934), a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) (a partir de 1933), a Constituição de 1934, consagradora da competência governamental para a regulação das relações de trabalho, confirmadora da jornada de oito horas, determinadora da criação do salário mínimo (que foi criado em 1940), e criadora da Justiça do Trabalho (que só vem a funcionar efetivamente em 1941). Em 1943, ocorre o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigência até atualmente, influenciada pela *Carta Del Lavoro* da Itália fascista. Também em 1943 são transmitidas via rádio, no programa *A Hora do Brasil*, palestras dirigidas aos trabalhadores, com o objetivo de creditar ao Estado Novo a dignificação do trabalho e do trabalhador, sendo o último transformado em cidadão.

O significado de toda essa legislação foi ambíguo, pois invertera a ordem de surgimento dos direitos proposta por Marshall, colocando os direitos sociais na dianteira dos políticos. Houve a inclusão dos trabalhadores na sociedade através dessa “dádiva” paternalista estatal, não pela sua ação sindical e política independente.

A superestimação ao Executivo é também ideologicamente conforme ao “prussianismo”, pois acaba com o trabalho de organização e mobilização de forças políticas democráticas, fazendo com que as conquistas não partam da energia resultante desse processo, mas da ação do representante do Executivo. Dessa forma, observa-se a subestimação da importância da organização autônoma popular.

Outro efeito nefasto do prussianismo é o afastamento da intelectualidade da realidade concreta, visto que os intelectuais se tornam incrédulos das reais possibilidades de mudança social através do seu trabalho – pois o paradigma prussiano da mudança através da cúpula causa a descrença na própria capacidade (COUTINHO, 1984). Surge, ainda, em decorrência do mesmo estado de coisas, o efeito do “intimismo à sombra do poder” – probabilidade de respeito à sua obra e à sua pessoa (a do intelectual) na medida em que não coloque em jogo o *status quo* das relações concretas de poder. Por conseguinte, a cultura se torna um meio de diferenciação social, que concede prestígio ao seu portador, resguardado no isolamento da sua torre de marfim, sem que se constitua no meio de criação de condições para transformações ascendentes: cultura ornamental, voluptuária.

O modo de produção escravista manteve estacionária a produtividade econômica do sistema no Brasil, tendo causado efeitos negativos para a posterior criação do mercado interno, bem como tendo originado a posterior “via prussiana” prevaemente quando da transição para o capitalismo. O colonialismo europeu também marginalizou toda forma de preservação das culturas indígenas e africana, em prol de uma cultura alienígena orientando a criação da amálgama que representa a cultura atual brasileira: mesmo sendo presentes tais culturas marginalizadas na formação do brasileiro, tem-se que essa “cultura universal” absorvida de fora as subestima.

O exercício do favor clientelístico, tão marcadamente caracterizados das relações interpessoais de diversas naturezas no Brasil, é também característico do autoritarismo e criador de dependências, pois ao invés de estabelecer relações via contrato, como no capitalismo, é uma forma pré-capitalista anti-liberal e desigual, que sempre subordina os favorecidos ao *patron* dominador.

Os anos posteriores à Revolução de 1930 são caracterizados pela criação das condições para que se desenvolva o Estado burguês no Brasil, que englobou sistematicamente instituições econômicas e políticas, além de valores e padrões socioculturais burgueses (IANNI, 1986). Durante essa transição, o Estado passou a ter seu funcionamento de acordo com o capitalismo vigente no Brasil, reformulando o funcionamento do mercado segundo as possibilidades que as suas forças produtivas ofereciam, as relações internas de produção e o relacionamento entre a economia nacional e a estrangeira.

Economicamente, a ruptura de 1930 representou o fim do padrão de economia agroexportadora de cafeeicultura (principalmente) que marcara o Brasil da metade do século XIX até então (IANNI, 1968). Ao lado dessa ruptura emerge o padrão industrial de substituição de importações (1930-1962). As crises econômicas desse período assinalam o atrito entre o nacionalismo desenvolvimentista independente e a visão conservadora de vinculação às estruturas tradicionais e à política econômica internacional. O período demonstra, assim, ser marcado por uma combinação (nada estável) entre democracia populista e política de internacionalização econômica (principalmente durante o governo de Kubitschek).

A industrialização do Brasil foi possível graças às transformações em seus vínculos econômicos para com as potências mundiais. Primeiramente, a crise da economia cafeeira abre possibilidade a outras opções econômicas serem sopesadas, tendo sido incentivada a produção artesanal e fabril – tendo em vista que a forma agrícola de produção, quando já não é criadora de recursos suficientes para a importação de manufaturas, abre espaço para o desenvolvimento do setor secundário nacional.

Subseqüentemente, o segundo momento decisivo da industrialização é diretamente referente ao período que se compreende entre 1930 e 1964, quando são aplicadas medidas propiciadoras e diversificadoras da expansão do setor secundário – principalmente no que tange a substituição de importações. É também a época do getulismo e da democracia populista, da criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) – órgão independente em mãos

de países da América Latina; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e da Petrobrás, entre outras, sendo aqui traduzida a visão do Estado como principal ator da política econômica, criador das condições para o desenvolvimento econômico.

3.2 A democratização de 46 e o momento populista do desenvolvimento

O populismo²⁴ ocorreu no Brasil entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o golpe militar de 1964 (WEFFORT, 1980)²⁵. O populismo é definido, normalmente, como um conjunto de fatores reunidos: massificação, perda da representatividade da classe dirigente e presença de um líder dotado de carisma das massas.

O primeiro elemento seria a desvinculação dos indivíduos de seus quadros sociais originários e sua reunião num conglomerado no qual só há a relação interindividual através de uma sociabilidade mecânica e periférica. O segundo, a transformação da classe dirigente em parasitária, transformando-se assim os valores e padrões por ela estabelecidos ineficazes. Já o terceiro elemento é auto-explicativo em sua denominação.

O marco inicial do que seria mais tarde chamado de política populista, tanto no Brasil quanto no restante da América Latina, se deu na figura do prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, simpatizante da ANL (CARVALHO, 2002). Essa figura

²⁴ “Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. [...] o Populismo não é uma doutrina precisa, mas uma ‘síndrome’. O Populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes ele está mais latente do que teoricamente explícito. Como denominação se amolda facilmente, de resto, a doutrinas e a fórmulas diversamente articuladas e aparentemente divergentes, mas unidas no mesmo núcleo essencial, da referência recorrente ao tema central, da oposição encarniçada a doutrinas e fórmulas de diversa derivação. [...] o conceito de povo não é racionalizado no Populismo, mas antes intuído ou apodicticamente postulado. [...] Para além de uma exata definição terminológica, o povo é tomado como mito a nível lírico e emotivo. O Populismo tem muitas vezes uma matriz mais literária que política ou filosófica e, em geral, suas concretizações históricas são acompanhadas ou precedidas de manifestações poéticas, de uma descoberta e transfiguração literária de dados ou supostos valores populares.” (BOBBIO, 1998, p. 980-981).

²⁵ É importante estudar essa característica, bem como o período no qual teria sido delineada (sobremaneira a chamada “Era Vargas”), por terem sido criadas nesse ínterim idéias e instituições que perduram até hoje (WEFFORT, 2006).

política buscou o apoio da população pobre das favelas cariocas, inaugurando a estas a possibilidade de participar da política. Além disso, o dito representante foi o primeiro a utilizar com eficácia o rádio nas campanhas políticas.

As massas foram, durante os anos em que houve o populismo no Brasil, o “parceiro fantasma” das elites políticas, que em nome do povo realizaram reformas (ou, parafraseando a célebre frase de Antonio Carlos, citado por Weffort, 1980, “fazendo a revolução antes que o povo a fizesse”). Após a Segunda Guerra Mundial as massas são incorporadas ao processo político, no que se conheceu como primeiro período democrático do país. A urbanização e a modernização notadas no período – a Revolução de 1930 e a crise econômica de 1929 acabaram com a hegemonia das oligarquias sustentadas no velho capitalismo agrário – fizeram com que o povo se tornasse elemento essencial sobre a estrutura do Estado (mesmo sendo os analfabetos excluídos do processo eleitoral no período).

A política de massas como padrão de organização política e de sustentação do poder simbolizou a época da transição para uma economia industrializada no Brasil, tendo sido assim fundamentada a democracia populista (IANNI, 1968). Politicamente, a civilização urbana e industrial, surgida a partir do período no Brasil, diferencia-se da praticada nos quatro séculos anteriores. Observa-se uma maior inclusão nos processos decisórios – os setores médios e proletários (tanto urbano quanto rurais) passam a ter maior importância política, tendo havido um alargamento para além das aristocracias rurais e das elites letradas. Culturalmente se nota florescimentos criadores de nova consciência social (o que vem ocorrendo, historicamente, pelo menos desde a Semana de Arte Moderna de 1922).

Mesmo no período da democracia populista os partidos políticos e os organismos de massa (como os sindicatos) foram mecanismos que encaminhavam descendentemente a conciliação, bem como órgãos de cooptação de burocratas para o Executivo (COUTINHO, 2000). Tendências de auto-organização popular, se não eram reprimidas duramente, concorriam em desigualdade com um Estado de caráter paternalista, que se apresentava como um “benfeitor” de indivíduos atomizados, não de organizações coletivas.

A democratização do pós-guerra faz com que qualquer político com sérias pretensões de autonomia executiva, desvinculando-se da dependência dos grupos de interesses inseridos em suas agremiações políticas, tenha de necessariamente prestar contas às massas eleitorais – numa lógica diferente da que imperava até a Revolução de 1930 (arrebanhamento de eleitores pelas oligarquias através do voto de cabresto) e da ditadura do Estado Novo (regime escancaradamente autoritário). Passa a haver o “cortejo das massas”, diferentemente do anterior forçar às urnas, em troca de votos. Todavia, mesmo com essa espécie de imoralidade, os interesses populares passam a realmente ser levados em consideração, fazendo com que a democracia aos poucos tenha deixado de significar mera formalidade, tal e qual na época da República Velha.

Sendo então pouco eficiente a penetração política dos partidos entre as massas, o sufrágio torna a relação política numa relação interindividual – os elementos populares dotados do poder de voto identificam-se com o indivíduo, numa relação personalista – e desorganizada – pois mesmo as organizações estudantis e sindicais, que ganharam força no período Goulart, não pesavam politicamente, visto serem órgãos compostos por minorias. Dessa feita, há uma série de “ismos” políticos compostos desse sufixo somado aos nomes dos presidentes: “getulismo”, “janguismo” e “janismo”.

Principalmente durante a segunda fase de industrialização, quando o Estado assume o papel central no desenvolvimento, os líderes políticos passam a demonstrar maior preocupação com as modalidades de desenvolvimento setorial, local e global – é nesse cenário de democracia nacional-desenvolvimentista que surge a figura do político populista, que se apóia no voto das camadas populares para a aquisição/manutenção do poder, sob o fulcro do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que emerge a civilização industrial brasileira, também no setor agrícola vão se manifestando transformações. O êxodo rural que se verifica na época decorre não somente da atração exercida pela zona urbana industrializada, mas também da força centrífuga relativas à modernização das técnicas rurais verificadas no período. Da mesma forma se observa no período maior organização dos trabalhadores no campo (associações, ligas, sindicatos). Dessa

feita, o setor que até então era social e politicamente controlado através de favores, pressões e violência, paulatinamente vai se organizando e formalizado de acordo com o mercado capitalista e a política democrática, porém de forma populista – o que se verifica com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

A política de massas caracterizou o modelo getuliano de desenvolvimento econômico. Ela representou o meio de organização, controle e uso do poder político dos assalariados. Especialmente durante o período posterior a 1945 as massas passaram a participar do processo político decisório, o que significou também sua participação na formulação das metas do progresso da nação.

Daí decorre a estruturação de vários modelos de desenvolvimento e organização na economia brasileira: o tradicional modelo agroexportador (o qual não cessou após 1930); o modelo de Vargas, baseado na substituição de importações, na política de massas e no dirigismo estatal; também se desenvolve um modelo resultante das tentativas de conciliação entre interesses e capitais nacionais e internacionais – chamado de modelo internacionalista, e que exigiu a liquidação da democracia populista para ser totalmente implantado; por último, tem-se a presença do modelo socialista, resultante do antagonismo entre classes sociais, que é concomitante ao modelo de substituição de importações – pois ambos eram, de certa maneira, negações dos outros dois modelos aqui apresentados, tendo sido muitas vezes taticamente associados. Tal se verifica porque os padrões de intervenção estatal, as tentativas de planificação econômica, apolítica de massas, o reformismo, o desenvolvimento político e cultural, entre outros elementos, são característicos tanto do getulismo quanto do socialismo.

O getulismo e o processo de desenvolvimento industrial tiveram como fundamento, além da política de massas, a combinação dos interesses econômicos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial, para que se expandisse o setor industrial. Junto a isso, tem-se a criação de diversas instituições democráticas para a garantia do acesso ao poder por parte dos assalariados. Em suma, houve a combinação entre nacional-desenvolvimentismo e ideologia política de massas para que houvesse o rompimento com os setores tradicionais.

O “peleguismo” – controle político dos sindicatos por parte do Estado – surge justamente no momento histórico ora descrito, sendo os sindicatos e os setores médios independentes utilizados como meio de manobra, visto que tais associações, sendo dependentes financeiramente do governo (através da distribuição do imposto sindical²⁶ arrecadado por este), passam a ter de traçar estratégias e ações a ele conformadas.

A caracterização rural-urbana do proletariado industrial – massa proveniente, em grande parte, das camadas oriundas do êxodo rural, que parte do meio onde formas tradicionais de organização política e social (patrimonialismo, comunitarismo, violência, misticismo/messianismo, personalismo). Tal distinção é importante para a análise da política de massas, já que isso caracteriza a total inexperiência política para a democracia do proletário inserido na massa, facilitando-se assim as manobras políticas, pois mesmo quando esse trabalhador se “urbaniza”, conscientizando-se, é de maneira lenta, parcial e contraditória. A isso se associa certa “consciência de massa” do proletariado, referente a padrões de comportamento individualista, voltado à mobilidade social (através das conquistas econômicas que apenas o ambiente urbano poderia trazer). Dito fator obliterou a estruturação de uma consciência de classe, criadora de força contraditória política, já que o que interessava era a prosperidade, a ascensão de condição de vida, oferecida pelo Estado na zona urbana industrializada, numa distribuição econômica irreal traduzida na evolução do salário mínimo fora de conformidade com o custo de vida – que o absorvia completamente. Aliás, os objetivos da evolução salarial foram evitar a pauperização drástica do operariado e manter a conformidade (ilusoriamente) entre as relações de produção e o desenvolvimento econômico.

²⁶ Segundo Carvalho (2002, p.121), o imposto sindical foi criado em 1940 e até os dias de hoje impera, apesar dos esforços para erradicá-lo. “A despeito das vantagens concedidas aos sindicatos oficiais, muitos deles tinham dificuldades em sobreviver, por falta de recursos. O imposto sindical veio dar-lhes o dinheiro sem exigir esforço algum de sua parte. A solução foi muito simples: de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, era descontado anualmente, na folha de pagamento, o salário de um dia de trabalho. Os empregadores também contribuía. Do total arrecadado, 60% ficavam com o sindicato da categoria profissional, 15% iam para as federações, 5% para as confederações. Os 20% restantes formavam um Fundo Social Sindical, na prática utilizado pelo Ministério do Trabalho para as mais diversas finalidades, algumas delas escusas, como o financiamento de campanhas eleitorais (após a redemocratização em 1945)”.

O governo de Juscelino Kubitschek inicia-se na crise resultante dos conflitos entre capitais externos e política interna – o que significou ter tido de ceder à internacionalização. Mas valeu-se igualmente da política de massas para se manter (modo getuliano), combinando dois modelos diferentes. Os governos de Jânio Quadros e de João Goulart, sendo o primeiro considerado populista e o segundo trabalhista, preservaram características de Vargas igualmente – tendo, inclusive, realizado esforços para a reimplantação de tal modelo – todavia não o foram integralmente por ter corrido a internacionalização quando da gestão de JK desestruturado a real possibilidade de realizá-lo.

É também durante essa gestão que se notam as primeiras tentativas de insulamento burocrático²⁷ no Brasil, a modernização da Administração estatal em prol do desenvolvimento industrial ocorrida a partir do final do Estado Novo (1945) (RIBEIRO, 2002). Nesses tempos, o Executivo apresentava maior ímpeto nesse sentido do que o Legislativo, ainda muito identificado com as forças tradicionais – e uma reforma do aparelhamento burocrático se fazia necessária. Com isso ocorreu a centralização do poder em mãos das elites tecnocráticas modernizadoras sob a exclusiva responsabilidade do Executivo federal. Principalmente a partir da administração de Juscelino Kubitschek, mais precisamente quando do ano de 1956, em que foram instituídas a Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) e a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA). A primeira tinha por objetivos: o estudo de formas de descentralização a partir da delegação de competências, a definição de responsabilidades e a prestação de contas às

²⁷ O insulamento burocrático é o meio utilizado equilibrar o clientelismo nos procedimentos burocráticos (em outras palavras, para que se reduza o sistema de “troca de favores” nas operações burocráticas), tendo o escopo de realizar objetivos específicos a partir do seu núcleo técnico burocrático. Mas as agências insuladas sofrem esse efeito em graus variados e por diferentes períodos de tempo (já que, ao se atingirem os objetivos específicos da estratégia de insulamento, as agências desse tipo perdem a razão de ser). Através do colocar em prática o insulamento burocrático, criam-se “[...] ilhas de racionalidade e de especialização técnica” (NUNES, 2003, p. 34). Tal estratégia significa reduzir o espaço em que interesses e demandas populares possam atuar no núcleo técnico do Estado. Dessa feita, são reduzidas as influências (quando não se acabam com) de organizações fundamentais para as tradicionais demandas burocráticas e redistributivas – tais como partidos políticos e o espaço político governado pelo Congresso Nacional.

É de suma importância o forte apoio dos atores políticos selecionados no ambiente operativo às agências insuladas. Para que atores políticos específicos tenham seus interesses retirados da arena de influência no seio da máquina burocrática estatal a fim de se tornar menos personalista e clientelista o Estado, são necessárias manobras políticas – coalizões, bajulação de partidos políticos, competição entre grupos e agências pela alocação de valores.

autoridades. A segunda propunha mudanças na estrutura organizacional do aparelhamento estatal e nos processos administrativos.

Todavia, notaram-se nessa época maiores dificuldades de administração, visto esta ter tido o seu corpo acrescido pela sedimentação de estruturas sobrepostas – inchamento da máquina administrativa. Também não se registraram grandes rupturas institucionais neste período: ocorreu na verdade a reprodução de assimetrias que decorreram da tentativa de instauração de um novo padrão burocrático sobre uma velha ordem.

Na zona rural, principalmente no Nordeste, o populismo resultou da iniciativa da modernização das relações de produção – de um ambiente patrimonialista e tradicional, comunitarista e eivado de visões místico-personalistas do social e do político, para relações assalariadas e capitalistas, sendo também favorecida a democratização do poder político (IANNI, 1968). Apesar de isso ter representado progresso democrático no sentido formal, visto que se formaram movimentos e lideranças que adquiriram certa consciência política, não havia experiência política entre seus integrantes – o que favoreceu a organização das massas rurais em torno de sindicatos num caráter assistencialista e recreativo, sendo sobrepujado seu possível caráter revolucionário. Dessa forma, notam-se, na sindicalização do proletariado rural, semelhanças ao mesmo processo no tocante ao meio urbano. Ocorreu certo reformismo de esquerda, com a aprovação de leis e a observação de movimentos de base (tais como as Ligas Camponesas em Pernambuco) realizando reivindicações trabalhistas, mas sob caráter e organização populista, num compromisso entre o governo e os sindicatos rurais sistematizadores da massa de trabalhadores inexperientes politicamente e ainda herdeiros de um passado praticamente apolítico.

A esquerda brasileira quando do populismo não foi capaz de transformar a política de massas em política de classes²⁸, estando aí seu maior fracasso. Em

²⁸ Classes sociais são uma conseqüência das desigualdades existentes na sociedade, sendo que tais desigualdades se reproduzem ao se passar de uma geração a outra, numa sociedade que reconhece que todos os homens, ou melhor, todos os cidadãos, são formalmente iguais perante a lei. O conceito é geralmente aplicado apenas às sociedades em que as desigualdades sociais não decorrem do (ou não são sancionadas pelo) direito, mas apenas da situação fática. Assim, estritamente, apenas após

decorrência disso, ficou oscilando entre o reformismo já atendido pelas práticas populistas e um marxismo impossível. O populismo ordenava o “preparo ideológico” das massas (através do peleguismo), as quais vinham de um despreparo sempre evitado de formas tradicionais de socialização e politização. Não foi possível à esquerda a elaboração de uma alternativa plausível. Mesmo assim, ela foi responsável pela organização de diversos movimentos reivindicatórios – principalmente das greves de 1951 e 1952. No entanto, tais greves foram, em sua grande maioria, motivadas economicamente (relacionadas a salários, principalmente), tendo sido raras as motivações políticas propriamente ditas. O que ocorreu, muitas vezes, na verdade foi a motivação política sendo fornecida pelas lideranças a tais reivindicações, não os trabalhadores em si.

Mesmo com o inegável desenvolvimento atingido pelo Brasil em virtude da democracia populista de cunho nacional-desenvolvimentista – notado nas esferas cultural (desde a Semana da Arte Moderna, ainda em 1922, antes, portanto, até mesmo da Revolução de 1930, quando se lançam as bases para o populismo), social (real emergência de um proletariado urbano e surgimento da legislação trabalhista) e econômica (criação das bases para uma civilização industrial), o desenvolvimento populista foi contraditório em diversos aspectos.

O primeiro é referente ao caráter não-global das estratégias de desenvolvimento getulianas que, apesar da sua virtualidade, de suas verdadeiras realizações positivas e ações bem engendradas, não se tratou de uma sistematização completa. Foi resultante, na verdade, da conjugação histórica dos jogos de interesses dos mais diversos atores, tendo sido combinados empirismo, inteligência, audácia e manobra, sendo estruturado no acaso dos acontecimentos.

as revoluções democrático-burguesas do século XIX e do advento da sociedade capitalista se pode aplicar o conceito de Classes, tendo em vista que é o momento em que se afirmam valores igualitários e se reivindica os direitos de cidadania, fundamentando-se na natureza universal, abstrata e fungível do dinheiro, infringindo a ordem fundada nos "Estados", transformando-se “[...] a terra em capital e, conseqüentemente, a aristocracia fundiária na Classe dos proprietários rurais, os servos da gleba na Classe dos camponeses, dando, finalmente, origem à Classe operária como conseqüência direta da consolidação da Revolução Industrial.” (BOBBIO, 1998, p. 170).

Em segundo lugar, pelo fato de, tendo havido no Brasil populista uma combinação entre política econômica internacional (que impulsionou a industrialização de substituição de importações nos tempos da crise de 1929 e do café), interesses das classes tradicionais (detentoras do capital) e das classes assalariadas (agora possuidoras do poder de voto, mas buscando a mobilidade social, não a constituição de uma força política contraditória), nota-se que as alternativas ao getulismo se resumiam a duas: ou a inserção plena no capitalismo internacional ou a revolução socialista. O final da democracia populista, com o golpe de 1964, representou a opção das forças mais audaciosas e organizadas então, a classe dominante. As massas não tiveram tempo suficiente para saírem da condição de massa, pois estavam por demais presas ao modelo populista e ao seu passado místico-patrimonialista de sociopolitização agrária e tradicional. Daí decorre o fato de não ter criado a oportunidade de assumir o poder, oportunidade que as classes dominantes criaram através do golpe de 1964.

Apoiado amplamente pela classe média, que se via econômica e socialmente “proletarizada” com os aumentos do salário mínimo dos operários e a inflação a depauperá-la, o golpe militar é tornado propício quando se nota a pouca consciência política da população, o pouco desenvolvimento da democracia e da opinião pública. Assim, a classe média apóia o autoritarismo a fim de manter seu *status*, talvez inconsciente das conseqüências que o autoritarismo causou. O setor militar assume a tarefa de restaurar a integridade dos poderes político e econômica, os quais foram dissociados durante a democracia populista.

A aproximação dos governos populistas com a atividade sindical, bem como o surgimento de várias entidades de cunho socialista, eram vistas como a tentativa de estabelecimento de uma “república sindicalista”, perigosamente semelhante à URSS. O golpe visava, além da re-identificação entre poder político e poder econômico, a reintegração do Brasil na ordem capitalista internacional, dominada pelos Estados Unidos da América.

Em 1945 os ministros militares de Vargas o derrubam, mas seu apelo popular continua forte, sendo que o seu ministro de Guerra, gen. Eurico Gaspar Dutra, é eleito com seu apoio (CARVALHO, 2002). O período é descrito economicamente

como sendo caracterizado pela superfluidade das importações, tendo sido favorecida a importação de artigos não essenciais, em detrimento daqueles que poderiam ser produtivamente utilizados (IANNI, 1968). No âmbito da cidadania, a Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais, tendo havido liberdade política e de imprensa até 1964 (CARVALHO, 2002). A única exceção a isso foi a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1947.

Após Dutra, Vargas volta ao poder, reeleito democraticamente pelas massas – sendo fixado seu apelido de “pai dos pobres”, numa imagem extremamente paternalista, o que é obviamente comprovado na literalidade da alcunha. O gaúcho, antes caracterizado como ditador, não preocupado com instituições democráticas, é dessa maneira eleito e tornado herói popular pelo mérito das políticas sociais e trabalhistas.

Após o suicídio de Vargas, Juscelino Kubitschek é democraticamente eleito em 1955, mas não tomou posse sem uma série de golpes e contra-golpes na tentativa de impedi-lo, em 1956. Seu governo foi considerado o mais dinâmico e democrático de até então no Brasil, sem ter precisado recorrer a medidas de exceção, a meios de restrição (legais ou ilegais) da liberdade. Também foi a grande época do desenvolvimentismo, quando o governo investe maciçamente em obras de infra-estrutura (principalmente estradas e energia) e busca atrair o capital estrangeiro. É durante seu governo que surge o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)²⁹ (1955), órgão fundador ideológico do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, ligado ao Ministério da Educação.

O sucessor de Kubitschek, Jânio Quadros, é eleito democraticamente em 1960. Foi eleito com 48,3% dos votos, tendo derrotado a coligação PSD/PDT, apoiado pela UDN – apesar de não pertencer ao partido, nem ao menos ter se submetido aos seus ditames, sendo pessoa imprevisível, eleito de maneira

²⁹ Segundo Weffort (2006, p. 300-301), “O ISEB foi a instituição de maior presença ideológica no momento histórico que se abriu com o governo Kubitschek. Criado em 1955 por iniciativa de Helio Jaguaribe (n. 1923), seu primeiro presidente foi Roland Corbisier (1914-2005). A primeira etapa do novo instituto terminou em 1958, em meio a uma crise suscitada por Guerreiro Ramos ao Livro *Nacionalismo na atualidade brasileira*, de Helio Jaguaribe. Na ocasião, Jaguaribe e Guerreiro saíram do ISEB, permanecendo Corbisier, que transferiu a presidência, a partir de 1959, a Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). Iniciava-se a segunda fase do ISEB, que se caracterizaria por uma crescente inclinação à esquerda até 1964, quando ocorreu o golpe militar.”

personalística. Seu mandato durou de janeiro a agosto de 1961, tendo sido sua renúncia justificada pela incapacidade de governar.

A sucessão resultou na posse do vice-presidente, João Goulart – mas não sem deixar o país à beira da guerra civil. O populismo de cunho trabalhista marca o seu mandato (tendo sido o mesmo Ministro do Trabalho de Vargas em 1953), bem como o recrudescimento das lutas entre esquerda e direita (tanto a militar quanto a civil), sob a égide do anticomunismo e o apoio do governo dos Estados Unidos da América. Golpes para a derrubada do presidente são incessantemente traçados durante o período, o que acaba deflagrando o golpe militar de 1964.

Esse anticomunismo era fomentado pela aversão às organizações e movimentos de esquerda, que desde meados da década de 1960 vêm surgindo e se fortalecendo no país (apesar de, na maioria dos casos, contar com pouco apoio popular). O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Frente Popular Nacionalista (FPN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Política Operária (Polop), dissidências maoístas do PC do B, a Ação Popular (AP) e a Juventude Universitária Católica (JUC), ambas ligadas à Igreja Católica, o Movimento de Educação e Base (MEB) e as Ligas Camponesas (primeira vez, excetuando-se algumas revoltas camponesas do século XIX, quando os trabalhadores rurais do Brasil entram na política nacional com voz própria) são exemplos disso.

3.3 O Golpe Militar de 64 e a retomada da “Via Prussiana” do desenvolvimento

O terceiro momento da industrialização no Brasil é iniciado com o golpe militar de 1964, e se refere à internacionalização da economia brasileira via associação entre capitais nacionais e internacionais. É claro que essa abertura a capitais estrangeiros, em maior ou menor grau, já vinha ocorrendo no Brasil desde muito antes da Revolução de 1930 (como se pode observar no caso da ocorrência de empréstimos estrangeiros). Mas a partir de 1964 tal associação é diretamente ligada à hegemonia americana no Ocidente.

O desenvolvimento no Brasil, após 1964, sofre uma reviravolta: o modelo getulista, nacional-desenvolvimentista, é substituído pelo início da era da dependência estrutural. O desenvolvimento distanciado do capital estrangeiro que até então ocorrera (o qual deve ser bastante relativizado a partir do governo JK, quando se passa à associação entre capitais nacionais e estrangeiros) descontentava os interesses externos.

Economicamente o golpe militar de 1964 significou, principalmente, a reinserção da economia brasileira no plano internacional pelo motivo da reformulação da sua industrialização. Passa a ser necessário o uso de novas tecnologias para tornar competitiva a produção no tocante às exportações – tecnologias que são detidas pelo monopólio dos mantenedores de laboratórios de pesquisas, notadamente oligopólios internacionais. Daí o retorno à dependência econômica de centros localizados no exterior: como o Brasil foi incapaz de realizar totalmente a ruptura político-econômica (já que nem o modelo getuliano teve continuidade, por deficiências aqui já apresentadas, nem o modelo socialista foi optado), retorna-se à ordem do capital internacional, onde se deve ser competitivo, o que significa ser tecnicamente avançado, através da adoção do *know-how* que apenas grupos internacionais poderiam oferecer.

O golpe militar em 1964 foi sucedido de uma atmosfera reformista e ideologicamente desenvolvimentista (RIBEIRO, 2002). Notou-se também a presença de civis e militares com formação segundo as teorias econômicas e administrativas consideradas mais modernas, além da concentração política no Executivo federal – tendo sido criado o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, responsável pelo orçamento e pela reforma administrativa. Um plano geral de governo foi determinado, e a articulação entre os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, sob a supervisão direta do Presidente da República foi realizada. O desenvolvimento passou a ter de ser visto de maneira orgânica pelos Ministérios, sendo a realização de suas metas indissociável da programação geral do governo.

A industrialização nacional sofreu uma mudança de paradigma durante o governo autoritário, sendo no decorrer do período fundamentado em dois princípios:

concentração de riqueza (para facilitar o investimento em projetos grandiosos de industrialização) e a abertura da economia ao capital externo. As medidas tomadas passaram, então, a se darem no sentido de estabilizar a economia e de criar um ambiente favorável aos investimentos internacionais. Além disso, o próprio governo incrementou a sua capacidade de captação interna de recursos (arrecadação de tributos, criação de grandes fundos e outros mecanismos formadores de poupança), a fim de aumentar sua capacidade de investimento no setor produtivo. A Constituição de 1967, a Emenda Constitucional de 1969 e a Reforma Tributária de 1966 buscaram concentrar recursos em mãos do governo federal.

Em decorrência da concentração de riquezas e do investimento em grandes obras grandes empresas industriais surgiram. Assim, a Administração Pública passou a ser abordada de um ponto de vista mais empresarial, para que o setor público pudesse operar com a mesma eficiência do privado. O modelo de Estado interventor da década de 1930 é substituído pela abordagem empresarial do Estado (sem deixar de lado, obviamente, a questão nacional-desenvolvimentista).

Duas comissões relacionadas à reforma e ao desenvolvimento foram instituídas durante o governo militar: a Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa – COMESTRA – em 1964, com membros civis e militares nomeados pelo Presidente, tendo sido esta comissão delineada sob influência do liberalismo econômico; e a Assessoria Especial de Estudos de Reforma Administrativa – ASESTRA – tendo por finalidade continuar com os estudos já realizados, articular o Ministério do Planejamento com os demais setores do Serviço Público Federal interessados, promover projetos relacionados à reforma e manter entendimentos com entidades nacionais e estrangeiras para fins de cooperação técnica.

Duas razões explicam ser a dependência do Brasil aos Estados Unidos (IANNI, 1968). Em primeiro lugar, o esfacelamento da hegemonia da Inglaterra (de quem dependia o Brasil até a crise de 1929), Alemanha e França na Primeira Guerra Mundial, a estrutura cambial brasileira, até então conforme a libra esterlina, passa a se estruturar de maneira mais direcionada ao dólar. Em segundo lugar, nota-se que em 1950 os EUA já detêm mais de 70% dos capitais estrangeiros investidos no Brasil – em, em 1961 (GUIMARÃES apud IANNI, 1968), entre as 66 empresas

detentoras de 46,3% do capital no Brasil, 32 eram estrangeiras (representando 100,8 bi de cruzeiros) contra apenas 19 nacionais (representando somente 39 bi de cruzeiros). Sendo assim, denota-se o predomínio dos grupos econômicos americanos na economia brasileira, principalmente no setor secundário, na década antecedente ao golpe.

Durante o governo Castelo Branco formula-se a “Doutrina da Interdependência” considerada necessária para a negação do modelo de Vargas, e facilitadora (portanto) da entrada de capitais estrangeiros – que passam a atuar na América Latina com uma série de privilégios (FURTADO, 1966).

Com a ditadura militar iniciada em 1964, que durou, entre períodos mais cruéis e outros mais comedidos, 21 anos, os direitos civis e políticos são restringidos pela violência (CARVALHO, 2002). Três fases caracterizam o conturbado período: a primeira, de 1964 a 1968 (todo o governo do Gen. Castelo Branco e o primeiro ano do Gen. Costa e Silva), de intensa atividade repressiva seguida de abrandamentos, quando o domínio é dos setores mais liberais das Forças Armadas, Economicamente, tal período é caracterizado pela queda brusca no salário mínimo, combate à inflação e baixo crescimento – apenas em 1968 são retomados os altos índices que caracterizaram os anos 1950. O segundo período (1968 a 1974), do ponto de vista dos direitos civis e políticos, correspondem aos anos mais cruéis da ditadura, quando o governo é exercido pelo General Emílio Garrastazu Médici, quando se combinou a mais violenta repressão política e os maiores índices de crescimento econômico. O terceiro período se inicia em 1974 (posse do General Ernesto Geisel) e finda em 1985, com a eleição indireta do civil Tancredo Neves. A principal característica do período é a tentativa de liberalização do sistema por Geisel e continuada por Figueiredo (1979-1985), quando as leis repressivas vão sendo paulatinamente abrandadas e a voz da oposição começa a crescer. Economicamente, a crise mundial do petróleo (1973) marca o período, sendo que em 1980 o crescimento chega a ser negativo.

Durante o primeiro período ocorrem principais Atos Institucionais³⁰, instrumentos legalizadores da repressão editados pelos presidentes militares. Durante o AI-1 (1964) ocorreram principalmente: a cassação de direitos políticos de líderes políticos, sindicais, intelectuais e militares; aposentadorias forçadas de funcionários públicos e militares; intervenção em sindicatos; fechamento de órgãos de cúpula dos movimentos operários, como o CGT e o PUA, e também da UNE e do ISEB; e IPMs – Inquéritos Policiais Militares – dirigidos por generais do Exército, para a perseguição de opositores, principalmente sob a ameaça do comunismo.

O AI-2 (1965) aboliu a eleição direta do Presidente da República, dissolveu os partidos políticos criados desde 1945 e estabeleceu o sistema bipartidário – a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – e o Movimento de Democratização Nacional (MDB). Também alargou os poderes do Presidente da República, concedendo-lhe as prerrogativas de dissolver o parlamento, intervir nos Estados federados, decretar Estado de Sítio e demitir funcionários civis e militares. Também foi realizada reforma no Judiciário, tendo sido aumentado o número de juízes nos Tribunais Superiores para que pudesse ocorrer a nomeação de partidários do governo. Ainda houve a restrição do direito de opinião e o julgamento de civis por juízes militares em causas envolvendo a segurança nacional.

Com a intensificação da oposição de alguns setores da sociedade contra o governo militar (principalmente operários e estudantes), em 1968 é editado o AI-5, o mais radical de todos até então no tocante aos direitos civis e políticos. Seus principais feitos foram: o fechamento do Congresso, suspensão de *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, o início do governo ditatorial propriamente dito do presidente e a colocação de todos os atos decorrentes do AI-5 fora de apreciação judicial.

Ainda no primeiro período aqui considerado ocorreram: o AI-13 cria a pena de banimento do território nacional, aplicável a cidadãos inconvenientes, nocivos ou

³⁰ Na explanação a seguir não serão considerados todos os Atos Institucionais – tarefa muito enfadonha e supérflua à análise que aqui se propõe. Dessa forma, serão explanados apenas os principais para a apreciação na regressão aos direitos civis e políticos durante a ditadura militar no Brasil, e ainda assim, nos pontos em que mais interessam à seguinte análise. Extensa bibliografia pode ser encontrada para os interessados em conhecer detalhadamente tais Atos, tão nocivos ao povo e à Nação em vários âmbitos.

perigosos à segurança nacional; o AI-14, estabelecendo a pena de morte para casos de guerra externa psicológica, revolucionária ou subversiva; e o AI-16, declarando vagos os cargos de Presidente e Vice-Presidente, em decorrência do adoecimento de Costa e Silva (BUENO, 2003).

Assim, inicia-se o segundo período, com a chegada de Médici ao poder em 1969, na mesma data em que é promulgada nova Constituição. Também são promulgadas novas leis de segurança nacional, tratando, principalmente, da censura prévia em jornais, livros e outros meios de comunicação (em 1970) (CARVALHO, 2002). No período, as forças de oposição passam a agir totalmente na clandestinidade, através de guerrilhas – que geralmente assaltavam bancos e realizavam seqüestros a fim de financiar suas ações. A repressão agia através da tortura, de prisões arbitrárias e assassinatos, sendo a imprensa proibida de divulgar tais fatos. Além da inteligência da Polícia Federal e o Sistema Nacional de Informações (SNI) passam a agir livremente as inteligências das Forças Armadas e das polícias militares estaduais. São criadas pelo Exército agências especiais de repressão: Destacamento de Operação de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidas pelas siglas DOI-CODI.

As liberdades civis de opinião (pela censura) e de reunião foram reprimidas, bem como o direito de defesa e de inviolabilidade do lar e de correspondência (pelas prisões arbitrárias e pelo julgamento de civis por militares). Também se nota o desrespeito aos direitos civis à integridade física (através das torturas) e à vida (pelos assassinatos em nome da segurança nacional e da pena de morte) eram desrespeitados. Também o direito à greve foi tornado proibido.

Os direitos políticos eram violados principalmente pelo controle dos partidos políticos pelo governo, bem como pelo fim das eleições diretas para cargos do Executivo, como Presidente da República. Porém, quanto aos direitos políticos, o governo militar foi ambíguo. Ao mesmo tempo em que tornou impossível o voto direto a cargos do Executivo, manteve o voto para representantes do Legislativo – o que de certa forma, legitimava o regime. Mas tal legitimidade era irreal, tendo em vista que a maioria era mantida pelo governo através de representantes da ARENA,

tendo sido a atuação do MDB importante apenas no sentido de ter sido a única voz legítima a se levantar como oposição ao governo.

Ao contrário do que ocorreu com os direitos civis e políticos, os direitos sociais, durante o período militar, foram expandidos. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (em 1966) foi criado em compensação ao fim da estabilidade no emprego, exigida pelos empresários ao primeiro governo militar. Os IAPs foram extintos, sendo criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (ainda em 1966), unificando o sistema previdenciário (exceto para o funcionalismo público civil e militar, conservador de seus institutos próprios até hoje). Foi também universalizada a Previdência através do Fundo de Assistência Rural (Funrural) (em 1971), durante o auge da repressão de Médici, custeado por impostos pagos por consumidores de produtos rurais. Também foram incluídas no sistema previdenciário as categorias das empregadas domésticas (1972) e dos autônomos (1973).

O terceiro período da ditadura militar, iniciado em 1974 com a posse de Geisel, caracteriza-se pelo lento e gradual retorno à democracia – processo que o presidente denominou “abertura” política. Ainda no ano da posse foram diminuídas as restrições à propaganda eleitoral. O AI-5 foi revogado (1978) e a partir daí ocorre o fim da censura prévia, o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos e o retorno dos primeiros exilados políticos à sociedade nacional, em virtude da atenuação da Lei de Segurança Nacional. Paralelamente à abertura, aos poucos vão ressurgindo e/ou se renovando os movimentos de oposição ao governo – fato que terá seu auge em 1984, durante o movimento pelas eleições diretas, liderado por PMDB (que surgiria em 1979), Congregação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e outras organizações. Tal movimento é considerado a maior mobilização popular da história do Brasil, amplamente coberto pela imprensa, mas infelizmente frustrado na votação no Congresso.

Três razões são dadas para a abertura política: o fato de Geisel pertencer ao setor mais liberal do Exército (que nunca pretendeu prolongar em muito o regime militar); o fim do “milagre econômico” tão apregoado pelos militares, causada principalmente pela crise mundial do petróleo em 1973; e o grande golpe à moral do oficialato militar, que além de ser ligado à repressão, apresentava elementos mais

sequiosos por cargos políticos do que pelas suas obrigações militares propriamente ditas.

Durante o governo do Gen. Figueiredo, novos progressos foram realizados. A votação da Lei de Anistia pelo Congresso (1979), o fim do bipartidarismo forçado (1979)³¹ e a permissão para a eleição direta a governadores de Estados (realizadas pela primeira vez em 1982). Finalmente, em 1985 os militares se abstiveram de impor um general como candidato à sucessão presidencial indireta, sendo possibilitada a eleição de Tancredo Neves (morto antes de assumir, fato que pôs seu vice, José Sarney, na Presidência da República).

3.4 A redemocratização: possibilidades de um modelo de desenvolvimento

Observa-se desde o início do período colonial, perpassando-se pelo período do Império e também do período da República até a redemocratização uma série de entraves que vêm a obliterar o desenvolvimento – aqui compreendido como maior liberdade e cidadania da população – no Brasil. Alguns ligados à questão do tradicional somado à modernização, outros ligados à falta de infra-estrutura do Estado, que começa a ser superada a partir de 1985, quando a reabertura política inicia uma nova conjuntura, propícia à superação de tais obstáculos e que pode possibilitar o surgimento de novos padrões de desenvolvimento.

A redemocratização ocorreu de maneira pacífica e ordenada, sem retrocessos até o presente (CARVALHO, 2002). Foi redigida e promulgada a Constituição de 1988, apelidada “Constituição cidadã” por ser a mais liberal e democrática que o Brasil já possuiu. Em 1989 ocorreram as primeiras eleições diretas para Presidente da República em quase 30 anos. As eleições de mesmo cunho que se seguiram a esta se deram na mesma normalidade, precedidas de um *impeachment* resultante

³¹ Seis novos partidos surgem do desaparecimento de ARENA e MDB. A primeira se converte no PDS – Partido Democrático Social – e o segundo no PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Os partidários do antigo PTB se dividem entre PTB e PDT – Partido Democrático Trabalhista. Os moderados do MDB fundam o PP – Partido Popular – que volta a se fundir com o PMDB logo após. O PT – Partido dos Trabalhadores (1980) – foi o único partido surgido da reunião ampla e aberta de centenas de militantes, ao contrário dos outros partidos brasileiros surgidos até então (com exceção do PCB, criados por políticos profissionais ou por influência do Executivo, sempre dominados pelas elites sociais e econômicas (CARVALHO, 2002).

de ampla mobilização popular contra a corrupção revelada em escândalos envolvendo o Presidente Fernando Collor de Mello.

Todavia, a debilidade histórico-cultural da democracia brasileira, cominada ao período extremamente autoritário da ditadura militar (a partir de 1964), transformou o posterior processo de renovação democrática de forma que, no nível de organização estatal, não tenham sido ultrapassados os limites da democracia liberal (COUTINHO, 1984). Dessa feita, os setores dominantes da nova democracia continuaram a ser os monopólios nacionais e internacionais – por mais que tal dominação não tenha se dado de maneira “despótica”, “absoluta”, tal como ocorreu durante a ditadura.

Mas, mesmo com essa caracterização eivada de vícios elitistas, a redemocratização foi essencial, constituindo pressuposto de superação da “via prussiana”, base a partir da qual pode ocorrer a elevação da democracia brasileira a níveis superiores, um mínimo a ser mantido ao longo desse processo. Também são pressupostos para a elevação da democracia a níveis superiores: a integração de setores e segmentos sociais no processo de modernização socioeconômica, a luta pela reforma agrária – sendo capitalizado o latifúndio e sendo aberto espaço para a solidificação da economia familiar e do cooperativismo – e o combate aos monopólios internacionais e suas influências.

Mas essas medidas devem partir, para se tornarem efetivas, não das “benesses” descendentes, mas de um amplo debate, envolvendo todas as forças interessadas, de forma ascendente, sendo assim obtido o consenso majoritário para a sua realização – e, conseqüentemente, da renovação democrática no Brasil, tanto no tocante à sua concepção e aplicação quanto ao seu controle. Atitudes golpistas (notadas muitas vezes no discurso do senso comum mais rastaqüera de desejo ao “retorno da ditadura”, época que teria sido áurea no quesito ordem; mas também tradicionalmente presente no discurso de esquerda) devem ser evitadas, pois toda forma de autoritarismo é conforme ao “prussianismo” tão deletério à cultura política democrática.

A transição democrática a partir de 1985 exigiu o delineamento de um novo arcabouço institucional para o Estado - o que acarretou na convocação da Assembléia Nacional visando à elaboração da nova Constituição inserida nos princípios democráticos – e desenhou novas possibilidades de desenvolvimento (RIBEIRO, 2002).

Estas novas possibilidades indicam que é possível a formulação de um projeto de desenvolvimento com participação e cidadania. Isto é fundamental para a constituição de um país para todos os brasileiros e, em consequência, permitirá a superação das três classes de cidadania no Brasil: os cidadãos de primeira classe, composta de privilegiados, dos acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses por conta do poder econômico e do prestígio social; os cidadãos de segunda classe, pessoas simples, sujeitos tanto aos rigores quanto aos benefícios da lei, compostos pela classe média baixa; os não-cidadãos, população excluída e marginal, que apenas nominalmente fazem parte da sociedade brasileira (CARVALHO, 2002).

A superação desta divisão social é fundamental e se constitui no marco inicial de um novo ciclo de formação do país (um ciclo mais amadurecido e muito mais inclusivo). Neste sentido, foi fundamental a democratização da sociedade brasileira, a estabilização econômica, o saneamento e controle da máquina pública e o fortalecimento dos programas sociais e políticas públicas nas diversas áreas de atuação do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar algumas, senão as principais atribuições, vicissitudes presentes no Brasil nos seus âmbitos social, político e cultural. Vícios que se demonstram complexos, inseparáveis uns dos outros muitas vezes, sendo decorrentes das situações históricas vivenciadas ao longo da formação do país.

Este processo tem início com a colonização exploratória lusitana. Os portugueses que aqui aportaram trouxeram em suas naus diversas características nefastas que ainda hoje influenciam na paisagem social do Brasil, e que estão no cerne de muitos dos tradicionalismos que convivem com peculiaridades modernas. Esses iberismos, ao lado de alguns problemas que se desenvolveram não lá no além-mar, mas em consequência da necessidade de dominar a então colônia, ainda tingem de cores perniciosas os laços estendidos entre a população e o poder. O insolidarismo é muitas vezes ainda notado (apesar de não ser um “privilégio” brasileiro, visto que a exacerbação do individualismo egoísta do presente se espalha como praga a devastar o globo); o personalismo e o messianismo se expressam nas campanhas dos candidatos à representação política – o que se difunde com o apelo midiático moderno; as consequências abjetas da horrenda escravidão que assinalou quase quatro séculos da existência do branco na *terra brasilis* ainda hoje mancham o negro e o mestiço com a peja da inferioridade (apesar de ser considerada por muitos como algo velado no Brasil); o patrimonialismo ainda se faz presente entre muitos daqueles que ocupam cargos públicos no Brasil, “miopia” que os impede de perceber a real distância entre a coisa pública e o patrimônio particular; o analfabetismo, apesar de ter diminuído com o tempo – principalmente no século XX

– ainda se faz presente, seja nas periferias das cidades (não necessariamente grandes), seja nos recônditos mais longínquos da civilização brasileira.

Certamente a resolução desse último problema pode ser a panacéia para os vários outros, seja para os surgidos durante a Colônia, seja para os posteriormente originados: uma alfabetização que vá além da rubrica pessoal a que o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – capacitava; que permita ao povo ler além das palavras e imagens, mas também nas entrelinhas e, assim, veja no candidato que elege não o “salvador da pátria”, mas o representante de sua própria vontade, que deve ser admoestado e impelido a agir de maneira correta sempre que tropeços forem revelados. Que faça valer a sua voz para provar a sua igualdade de direitos apesar das diferenças de origens; que possa compreender o concidadão como mais um a desejar a mesma felicidade a que almeja.

O elitismo e a visão do cargo público como meio de prestígio social ainda se manifestam quando são observados os números de inscrições de candidatos a vagas para as diversas instituições dos mais variados níveis da federação – talvez intensificada essa questão pelo desemprego e pela insegurança que o exercício de atividades produtivas proporciona em um contexto econômico tão incerto como o atual. O coronelismo ainda evoca calafrios quando se observa a permanência de certos políticos na vida pública, mesmo que se tenha, doutrinariamente, tal problemática como algo pontual.

A chamada “via prussiana” caracteriza essa espera do povo pelas benesses proporcionadas pelo Estado, sempre pelo Estado, esse “pai de todos” sem cuja bênção o desenvolvimento dos direitos parece não ocorrer no Brasil. Direitos esses que foram utilizados pelos governantes (e talvez ainda o sejam) como verdadeiros trunfos no exercício da política como jogo, cartas vendidas em troca de outras caracterizadas como o voto. O populismo continua a ser termo incessantemente abordado nas críticas aos governos.

Mesmo com todos esses problemas – sejam doenças congênitas, iatrogênicas ou contraídas ao longo da vida da nação Brasil – não se pode esmorecer, desistir, entregar-se ao leito da desesperança (até porque apenas os

usuários do Sistema Único de Saúde, maioria dos brasileiros, sabem do sofrimento que é aguardar por um leito na questão pública...). Os progressos revelados ao longo da história do Brasil – a Independência, que iniciou o fim do parasitismo exploratório; a abolição da escravatura, que pôs termo legal a essa abominação; o fim do coronelismo como sistema de dominação (pelo menos formalmente); a reconquista da liberdade e das instituições democráticas após o fim do regime militar; a promulgação de uma Constituição tida como cidadã; a eleição de um egresso das camadas mais humildes da população como Presidente da República; entre outros – são conquistas que representam o mínimo de condições para que se dê o verdadeiro desenvolvimento, que livre dos grilhões da hipocrisia dominante a maioria da população.

A redemocratização e a posterior Constituição de 1988 foram fatores imprescindíveis para o surgimento de novas possibilidades de desenvolvimento: muito mais participativas e cidadã. A maior participação popular, de maneira consciente desde que se redemocratizou o Brasil (verificada, primeiro, no processo que elegeu Fernando Collor de Mello), impulsiona uma nova maneira do Brasil se perceber.

Além disso, permite que o Brasil vá adquirindo uma nova configuração social (mais madura) e vai formando um país que saber dividir minimamente a riqueza produzida. Este fato tem consolidado o Brasil como um país democrático e economicamente desenvolvido. Estamos, de fato, num novo ciclo de formação do país.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Werner. O populismo na América Latina: Getúlio, Perón e Cárdenas (entrevista). In **Cadernos IHU em formação**, populismo e trabalhismo, Getúlio Vargas e Leonel Brizola, São Leopoldo, Ano 1, n. 1, 2005.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Modernização capitalista e intelectuais: Alemanha e Brasil. In: **X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ – História e Biografias** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

BASTOS, Pedro Paulo Zahlut. Raízes do desenvolvimentismo associado: comentários sobre sonhos prussianos e cooperação panamericana no estado novo (1937–1945) In: **Revista Economia**, Selecta, Brasília/DF, v. 5, n. 3, p. 285-320, dez. 2004.

BENEVIDES, Maria Victória. “Nós, o povo: reforma política para radicalizar a democracia”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (Orgs.) **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C, Varriale et al.. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BONAVIDES, Paulo. **História constitucional do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998a.

_____. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998b.

_____. **Brasil: uma história. A incrível saga de um país**. São Paulo: Ática, 2003.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. In: **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. In: **Novos Estudos**, n. 80, p. 71-88, mar.2008.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 3, p. 85-92, jul./set., 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. Cidadania: tipos e percursos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Entrevista. In: CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) **Quatro autores em busca do Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento**. São Paulo: Escuta, 2005.

CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí-RS**. Dissertação (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2002.

_____. A difícil construção da cidadania no Brasil In **Desenvolvimento em Questão**. vol. 5, n. 009, Jan./jun., Ijuí, 2009. p. 59-84.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: Formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

CONGRESSO NACIONAL. **Discurso do senhor presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse**: Congresso Nacional, 1º de janeiro de 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/publi_04/discursos1.htm>. Acesso em: 01 dez. 2009.

COSTA, Emília Viotti. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1981.

COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: Formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. In: **História**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 226-247, 2006.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEL ROIO, Marcos. A **revolução passiva e sua tradução para o Brasil**: a particularidade de uma nação periférica. Disponível em: <<http://sec.adevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC0551-1.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. In: **Revista USP**, São Paulo, mar./maio, 1993.

_____. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed., rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, p. 49-65, nov. 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

FÉLIX, Leiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

_____. **A revolução burguesa na Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIORI, José Luis. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 41-61, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Casa grande e senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

_____. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GERTZ, René. História e historiografia da Revolução de 1930. Entrevista. In: **IHU Online**. São Leopoldo, Ano 3, n. 77, 29 set. 2003.

GONTIJO, Cláudio. A revolução agrícola no Brasil: singularidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira: 1850-1930 In **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 2, abr./junho/1988.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUERRA, François-Xavier. A nação Moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil:** formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Oçavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KANTOR, Iris. A academia brasílica dos renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): contradições do cosmopolitismo acadêmico luso-americano. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil:** formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira.** São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Sergio. **A situação do marxismo no Brasil.** Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/marxismo_brasil_1996.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2009.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACEDO, Dimas. O processo constitucional no Brasil. In: **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 5, 2009. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/244/178>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In: **Novos estudos**, n. 74, p. 107-123, mar. 2006.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando o seu futuro. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, jun. 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Cidadania e participação política na época da independência do Brasil. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos.** Tradução de Heitor Ferreira. São Paulo: Abril, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural.** São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

_____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90. In: **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, p. 8-11, oct. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043326.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. "Entrevista". In: CORDEIRO, L.; COUTO, J. G. (Orgs.) **Quatro autores em busca do Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: Formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo Companhia das Letras, 2000.

SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial, Rio de Janeiro, 1808-1821. In: **Tempo**, v. 12, n. 24, p. 5-27, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SEIBEL, Erni J.; OLIVEIRA, Heloísa M. J. de. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 135-145, abr. 2006.

SEGATTO, José Antonio. Revolução e história. In: **Estudos de sociologia**. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=article&op=viewFile&path\[\]=847&path\[\]=706](http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=article&op=viewFile&path[]=847&path[]=706)>. Acesso em: 04 nov. 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? In: **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 2, p. 163-183, abr.jun. 2007.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

_____. **Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996.

VILLA, Marco Antonio. A passagem do Brasil rural para o Brasil industrial (entrevista)
In: Populismo e trabalhismo, Getúlio Vargas e Leonel Brizola. **Cadernos IHU em
Formação**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, 2005.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1980.

_____. **Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens**. São
Paulo: Ática, 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)